

Luís Otávio Campos Faustino Vieira

**PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTOS
DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS.**

Estudo de caso Bairro Nove de Março - Barbacena-MG

**Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2010**

Luís Otávio Campos Faustino Vieira

**PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTOS
DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS.**

Estudo de caso Bairro Nove de Março - Barbacena-MG

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da
Escola de Arquitetura da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Ambiente Construído e
Patrimônio Sustentável

Orientadora: Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira
Costa

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2010

DEDICATÓRIA – AGRADECIMENTOS

Para todos que compartilharam e
me ajudaram neste momento.

Agradeço a Deus por me abençoar com a capacidade de concluir mais essa etapa de vida;

À minha mãe Glenda, meu pai Roberto, meu irmão Gustavo, minha Tia Simone, minhas avós Zélia e Helena e à toda minha família por todo apoio;

Ao Dr. Cláudio Guilarducci grande apoio técnico e conselhos

Aos Professores Leonardo Barci Castriota, Stael de Alvarenga Pereira Costa,

Beatriz de Araújo Couto D´Alencar por sempre acreditarem;

Ao arquiteto Paulo Henrique Alonso pelo suporte técnico;

Ao amigo Leonardo Castro de Carvalho pela confiança;

Aos colegas de prefeitura e equipe do escritório, pela cobertura quando eu precisei;

À equipe do MACPS, pela paciência;

À minha namorada, por todo seu amor.

E a todos que conviveram comigo durante este curso, pela confiança, apoio e paciência.

RESUMO

O crescente número de profissionais graduados em Arquitetura e Urbanismo no Brasil têm gerado um excesso de oferta profissional no mercado de trabalho, no qual, apenas cerca de 40%, na verdade, está efetivamente trabalhando neste campo. Por outro lado, a indústria da construção civil está se desenvolvendo em ritmo crescente. As cidades estão crescendo rapidamente e, junto com eles, umas séries de periferias carentes estão alastrando. Uma conclusão óbvia é que os arquitetos estão excluídos deste processo - os outros profissionais estão exercendo as suas atribuições profissionais. Somado a tudo isso, tem-se a pesquisa elaborada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil que revela que, em 2005, cerca de 82% dos setores da administração pública no Brasil não possuem arquitetos em suas equipes. Em vista destes fatos, fica evidente que algumas medidas devem de ser tomadas pela Academia a fim de criar novos postos de trabalho para recém-graduados nos órgãos públicos administrativos de uma série de localidades. Este é o objetivo do Programa de Arquitetura Pública que visa à promoção do desenvolvimento sustentável e incremento à qualidade de vida em vários assentamentos humanos, promovendo projetos sociais e culturais, com estudantes de arquitetura trabalhando em conjunto com áreas de políticas públicas. Um programa específico de arquitetura pública foi desenvolvido em um assentamento espontâneo denominado Nove de Março, que constitui um bairro localizado na periferia de Barbacena - Minas Gerais, cujo trabalho foi realizado pelo LAP- Laboratório de Arquitetura Pública da EA-UFMG. Esta dissertação destaca o estudo e estratégias de renovação urbana a partir das demandas da população e desenvolvidas durante 2006, com a supervisão específica do órgão administrativo local e com o apoio dos professores de Escola de Arquitetura cujos resultados são aqui avaliados, tendo como instrumento um Programa de Extensão Universitária.

Palavras-chave: Estudantes de arquitetura. Criação de empregos. Arquiteturapública. Trabalho comunitário. Resultados. Assistência técnica. Habitação social.

ABSTRACT

The increasing number of graduated students in Architecture and Urbanism in Brazil had caused an overflow of professionals in which only about 40% actually, is being working this field. On the other hand, the building construction industry is developing at a fast pace. Cities are growing fast and, along with them, a number of underprivileged peripheries are sprawling. An obvious conclusion is that architects are being excluded from this process – other professionals have been doing their job. To add to that, the Brazilian Institute of Architects revealed that in 2005, around 82% of the administrative government branches in Brazil have no architects in their staff. In view of these facts, it was clear that some measures had to be taken in order to create new jobs for recent graduates in administrative bodies of a number of localities. This is the aim of the Public Architecture programme to foster sustainable development and to increase life quality in a number of human settlements, by undertaking urban, social and cultural projects, having architecture students working in tandem with public policies' boards. One of the Public Architecture programme was developed in a squatter settlement named Nove de Março, a neighbourhood located in the periphery of Barbacena - Minas Gerais. This dissertation presents the study of urban renewal based on population's demands and developed during 2006, with closed supervision from the local administrative branch and the support of the Architecture Scholl teachers, which results can be evaluated in here.

Key words: architecture students, job creation, public architecture, community work, results.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Crescimento populacional mundial	17
Figura 2 - Maiores populações faveladas por país	17
Figura 3 - Crescimento populacional mundial.....	26
Figura 4 - Maiores populações faveladas por país	1
Figura 5 - Estrutura Geral do Programa de Arquitetura Pública de Cataguases.....	49
Figura 6 - Vista de parte das ruínas da Antiga Estação Central de Sabará (2004).....	51
Figura 7 - Largo do Kaquende, situação existente em 2004	53
Figura 8 - Largo do Kaquende, situação proposta em 2004.....	53
Figura 9 - Atendimento às famílias assistidas no Programa Habitacional (2004)	56
Figura 10 - Projeto de residência. Atendimento às famílias assistidas no Programa Habitacional (2004)	56
Figura 11 - Cidade de Cataguases	1
Figura 12 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Situação existente (2005).	59
Figura 13 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Proposta de Intervenção urbana (2005) ...	60
Figura 14 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Após reforma urbana (2010).....	60
Figura 15 - Av. Gov. Bis Fortes: Situação Proposta (2005).....	61
Figura 16 - Av. Gov. Bis Fortes: Situação Proposta (2005).....	1
Figura 17 - Vista Bairro Nove de Março (2006)	62
Figura 18 - Localização de Barbacena e municípios próximos.	64
Figura 19 - Localização de Barbacena-MG	65
Figura 20 - Barbacena e sua integração no sistema rodoviário federal.	67
Figura 21 - A imagem da cidade – Barbacena, 2006	70
Figura 22 - Mapa mostrando o entroncamento da Estrada Real.....	74
Figura 23 - Mapa mostrando a transferência da sede de povoado em Barbacena-MG.....	74
Figura 24 - Estação ferroviária de Barbacena durante a sua construção (1878).	79
Figura 25 - Inauguração do Chafariz Municipal (1882).....	80
Figura 26 - Vista Sericícola Barbacena, 1920.....	81
Figura 27 - Vista do Largo da Estação Ferroviária, 1930.	82
Figura 28 - Evolução urbana do distrito sede de Barbacena (MG).....	85
Figura 29 - Vista de Barbacena.....	86
Figura 30 - Colégio Abílio de Barbacena no final do século XIX, antigo educandário do Barão de Macaúbas serviu de sede do Colégio Militar, depois do "Gymnásio Mineiro" e hoje é a sede da EPCAR.	88
Figura 31 - Exemplares ecléticos no Centro de Barbacena-MG	88
Figura 32 - Vista geral da cidade demonstrando que Barbacena é situada em uma altitude elevada.	89
Figura 33 - Vetores de crescimento urbano de Barbacena-MG	90
Figura 34 - Vista geral da urbanização na área central de Barbacena-MG	92

Figura 35 - Vista geral da urbanização na área periférica do 5° anel de formação da cidade... 92	92
Figura 36 - Mapa da evolução da ocupação de Barbacena. 93	93
Figura 37 - Localização do bairro na área urbana 96	96
Figura 38 - Análise da Imagem do Lugar (LYNCH, 1999) 96	96
Figura 39 - Localização Bairro Nove de Março..... 97	97
Figura 40 - Vista do entorno onde se localiza o Bairro Nove de Março..... 98	98
Figura 41 - Croquis ilustrando o Plano inicial (1990) e a expansão (1994/5)..... 100	100
Figura 42 - Imagem de satélite do Bairro Nove de Março. 103	103
Figura 43 - Acessos ao bairro 104	104
Figura 44 - Conjunto de deficiências do Bairro Nove de Março 107	107
Figura 45 - Conjunto de potencialidades do Bairro Nove de Março 108	108
Figura 46 - Modelo tridimensional do Bairro Nove de Março..... 111	111
Figura 47 - Modelo tridimensional do Bairro Nove de Março..... 111	111
Figura 48 - Mapa de Declividades – Bairro Nove de Março. 112	112
Figura 49 - Fases da ocupação do bairro Nove de Março..... 113	113
Figura 50 - 1ª fase de Ocupação do Bairro Nove de Março - Planta do Loteamento Pró-habitação – Santa Maria II 114	114
Figura 51 - Corte do terreno no bairro Nove de Março..... 115	115
Figura 52 - 2ª fase de ocupação do Bairro Nove de Março..... 116	116
Figura 53 - Mapa de declividades do terreno x condições das habitações..... 117	117
Figura 54 - Mapa de declividade em relação ao traçado das vias..... 119	119
Figura 55 - Croqui das condições de acessibilidade nas vias do bairro. 120	120
Figura 56 - Relação entre espaços livres e espaços construídos. 122	122
Figura 57 - Identificação dos lotes desocupados e as ruínas existentes..... 123	123
Figura 58 - Maquete eletrônica do projeto tipo Fundação CASA. 125	125
Figura 59 - Foto projeto tipo abandonado..... 125	125
Figura 60 - Aspectos do tipo original alterado e ampliado..... 126	126
Figura 61 - Tipologia de usos..... 127	127
Figura 62 - Revestimento das fachadas. 128	128
Figura 63 - Condições das habitações..... 129	129
Figura 64 - Exemplos das diferentes tipologias encontradas no Bairro..... 130	130
Figura 65 - Identificação dos problemas de infra-estrutura. 132	132
Figura 66 - Rua traçada de forma irregular, desgastadas pela ação das águas..... 133	133
Figura 67 - As estratégias e o zoneamento de intervenção. 136	136
Figura 68 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Situação anterior a intervenção 138	138
Figura 69 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Recuperação da área usando “entulho de caçamba” 138	138
Figura 70 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Aterro dique para controle da vazão das águas pluviais em bairros de baixa renda – Processo de construção..... 139	139

Figura 71 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Aterro dique para controle da vazão das águas pluviais em bairros de baixa renda – Já finalizado, resultado.....	139
Figura 72 - Desenho esquemático da solução de “tapa buraco” proposta pelo Prof. Edézio ..	140
Figura 73 - Desenho esquemático da solução de “tapa buraco” proposta pelo Prof. Edézio ..	140
Figura 74 - Desenho esquemático da solução de “aterros diques” proposta pelo Prof. Edézio ..	141
Figura 75 - Desenho esquemático da solução de “aterros diques” proposta pelo Prof. Edézio ..	141
Figura 76 - Desenho esquemático da solução de contenção tipo “pé de enconta”.....	142
Figura 77 - Desenho esquemático da solução de contenção tipo “pé de enconta”.....	142
Figura 78 - Vista geral da entrada projetada do bairro 9 de março	144
Figura 79 – Planta geral da entrada.....	144
Figura 80 - Planta da praça, com detalhes do paisagismo e indicação dos cortes.....	145
Figura 81 - Praça da entrada do bairro, vista da rodovia MG-265.....	145
Figura 82 - Detalhes da praça: Pergolado	146
Figura 83 - Vista de topo da praça	146
Figura 84 - Detalhes do acesso ao bairro	147
Figura 85 - Detalhes do acesso ao bairro Corte Respectivo AA.	148
Figura 86 - Perspectiva da entrada na MG-265.....	149
Figura 87 - Vista da entrada do bairro, pela MG-265, sentido Barroso-Barbacena.	149
Figura 88 - Detalhes do circuito asfaltado ao bairro/ respectivo Corte BB	150
Figura 89 - Planilha de orçamento executivo de obra – Geral.....	151
Figura 90 - Planilha de orçamento executivo de obra – Específica: Entrada do bairro.....	152
Figura 91 - Rua antes da intervenção.....	154
Figura 92 - Rua antes da intervenção.....	154
Figura 93 - Rua durante a intervenção.	155
Figura 94 - Rua depois a intervenção	155
Figura 95 - Nove de Março: as crianças e os jovens passam suas tardes brincando na rua. .	175
Figura 96 - Imagens do bairro Nove de Março: concentração de jovens do lado de fora da escola.	176
Figura 97 - Nove de Março: Grupo de artesanato Nove de Março.....	180
Figura 98 - Imagens do bairro Nove de Março: Ausência de infra-estrutura e áreas de lazer e esporte.....	182
Figura 99 - Imagens do bairro Nove de Março: Ausência de infra-estrutura e áreas de lazer e esporte.....	182
Figura 100 - Imagem do bairro Nove de Março: crianças nadando na nascente do terreno vizinho, a qual corre risco de contaminação pelo despejo de esgoto clandestino.	184

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Porcentagem de pobres* na população.....	39
TABELA 2- Perfil de crescimento das cidades brasileiras.....	41
TABELA 3- Cidades com maior crescimento da população vivendo em favelas entre 1980 e 2000.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Taxas de crescimento do PIB, (1940-2002) e sua média move de 10 anos (1949-2002)%	34
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCs	Áreas Mínimas Comparáveis
ASSEA	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cataguases
BHN	Banco Nacional da Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFEC	Centro Ferroviário de Cultura de Barbacena
CEMIG	Companhia de Energia de Minas Gerais
CENATUR	Empresa Municipal de Turismo de Barbacena
CENPLAN	Centro Técnico de Organização e Planejamento
CEPEX	Centro de Pesquisa e Extensão
CREA-MG	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais
DEMHAB	Departamento Municipal de Habitação
DER-MG	Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais
EAUFMG	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
FAPEMIG	Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEC-CASA	Fundação Educacional Cultural Comunitária de Assistência Social Auxiliar
FGTS	Fundo de Garantia por tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FUNDAC	Fundação de Arte e Cultura de Barbacena
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Cidade de Cataguases
IEPHA-MG	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras
LABHAB	Laboratório de Habitação e Assentamento Humanos

LAP	Laboratório de Arquitetura Pública
MBES	Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social
MEC	Ministério da Educação
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PDP	Plano Diretor Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RDM	Rio Doce Manganês
RFCA	Rede Ferroviária Centro Atlântica
SEAC	Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SERURB	Secretaria de Política Urbana
SESu	Secretaria de Educação Superior
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
TIM	Telecom Itália MóBILE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 01: CONCEITOS E CONTEXTOS	24
1.1 O processo de urbanização no mundo moderno	24
1.2 O processo de urbanização no Brasil	29
1.3 A desigualdade social no Brasil	44
CAPÍTULO 02: O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - ARQUITETURA PÚBLICA DA EAUFMG	46
2.1 Trajetória	46
2.2 Principais experiências do Programa de Arquitetura Pública	50
2.2.1 O caso de Sabará (2004-2006)	50
2.2.2 O caso de Cataguases (2004-2006)	54
2.2.3 O caso de Barbacena (2005 - em curso)	58
CAPÍTULO 03: A CIDADE DE BARBACENA – ORIGEM E DESENVOLVIMENTO	63
3.2 Inserção regional	64
3.3 A Imagem da cidade	68
3.4 Antecedentes históricos	71
3.4.1 A fazenda Borda do Campo	72
3.4.2 O arraial	75
3.4.3 A vila	76
3.4.4 O Município	77
3.4.5 A cidade	78
3.5 A cidade em 2010	86
CAPITULO 04: ESTUDO DE CADU – A PROPOSTA DE RE-QUALIFICAÇÃO DO BEIRRO NOVE DE MARÇO	94
4.1 Apresentação do tema e justificativa	94
4.2 Situação fundiária e histórico de ocupação do bairro	97
4.3 Procedimentos Metodológicos	102
4.4 Contatos com a comunidade e poder público	103

4.5	Métodos de investigação ambiental	105
4.5.1	Análise Perceptiva	106
4.5.2	Morfologia Urbana	109
4.5.3	Análise física-espacial	121
4.5.4	Análises de ocupação e usos do solo	124
4.6	A infra-estrutura urbana do bairro	131
4.6.1	Abastecimento de água e de energia elétrica	131
4.6.2	Sistema de drenagem	131
4.6.3	Vias com problemas de acessibilidade	132
4.6.4	Coleta de lixo	133
4.7	A leitura comunitária	134
4.8	Propostas/ Estratégias de intervenção	134
4.9	As referências de soluções para os problemas no Bairro	136
4.9.1	Solução para recomposição das vias públicas	140
4.9.2	Solução para controle da vazão das águas pluviais	141
4.9.3	Solução de contenções de areas com declividades entre 30% e 47%	142
4.10	As propostas	143
4.10.1	A praça	143
4.10.2	Projetos para a encosta	147
4.10.3	Circuito Asfaltado	150
4.10.4	Planilhas de Orçamento	151
4.11	Conjunto de intervenções “paliativas” do Bairro Nove de Março	154
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
6.	REFERÊNCIAS	163
7.	ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta um Programa de Extensão Universitária como instrumento de Re-qualificação Urbana de municípios de Minas Gerais, tendo como estudo de caso a abordagem de um bairro de periferia de baixa renda. Este é um programa de pesquisa e extensão elaborado pelo Laboratório de Arquitetura Pública (LAP), vinculado ao núcleo de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da UFMG. O programa atua em parceria publica-privada, a exemplo de parceria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) e as Prefeituras locais dos municípios assistidos.

Os objetivos deste programa se pautam no intercâmbio de conhecimento entre Escola de Arquitetura da UFMG, concentrado no universo do que se estuda na academia e a aplicação destes conhecimentos em prol das necessidades reais da sociedade. Ao estabelecer uma plena relação de harmonia entre teoria acadêmica e a prática este visa assistir tecnicamente as demandas de prefeituras municipais no âmbito da política de planejamento urbano, habitação social e preservação do patrimônio cultural.

Este trabalho é referenciado pelo contexto ao qual se insere o Programa de Arquitetura Pública no Brasil destacando as experiências ocorridas em Minas Gerais, justificadas pela condição precária das cidades no Brasil. Sendo assim, este se estrutura na noção de globalização, o qual influencia o ritmo e a trajetória de desenvolvimento das nossas cidades.

Outra abordagem que contribui para esta discussão é a constatação de que, o ocorrido no Brasil, não é fenômeno isolado e sim reflexo de um fenômeno global, resultado da explosão populacional e conseqüente segregação sócio-territorial das cidades que leva à “Tragedia Urbana” (MARICATO, 2002).

No entanto é importante considerar o fato de hoje vivermos em um mundo globalizado, no qual ações políticas se refletem diretamente entre um país e outro. E as nossas cidades passam a ser reflexo direto ou indireto de um movimento mundial.

Sasken (2001) aponta para a emergência de uma “cidade dual” no contexto da globalização, fruto das transformações em curso na economia mundializada e a explosão populacional, onde o que ela se refere como “Dual”, seria a chamada “geografia social”: por um lado, uma imensa concentração de riqueza nas classes média e alta, com os processos do consumo conspícuo; por outro, o aumento da concentração de pobreza e da decadência física da estrutura das cidades.

O resultado das deficiências citadas se manifesta sob a forma da perda da qualidade do ambiente urbano, concretizado por meio de assentamentos precários e o surgimento de favelas, ou seja, uma desorganização plena dos tecidos urbanos da cidade e a sub-condição de vida para a população que habita esses locais improvisados, cujas conseqüências são graves problemas sócio-econômicos e culturais para a sociedade.

Dos aspectos que mais chamam a atenção na condição urbana das cidades brasileiras podemos destacar; o ***ritmo acelerado de urbanização, segregação territorial e a cidade ilegal***. O primeiro dita a velocidade com que o tecido urbano se modifica e se expande. O segundo imprime a forma e a direção de seu desenvolvimento por meio das formas de ocupação e assentamentos. Já o terceiro apresenta o resultado do tecido urbano, com todos os problemas sociais, legais e administrativos nele embutido. Isso exige na maioria dos casos, uma condição prévia de infra-estrutura organizada e muitas das vezes já consolidada, para receber e abrigar o contingente das massas que se dirigem para as cidades, o que vem aumentando e a cada dia e se multiplicando. Neste ponto, entramos no mérito do processo de urbanização brasileiro, que influenciado pelos fenômenos globais que tem atinge índices gigantescos de crescimento, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Parte deste contingente é da migração campo-cidade e a outra parte de uma melhora considerável dos índices sociais, tais como a diminuição das taxas de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida populacional.

Em se tratando da condição brasileira de urbanização, é nítida observação quanto à “segregação territorial” na composição da trajetória do desenvolvimento das cidades.

E quanto a isso, este trabalho se apropria de um conceito de cidade mo qual é considerado não apenas como reflexo de uma imagem visível frente ao conjunto de suas arquiteturas (imagem estática), mas à construção da cidade no tempo, como algo vive em pleno processo de evolução (a cidade em pleno processo mutável).

Visa, portanto, compor um tipo de análise mais abrangente; a ela remetendo dados da coletividade como ator importante da criação do ambiente em que se vive, ou seja, a cidade como resultado de uma vida civil da sociedade (ROSSI, 2001).

TAXA MÉDIA DE INCREMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO BRASIL 1960/2000											
1960/1970			1970/1980			1980/1990			1991/2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
2,9	5,2	0,6	2,5	4,4	0,6	1,9	3,0	-0,6	1,63	2,53	-1,17

Figura 1– Crescimento populacional mundial

Fonte: DAVIS, 2006, p. 15.

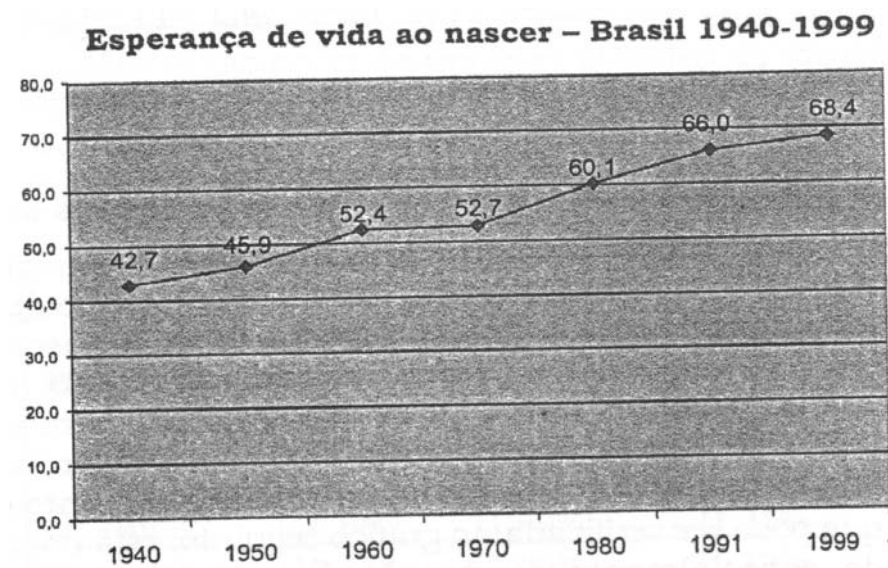


Figura 2 - Maiores populações faveladas por país

Fonte: DAVIS, 2006, p. 34.

O que ocorre no Brasil por um lado é a difusão cada vez mais acelerada das técnicas modernas no espaço, convivendo com a expansão de atividades urbanas instáveis e precárias, alterando rapidamente a paisagem urbana. Podemos então dizer que o agravamento da exclusão social é, de acordo com Castriota (2001), acompanhado no Brasil pelo agravamento da segregação territorial, traço que tem marcado o processo de urbanização no país. Assim mostra Maricato¹ no seu artigo “Conhecer para resolver a cidade ilegal”.

Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural. (MARICATO, 2002, p. 14).

Sendo assim, os problemas urbanos que demandam a implantação de um Programa de Pesquisa e Extensão como instrumento de re-qualificação urbana, tal como a Arquitetura Pública, referenciada neste trabalho concentra-se no contexto das cidades brasileiras. De fato, as cidades, em destaque, as de pequeno e médio porte, são as que mais sofrem com o arranjo precário do planejamento territorial, excludente e ilegal, reflexo de uma ação especulativa, associada à ausência da aplicação de leis e diretrizes que ordenam o crescimento e o desenvolvimento do ambiente construído. Em outras palavras é o resultado do arranjo entre um mercado imobiliário excludente aliado à ausência de aplicação de políticas públicas abrangentes.

Esparsos conhecimentos técnicos e da mão-de-obra especializada nas prefeituras locais são também, fatores agravantes, pois para impor a fiscalização é necessário que se ponha em prática medidas que contribuem para a boa saúde e o bom funcionamento da municipalidade.

¹ Fonte: IBGE in Maricato, 2002. P. 27. *Brasil Cidades!*

A evidência destas premissas, urbanização acelerada e crescimento de assentamentos espontâneos, a precária capacidade técnica administrativa dos municípios mineiros e a necessidade de preparar estudantes para responder a tais demandas como profissionais, levam a Escola de Arquitetura/UFMG a estruturar o Programa de Arquitetura Pública, em 2004.

O programa se estrutura para atuar sob a diretriz de dois elementos básicos: a atividade de extensão e a situação das cidades brasileiras.

O primeiro elemento diz respeito aos Programas de Extensão dentro da Universidade, e abre uma discussão sobre o caráter e papel da extensão universitária, que, conforme definição da própria legislação brasileira seria um dos três componentes básicos da atuação das universidades Públicas.

De acordo Castriota e Alonso:

Durante muito tempo relegada a segundo plano, a extensão nunca foi objeto de uma reflexão tão ampla quanto aquela reservada ao ensino e à pesquisa, os outros pólos do tripé educacional, que têm sido alvos de discussões que resultaram em elaborados sistemas de avaliação da produção científica e da qualidade dos cursos². No entanto, é inegável o aumento da visibilidade da extensão nos últimos anos: ao lado de vários artigos e livros problematizando a extensão, as agências de fomento começam a lançar editais para financiamento de projetos na linha, e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária vem se firmando como um importante fórum de debate.³ (ALONSO; CASTRIOTA, 2009, p. 01).

Associada a essa maior visibilidade, Castriota menciona que as atividades de extensão vêm se distanciando cada vez mais do caráter de prestação de serviços assistencialistas, associadas ao programa por décadas, para se firmar em uma concepção que a vê como uma atividade propriamente acadêmica. A perspectiva da extensão passa a se pautar na difusão de saberes produzidos

² A esse respeito, confira: SILVA, Maria do Socorro; VASCONCELOS, Simão Dias. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006. P. 119/135. Disponível em: <www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1280/1280.pdf>. Acesso em 12/03/2009.

³ Entre as iniciativas, cabe se destacar a da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), que, já nessa nova concepção, tem lançado, desde 2007, editais para projetos que conjuguem pesquisa e extensão. O *Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, por sua vez, está chegando a sua quarta edição, tendo tido acontecido em 2002, em João Pessoa (PB); em 2004, em Belo Horizonte (MG); em 2006 em Santa Catarina (SC) e em 2009 em Dourados (MS).

dentro da Universidade, “considerando-se sempre as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica também como sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas” (CASTRIOTA, 2009, p. 03).

Para Castriota e Alonso a idéia que a extensão é,

uma via de mão-dupla entre a sociedade e a comunidade acadêmica, que encontrará nela “a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Este fluxo, essa troca de saberes, acadêmico e popular, terá uma importante consequência: “a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.”⁴ (CASTRIOTA e ALONSO, 2009, p. 01).

Com isso, o próprio ensino será enriquecido, na medida em que o aluno terá oportunidade de, num processo em que se articulam teoria e prática, referenciar sua formação à realidade. (CASTRIOTA e ALONSO, 2009, p. 01.)

O grande desafio imposto ao programa, por se tratar de uma atividade de pesquisa e extensão universitária é lidar com questões tão amplas e abrangentes como é o processo de urbanização das nossas cidades. O que isso implica, tendo em vista que o mesmo se define como produto do jogo de diversas forças sociais, políticas e econômicas? Como consagrar o viés assistência técnica de forma coerente às reais necessidades e demandas municipais a partir de uma perspectiva extensionista adequada, tendo em vista que o forte desta iniciativa é prover o intercâmbio sócio-cultural pautado no auxílio e no envolvimento com as equipes técnicas das prefeituras e seus devidos parceiros locais?

Castriota e Alonso comentam:

No que se refere especificamente à urbanização, vários, são a nosso ver, as temáticas e campos a serem explorados numa ação universitária que combine pesquisa e extensão. A primeira delas, que salta aos olhos, refere-se à carência de profissionais das áreas de planejamento, arquitetura e urbanismo no interior do país, em cidades

⁴ BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC. Brasil: 2000/2001. Disponível em: <www.extensao.ufba.br/planonacionaldeextensao.asp>. Acesso em: 25 nov. 2008.

de pequeno porte, que constituem a maior parte dos municípios brasileiros.” (ALONSO; CASTRIOTA, 2009, nº 01).

No entanto, o que se observa especificamente no caso de Minas Gerais, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG), em 2001 é a concentração dos profissionais da área atuando nos grandes centros⁵ o que também Castriota e Alonso (2009) abordam:

Este fator, somado à carência crônica de quadros técnicos das prefeituras municipais, gera uma total ausência de planejamento nesses entes federativos. Essa situação se manifesta com toda clareza nesse Estado, caracterizado por uma extensa rede urbana e grande quantidade de municípios de pequeno porte. Tal situação não se restringe, no entanto, a esses municípios, como mostrou a prática nesses anos, sendo também notável a ausência de capacidade de planejamento em cidades de médio e grande porte (ALONSO; CASTRIOTA, 2009, p. 01).

Sendo assim, a extensão universitária além de se dirigir diretamente à população-alvo, que poderia ser a primeira tendência ao se propor uma ação extensionista, deve, necessariamente, abranger também os *próprios órgãos do poder público municipal*, principal canal de atendimento das demandas locais.

As Universidades, como produtoras de saber, estarão, assim, implementando um dos pontos do *Plano Nacional de Extensão Universitária*, ao participar “na elaboração das políticas públicas⁶ voltadas para a maioria da população”⁷.

O segundo elemento que direciona o Programa de Arquitetura Pública da UFMG refere-se à atual condição urbana e arquitetônica das cidades brasileiras. Estas, abordadas sob o ponto de vista morfológico demonstram grande desorganização do ambiente construído (o qual se encontra em constante, na maioria das vezes, sob intenso processo de transformação e expansão). Tal fenômeno é definido por Ermínia Maricato (2002) como a “*Tragédia Urbana*”, resultado de um ambiente urbano contendo altos índices de segregação e exclusão social, cuja manifestação se dá pelo surgimento de

⁵ DEPARTAMENTO DE MINAS GERAIS DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Perfil do profissional arquiteto-urbanista em Minas Gerais. Belo Horizonte: IAB-MG, 2001.

⁶ Essa carência de base reflete-se na insuficiência e formulação das políticas públicas setoriais relacionadas à questão da urbanização – habitação, meio-ambiente, patrimônio cultural, entre outras.

⁷ BRASIL, op. cit.

bairros periféricos de baixa renda, sem nenhuma preocupação com planejamento ou diretrizes legais. As edificações erguidas e suas implantações, não possuem um acompanhamento técnico ou um projeto elaborado por profissional habilitado.

Essas condições, de acordo com Ermínia Maricato estão atreladas a um histórico caracterizado pelo processo de urbanização a partir de 1940⁸, no qual especula sobre as raízes do processo, se pautando no impacto da reestruturação produtiva internacional e do ajuste econômico, ocorrido nas décadas de 1980 até 2000.⁹ Esse período foi considerado agravante do processo de segregação social do espaço urbano, fruto incessante da atual condição de desigualdade socioeconômica. Frente a isso, há o contraste ocorrido nas cidades brasileiras entre a evolução positiva de alguns indicadores sociais (como a mortalidade infantil e expectativa de vida) e a evolução negativa de indicadores urbanísticos (o crescimento de favelas e assentamentos precários) e econômicos (como a distribuição de renda).

Assim é importante destacar a contribuição de Maricato (2002)

“A dimensão da Tragédia Urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que, acreditamos, devem partir do conhecimento da realidade empírica respaldado pelas informações científicas sobre o ambiente construído para evitar a formulação das “idéias fora do lugar tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2002, p.15).”

A dissertação utiliza como fio condutor os dois elementos que estruturam o Programa de Arquitetura Pública; ou seja, no primeiro capítulo são apresentadas e discutidas as condições da urbanização brasileira e a trajetória política e social que levam a sua configuração atual.

Para se atuar nesta realidade é criado o Programa de Arquitetura Pública e as principais atuações e resultados estão contidos no segundo capítulo.

⁸ A partir da década de 40 ocorre no Brasil uma aceleração do processo de urbanização, coincidindo com o ocorrido em escala global. Onde em 1940 a população urbana era de 26,3%, em 2000 ela é de 81,2%.

⁹ O fenômeno de explosão urbana no Brasil coincide simultaneamente com o que ocorreu no resto mundo.

O terceiro capítulo utiliza de uma cidade de porte médio, a cidade de Barbacena /MG como cenário dos problemas já elencados no capítulo 01 para apresentar o contexto das cidades de médio porte brasileiras e as seqüelas das ações políticas econômicas e sócias que estão refletidas na sua forma urbana.

Um estudo de caso específico ilustra a ação do Programa de Arquitetura Pública na cidade - o projeto para o bairro Nove de Março e as ações desenvolvidas por estudantes e professores para atuar neste bairro e seus resultados, que são o objeto do quarto capítulo.

As considerações finais avaliam positivamente as atividades empreendidas pelo Programa de Arquitetura Pública no município, identificando o alcance das iniciativas e o ganho na administração publica advindo dos conhecimentos repassados aos órgãos municipais.

Diversos métodos e procedimentos metodológicos foram utilizados para elaborar este trabalho.

Destacamos no primeiro capítulo os conceitos de urbanização e globalização encontrados nos trabalhos elaborados por Davis (1999), Castriota (2003) e Maricato (2002), para relacionar de maneira ampla o que ocorre nas cidades de médio porte no Brasil, em especial no processo apresentado no estudo de caso deste trabalho.

No segundo capítulo apresentamos o Programa de Arquitetura Publica e suas experiências como programa de Extensão Universitária como instrumento de requalificação urbana e assistência técnica habitacional a alguns municípios do interior de Minas Gerais.

Finalmente no terceiro capítulo utilizamos dos trabalhos e relatórios já publicados sobre o tema, compreendendo também observações e relatos pessoais do autor que atuou como coordenador dos estudantes no projeto durante o período de 2005 a 2007 e que permitem também a avaliação dos fatos que compõem as considerações finais.

CAPITULO 01

CONCEITOS E CONTEXTUALIDADES

1.1 O processo de urbanização no mundo moderno

Este trabalho, quando aborda a temática de urbanização no mundo, parte do princípio defendido por Davis (2006) o qual cita que o processo de urbanização no planeta vem acontecendo de maneira bastante acelerada e inserida no processo de globalização mundial.

Assim sendo, esta dissertação utiliza parte de dados mundiais sobre o fenômeno de explosão populacional, para se compreender o que ocorre no Brasil¹⁰.

Nos estudos realizados por Davis (2006) verifica-se que as principais cidades mundiais vêm absorvendo quase dois terços do crescimento populacional desde 1950 e que, em 2010, o crescimento é de 1 milhão compreendendo o nascimento de bebês e o deslocamento de migrantes de pessoas por semana¹¹.

Desta forma verifica-se que, o processo acelerado de urbanização não é um privilégio único das cidades brasileiras a partir de 1940¹². O planeta de modo geral, urbanizou-se rápido, mais depressa do que previra o Clube de Roma em seu relatório de 1972, *Limits of growth* (Limites do crescimento). Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de um milhão de habitantes; em 2010, 400, e em 2015 serão, pelo menos, 550¹³.

¹⁰ Tais Dados são encontrados nos estudos apresentados por DAVIS (2006).

¹¹ Population Information Program, Center for Communication Programs, The Johns Hopkins Bloomberg School of public Health, *Meeting the Urban Challenge, population Reports*, v.30,n.4, Baltimore, outdone (set.-nov.) de 2002, p.1.

¹² Estamos aqui considerando as cidades brasileiras parte de um sistema globalizado, sujeitas as influencias e as estatísticas mundiais.

¹³ UM Department of Economic and Social Affairs, Population Division, *World Urbanization Prospects* (revisão de 2001, Nova York, 2002)

A força de trabalho urbana do mundo dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população do mundo em 1960¹⁴. A tendência a partir de 2020 é de que a população do campo comece a encolher. Em conseqüência, as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico está estimado em 10 bilhões de habitantes em 2050¹⁵.

A situação das nossas cidades, quando mencionados a condição urbana atual torna-se preocupante, ao percebermos que, de acordo com dados globais, 95% (noventa e cinco por cento) do crescimento final da humanidade ocorrerá nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento¹⁶, cuja população dobrará para quase 4 bilhões de pessoas na próxima geração¹⁷.

A conseqüência do crescimento acelerado das cidades é agravada nos países ainda em fase de desenvolvimento, porque as bases estruturais urbanas para absorver essa demanda ainda não estão totalmente consolidadas, tais como uma política efetiva e um plano de ocupação territorial adequado. A conseqüência é o surgimento, cada vez mais perceptível, da condição mundial de desigualdade e segregação. Sobre isso o relatório *Cities in a globalizing world* (HABITAT, 2001) constata que a ligação entre essa desigualdade e espaço urbano não se apresenta mais como no século XIX, apenas através da divisão da sociedade em duas partes, a dos ricos e a dos pobres, mas na forma mais extrema, da “cidade segregada”. A desigualdade, no sentido mais amplo, extensivamente documentado como fenômeno mundial apresentaria hoje quatro aspectos distintos: crescimento nos números relativos de ricos e de pobres; aumento na distância entre eles; diferenciação cada vez maior, dentro dos grupos, entre mais ricos e mais pobres e diferenciação mais aguda, dos

¹⁴ Dannis Rondinelli e John Kasarda, “Job Creation Needs in Third World Cities”, em John D. Kasarda e Allan M. Parnell (Orgs.), *The Third World Cities: Problems, Policies and Prospects* (Newbury Park, Sade, 19993), p. 101.

¹⁵ Wolfgang Lutz, Warren Sanderson e Sergei Scherbov, “Doubling of World Population Unlikely”, *Nature*, n.387, 19 jun. 1997, p. 803-4. No entanto, a população da África subsaariana triplicará, e a Índia dobrará.

¹⁶ Consideramos Brasil, China e Índia os países mais próximos dessas estatísticas.

¹⁷ Ver Yue-man Yeung, “Geography in a Age of Mega-Cities”, *International Social Sciences Journal*, n. 151, 1997, p. 93.

grupos, entre si. Esses quatro aspectos do processo de polarização se refletem no espaço das cidades (CASTRIOTA, 2001), particularmente por meio da articulação das áreas residenciais, por padrões de segregação, cuja forma mais radical que é a gentrificação¹⁸ e sua manifestação que se baseia na idéia dos poderes imperiais nas antigas colônias, nos quais os esforços se concentravam “para proteger alguns dentro e manter outros de fora” (HABITAT, 2003).

Sobre o crescimento rápido das cidades discorre Davis:

Embora ninguém duvide da velocidade da urbanização global, a taxa de crescimento de cidades específicas pode frear de repente caso esbarre no atrito do tamanho e da congestão. Um caso famoso dessas “reversões de polarização” é a Cidade do México, prevista para chegar a 25 milhões de habitantes na década de 1990 (a população atual, provavelmente, está entre 19 e 22 milhões). (DAVIS, 2006. p. 14).

O gráfico a seguir, apresenta a relação entre números de habitantes (em bilhões) e as décadas correspondentes, e demonstra o crescente numero de habitantes nos países menos desenvolvidos, e menos preparados para absorver esse contingente, conforme citado no parágrafo anterior.

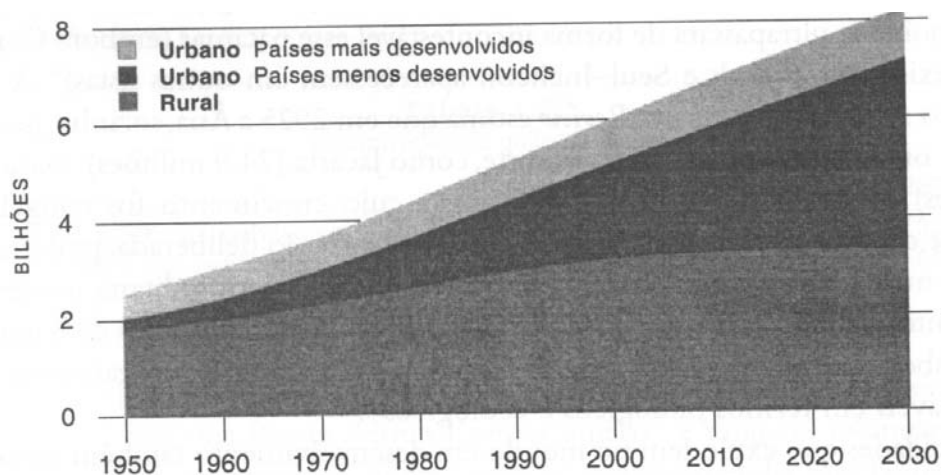


Figura 3 - Crescimento populacional mundial

Fonte: DAVIS, 2006, p. 15.

¹⁸ Diz respeito a uma intervenção em espaços urbanos (com ou sem auxílio governamental), que provocam sua melhoria e conseqüente valorização imobiliária, com retirada de moradores tradicionais, que geralmente pertencem a classes sociais menos favorecidas, dos espaços urbanos.

Especialista em economia urbana, ao discorrer sobre a desigualdade social no ambiente das cidades, Davis (2006) questiona se “o antigo abismo de renda e desenvolvimento entre a cidade e o campo não está sendo agora substituído por um fosso igualmente fundamental entre as cidades de pequeno porte, principalmente as do interior, e as metrópoles gigantescas”.

Segundo estatísticas, mesmo que as grandes cidades absorvam o maior número de pessoas, em números absolutos, em proporção ao seu tamanho e o raio de influência, as cidades de pequeno e médio porte irão fatalmente abrigar três quartos do fardo do crescimento populacional urbano. Este dado é enfatizado por pesquisadores da ONU que alertam sobre o pouco ou nenhum planejamento para acomodar essas pessoas e prestar-lhes serviços¹⁹.

Davis (2006) também especula se sobre ações políticas, tais como a desvalorização da moeda e redução do Estado tenham sido os fatores responsáveis pela produção em massa de favelas, resultantes do crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural das cidades. O autor apresenta a estimativa feita por um pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no qual se constata que mais de 20% do estoque de residências desocupadas e em oferta, não são utilizadas e que, por necessidade, as pessoas recorrem a barracos construídos por elas mesmas²⁰, a locações e a compra-venda informais, a loteamentos clandestinos ou até mesmo às calçadas²¹.

Sobre este aspecto a ONU se manifesta da seguinte forma:

O mercado imobiliário ilegal ou informal forneceu terrenos para a maioria dos acréscimos ao estoque de residências na maior parte das cidades do hemisfério sul nos últimos trinta ou quarenta anos (DAVIS, 2006. p. 27).

¹⁹ UM-Habitat, The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003 (Londres, Eathscan, 2003), p. 3.

²⁰ A autoconstrução, tão comum no cenário da periferia de baixa-renda brasileira

²¹ Oberai, Population Growth, Employment and Poverty in Third-World and Mega-Cities, p. 13.

O crescimento das favelas desde 1970, em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita. Assim, a exemplo do que ocorreu na cidade do México no final do século XX, a urbanista Connolly (1999) cita que:

“Até 60% do crescimento da cidade resulta de pessoas, principalmente mulheres, que constroem heroicamente suas próprias moradias em terrenos periféricos sem uso, enquanto o trabalho informal de subsistência sempre foi responsável por grande proporção do total de empregos” (DAVIS, 2006, p. 27).

No Brasil, moradores das favelas de São Paulo perfaziam em 1973, 1,2% da população, porém em 1993, constituíam 19,8% da população total do município.

Segundo Davis (2006), na década de 1990 ocorreu à explosão mundial de crescimento das favelas na proporção de 16,4% ao ano, caracterizando um fenômeno real no contexto urbano, o qual em sua maioria, conta com extensas áreas ocupadas por pessoas carentes de serviços públicos e transporte municipal, tornando assim sinônimos os termos: “urbanização e favelização”.

A seguir apresentamos uma tabela contendo os países que mais desenvolveram o processo de favelização no mundo, onde a maioria são países em desenvolvimento.

Maiores populações faveladas por país		
	% da pop. urbana na favela	Número (milhões)
China	37,8	193,8
Índia	55,5	158,4
Brasil	36,6	51,7
Nigéria	79,2	41,6
Paquistão	73,6	35,6
Bangladesh	84,7	30,4
Indonésia	23,1	20,9
Irã	44,2	20,4
Filipinas	44,1	20,1
Turquia	42,6	19,1
México	19,6	14,7
Coréia do Sul	37,0	14,2
Peru	68,1	13,0
Estados Unidos	5,8	12,8
Egito	39,9	11,8
Argentina	33,1	11,0
Tanzânia	92,1	11,0
Etiópia	99,4	10,2
Sudão	85,7	10,1
Vietnã	47,4	9,2

Figura 4 - Maiores populações faveladas por país

Fonte: DAVIS, 2006, p. 34.

1.2 O processo de urbanização no Brasil

Segundo estudos de Maricato (2001), o Brasil possui hoje cerca de 80% da população vivendo nas cidades. Este crescimento populacional é acompanhado pelo agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades sócio-espaciais no contexto urbano. Nos principais centros metropolitanos, cerca de 20% a 40% da população total, residem em favelas²².

Atribui-se à dramática situação das cidades brasileiras a uma decorrência natural do crescimento acelerado de suas metrópoles. É como se o caos urbano, as favelas, o transporte precário, a falta de saneamento, a violência, fossem características intrínsecas das cidades atuais, justificando a enorme dificuldade do poder público em resolver esses problemas e gerir a dinâmica de produção urbana.

Assim sendo, ao contrário dos países industrializados, o grave desequilíbrio social que assola as cidades brasileiras – assim como outras metrópoles da periferia do capitalismo mundial – é resultante não da natureza de aglomeração urbana por si só, mas sim da sua condição de subdesenvolvimento.

Ferreira (2010) afirma:

As cidades brasileiras refletem, espacialmente, os graves desajustes históricos e estruturais de nossa sociedade que, como muitos autores já ressaltaram, estão diretamente vinculados às formas peculiares da formação nacional dependente e do subdesenvolvimento. (...) A desigualdade social das cidades brasileiras tem, portanto, suas causas nas formas com que se organizou nossa sociedade (...) (Ferreira, 2010, p.12)

Historicamente, o que ocorre no Brasil em termos de processo de urbanização é o reflexo de uma postura internacional frente às nacionais, na busca incessante por prosperidade, por meio do desenvolvimento das cidades.

Desde ao início o processo de urbanização no Brasil é marcado fortemente com as raízes da sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX,

²² LABHAB – FAUUSP, citado por MARICATO (2001, p.38)

quando o Brasil já é, formalmente, uma República independente. A questão fundiária, que sempre ocupou um lugar central nos conflitos na história do país, antes se referia fundamentalmente ao campo, passando a compor o contexto inicial da formação primitiva da sociedade, através da trajetória que se inicia por uma crescente generalização da propriedade privada da terra, a partir de 1850. Com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas seguintes, e a emergência do trabalho livre, a partir de 1888, isto se agrava. Estes fatos antecedem a urbanização da sociedade. No entanto, é importante citar, que a urbanização foi fortemente influenciada por esses fatores: a importância do trabalho escravo²³, a pouca importância dada à reprodução da força de trabalho (mesmo com a emergência do trabalhador livre) e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal.

A trajetória temporal do processo de urbanização brasileiro demonstra que o Brasil no fim do século XIX, contava com 10% da população nas cidades (SANTOS, 1993)²⁴, e que, somente na virada do século XX, o processo de urbanização da sociedade começa a se consolidar, impulsionado pela emergência do trabalhador livre²⁵.

Desde as primeiras reformas urbanas, realizadas no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, já se observa o lançamento das bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia²⁶. Este se dá por meio do urbanismo sanitário, no qual eram realizadas obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e assim, eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de tendências e idéias capitalistas.

²³ Inclusive para a construção e manutenção dos edifícios e da cidade.

²⁴ Considerando o universo das Américas, o Brasil já apresentava cidades de grande porte desde o período colonial

²⁵ Era a República e uma Indústria incipiente que desenrolava na esteira do urbanismo no Brasil, impulsionando às atividades ligadas a cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno.

²⁶ Um termo usado por Ermínia Maricato (2002) para definir as ações de urbanização que eram feitas no início do século XX.

Estas intervenções urbanas faziam parte de um pacote inserido no “Movimento Sanitarista”²⁷, na época, defendido como um elemento crucial na construção da nacionalidade brasileira, tendo em vista que o país passava por uma intensa transformação política, de uma postura colonial para a republicana.

Tais ações, de início motivadas uma consciência da amplitude dos problemas sanitários e da proliferação das doenças, favoreceram, com o tempo, o aumento das atribuições do Estado em questões como saneamento e saúde pública. Porém, aos poucos, com o surgimento dos primeiros profissionais formados pelas escolas politécnicas, o prestígio dos médicos, até então detentores do saber, passou a dar espaço ao saber dos engenheiros, por meio da implantação de novas técnicas sanitárias, como por exemplo, a solução dos problemas de abastecimento de água, inundações e secas. Sobre esse tema, destaca-se o trabalho do engenheiro civil Saturnino de Brito como percussor no Brasil de um modelo de urbanismo voltado para as questões sanitárias. Seu trabalho toma como referência os estudos do arquiteto vienense Camillo Sitte²⁸ e os trabalhos dos urbanistas franceses, com os quais compartilhava idéias através dos diversos congressos que participava.

Na concepção de Saturnino, o urbanismo era a arte de projetar e construir as cidades sob ponto de vista da salubridade, seguido pela circulação viária, sem se descuidar da estética. Por isso, denomina-se de **urbanismo sanitarista** aquele que adapta o desenho urbano à lógica dos fluidos e das circulações, ou seja, aquele que traça as primeiras linhas do desenho levando em conta o aspecto sanitário, através do esquema de escoamento das águas, circulação do ar e da penetração da luz solar, subordinado os demais a esse²⁹.

²⁷ Início do século XX, teve sua duração compreendida entre os períodos de 1899-1930.

²⁸ Apesar do urbanismo sanitarista de Brito constituir um trabalho extremamente original e específico para a realidade brasileira, em alguns aspectos é possível identificar semelhanças entre as propostas de Brito e as concepções de Sitte. Porém, ANDRADE, *A peste e o plano...*, f. 88, faz um paralelo, alertando que em alguns casos existem “ambigüidades, e até equívocos da leitura que Brito faz de Sitte”. Apesar disso, há semelhanças, visto que ambos entendem a cidade como um corpo, um organismo em crescimento. Além disso, ambos valorizam o aspecto pitoresco do sítio para obtenção de efeitos artísticos.

²⁹ MULLER (2002), p.32.

Dessa forma, Francisco Saturnino de Brito colaborou em diversos sentidos para a sistematização e modernização da vida coletiva e para a transformação da paisagem urbana.

Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo, Belo Horizonte e especialmente, o Rio de Janeiro são cidades brasileiras que passaram por mudanças no ambiente construído que conjugaram claramente; *saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial*. Sendo assim, pode-se afirmar que por meio das reformas urbanas, a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade, caracterizando o início do processo de “favelização” no país³⁰.

A partir de 1930, o Estado brasileiro até então agrário, passa a investir em infra-estrutura visando o desenvolvimento industrial e a substituição de importações.³¹ A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos.

Sobre esta questão esclarece Maricato (2002)

Essa ambigüidade entre ruptura e continuidade, é verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira. (MARICATO, 2002, p 17.)

O processo de industrialização, que se afirma a partir de 1930 vai até o fim da Segunda Guerra Mundial, com o fortalecimento do mercado interno, e grande desenvolvimento das forças produtivas, da diversificação, do assalariamento crescente e modernização da sociedade, como observa Prado Jr. (1990)³². A relação de nação vinculada ao mercado interno seria estrangulada pela desigualdade regional. Mas a “*construção autônoma da nação*” seria

³⁰ A criação de novas dinâmicas culturais inevitavelmente exclui uma grande parte da população, normalmente os próprios moradores originais dos bairros. Muitas vezes, há um ressentimento por parte desses moradores que vêem seu bairro ‘invadido’ por uma cultura estranha com padrões de consumo diferentes daqueles de uma classe economicamente mais baixa. Além de diferenças de classe a população original apresenta diferenças étnicas e raciais da nova população moradora. (ZUKIN, 1987)

³¹ O que Florestan Fernandes denomina revolução burguesa no Brasil.

³² Ele é um dos pensadores que enfatizam a relação entre a consolidação do mercado interno e a construção da nação

interrompida pelo rearranjo por que passa o processo de industrialização brasileiro após o fim da Segunda Guerra, quando se verifica sobre ele um significativo e crescente controle do capital internacional³³.

Em 1940, a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2010 ela é de aproximadamente 138 milhões, o que, em percentuais representam 26,3% versus 81,2%. Ou seja, em sessenta anos os assentamentos urbanos se expandiram de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Percebe-se que se trata de um gigantesco movimento de construção de cidade, havendo necessidade de assentamentos para abrigar essa população, assim como, prover suas necessidades de trabalho, de abastecimento, de transportes, de saúde, de energia, água e esgoto, etc. Desta forma, o território brasileiro vem sendo ocupado de forma a condicionar, de maneira improvisada ou não condições para viver os 138 milhões de habitantes que hoje residem nas cidades. Estes fatos podem ser comprovados pela tabela que apresenta as taxas de crescimento do PIB brasileiro no período de 1940 a 2002.

³³ Plínio de Arruda Sampaio Júnior analisa, em sua tese de doutorado, as dificuldades da construção da nação brasileira a partir das reflexões de três autores brasileiros que rejeitam interpretações dos centros hegemônicos – Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Celso Furtado (Sampaio Jr. 1999)

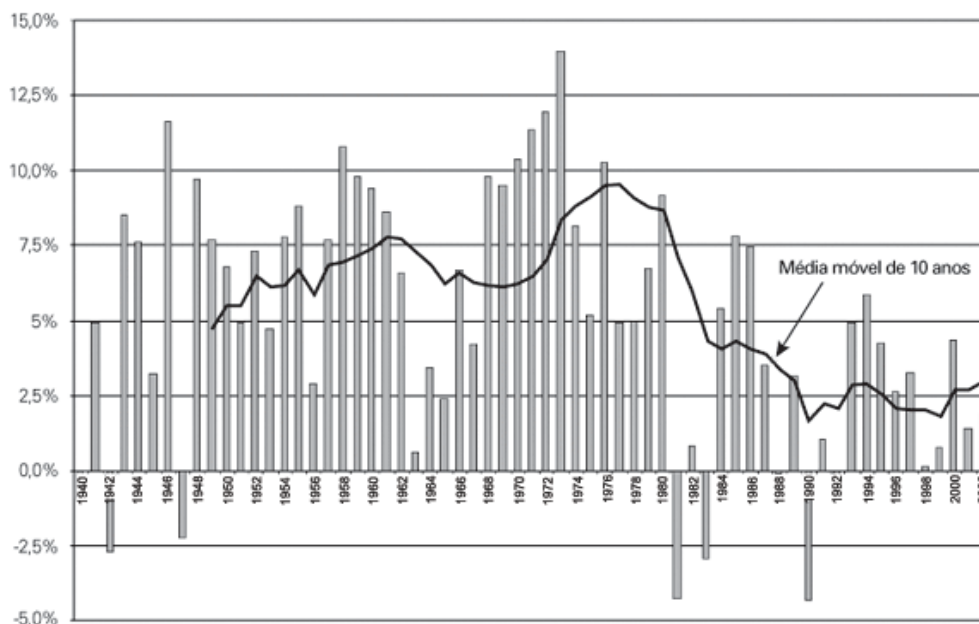


GRÁFICO 1- Taxas de crescimento do PIB, (1940-2002) e sua média móvel de 10 anos (1949-2002)%

Fonte: ECOSTRAT Consultores e IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro.

De 1940 a 1980, verifica-se o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu a índices superiores a 7% ao ano, um dos maiores do mundo no período. A riqueza gerada nesse processo permaneceu concentrada. Mesmo com a concentração de renda, é possível que o alto grau do crescimento econômico tenha influído na melhoria de vida de toda a população, especialmente aquela que abandonou o campo buscando melhores oportunidades nas cidades

Já em 1950, o processo de industrialização inicia nova etapa. O país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção. Segundo FURTADO (1972), com essa “nova dependência” o centro das decisões é cada vez mais externo ao país e seu epicentro distância cada vez mais das necessidades internas.

Maricato (2002) expõe

(...) em 1950, a dependência se aprofunda em relação à fase anterior, e se amplia à inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho. (MARICATO, 2002, P. 19)

Nesta época o país começa a sofrer mudanças significativas no modo de vida dos consumidores (inicialmente restritos a faixa de maior renda) e também na habitação e na cidade. Com a massificação do consumo dos bens modernos, especialmente os eletro-eletrônicos, e também do automóvel mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído.

Maricato (2002) descreve

(...) Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente, moderna. Ao contrário, os bens modernos passaram a integrar um cenário onde a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia. (MARICATO, 2002, P. 19)

Na década de 1960, a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado pelo regime militar a partir de 1964, contribui para que as cidades brasileiras se tornem o centro da política nacional destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos³⁴. Além da imagem das cidades, mudaram também o mercado fundiário e vários aspectos da cadeia produtiva (cf. RIBEIRO, 1997).

O financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso a terra, via instituição da função social da propriedade, cuja proposta de reforma urbana fora preconizada pelos arquitetos no Congresso do IAB de 1963. Para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades, o mercado não as atendeu e o acesso foi priorizado para as classes médias e altas.

Por outro lado, os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos (que se valorizam os investimentos públicos e privados feitos

³⁴ A introdução do apartamento como principal forma de moradia da classe média teve início na década de 1940, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Mas foi com a implementação do SFH, em 1964, que o mercado de promoção imobiliária privada, baseada no edifício de apartamentos, se consolidou por meio de uma explosão imobiliária

no seu entrono). Pelo contrário, destinaram à população de baixa renda, áreas distantes, completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infra-estrutura (MARICATO, 1987).

O crescimento econômico acelerado fez com que surgisse uma nova classe média urbana, mantendo grande contingente, sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento, entre outros. Nos anos 80 e 90, quando a as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB per capita fosse negativa na década de 1980, tal fato trouxe forte impacto social e ambiental, em consequência ampliando o universo de desigualdade social.

Neste período, conhecido como o da “década perdida”³⁵, a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história o Brasil abriga multidões em locais inapropriados, – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – todos ocupados pela pobreza homogênea.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 33% dos pobres brasileiros se concentram no Sudeste, predominantemente nas metrópoles. Nos anos 80 a sociedade brasileira começa a ter contato com um agravante social, um fenômeno conhecido como violência urbana: e incremento no número de homicídios.

O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, fator que delimita o início do problema de habitação em nossas cidades. Já as décadas perdidas não são as únicas a registrarem as origens do que podemos chamar de “Tragédia Urbana” brasileira: - enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo,

³⁵ Estamos classificando as duas décadas – 1980 e 1990 – como “perdidas” baseados em: nos anos 80, especialmente no declínio econômico; nos anos 90, no impacto social do desemprego e no crescimento econômico errático, entre outras variáveis.

desmatamento, congestionamento habitacional, reincidência de epidemias, violência, etc. Em 50 anos, a população urbana brasileira cresceu em mais de 100 milhões de indivíduos. A sociedade apenas começa a dar conta de que o processo de urbanização foi acompanhado de modernização no modo de vida, no ambiente construído, nas comunicações, sem deixar, entretanto, de reproduzir seu lado arcaico. Isto é, a modernização destina-se a alguns; a cidadania e os direitos, idem.

Neste ponto de vista, quando o trabalhador se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, supostamente, se dar pelo mercado, o que aconteceu no século XX.

De acordo com Nabuco

O peso do escravismo estaria presente na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua fora do mercado formal como, mesmo aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. (MARICATO, 2002, p. 22)

Essa passagem aponta que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói suas próprias casas em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico.

Esta situação remete a cidade para o campo da ilegalidade.

Não se trata de usar a condição de ilegalidade para alimentar a noção da cidade *dual* ou *fraturada*. Ela pode ser utilizada para facilitar a compreensão da segregação e da exclusão, mas pode conduzir a uma falácia: a de que o atual modelo de desenvolvimento poderia ser estendido a todos.

Remetemos então, à condição clandestina de ocupação do espaço urbano à segregação territorial, fruto da relação entre habitat e violência. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado.

Assim sendo Maricato comenta.

“A tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888).” (MARICATO, 2002, p. 23)

A partir de 1980 o padrão de urbanização brasileiro apresenta mudanças, que merecem algum destaque. As cidades de porte médio, com população entre 100mil e 500mil habitantes, crescem a taxas maiores do que as das metrópoles, nos anos de 1980m e de 1990 (4,8% contra 1,3%). A aceleração e o crescimento das cidades de porte médio, e das cidades litorâneas, de um modo geral, exigem atenção devido às conseqüências socioambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização.

É preciso dizer também, que as periferias das cidades nesta época cresceram mais do que os núcleos centrais o que implica em um aumento relativo das regiões pobres (VIDE TAB.1). Uma relação média nas principais cidades brasileiras é de 3,1% do crescimento das zonas centrais, contra 14,7% das áreas periféricas. Dessas cidades, as periferias que mais cresceram foram: Belém (157,9%), Curitiba (28,2%), Belo Horizonte (20,9%), Salvador (18,1%) e São Paulo (16,3%)³⁶, como se observa na TAB. 1.

³⁶ Fonte: IBGE: PNAD 2007 e Censo Demográfico 1991/2000 – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA 1- Porcentagem de pobres* na população

Região metropolitana	2000	2007	Variação
Belém	32,49	33,63	0,5%
Belo Horizonte	19,61	20,52	0,6%
Curitiba	14,89	12,63	-2,3%
Fortaleza	38,12	40,69	0,9%
Porto Alegre	14,16	16,45	2,2%
Recife	35,59	40,66	1,9%
Rio de Janeiro	17,71	16,85	-0,7%
Salvador	32,34	33,19	0,4%
São Paulo	14,25	15,43	1,1%
Conjunto das metrópoles	20,02	21,01	4,9%

Fonte: IBGE: PNAD 2007 e Censo Demográfico 1991/2000 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

* *Pessoas com rendimento médio mensal familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo*

Fonte: IBGE: PNAD 2007 e Censo Demográfico 1991/2000 – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Para construção do cenário que propõe os rumos da urbanização no Brasil, partimos da constatação do processo de construção das cidades, no qual parte ocorre de forma ilegal, ausentes da participação dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos. Trata-se de um imenso empreendimento, descapitalizado e construído com técnicas arcaicas, fora do mercado formal, forma-se assim a cidade sob as bases da ilegalidade.

Por orientação metodológica ou ainda por uma dificuldade de reconhecer a titularidade dos terrenos sobre os quais as favelas se instalam o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pelo censo demográfico anual, apresenta dados subdimensionados.

Assim sendo, o IBGE não contabiliza como favelas, núcleos que possuam menos de cinquenta unidades e a maior dificuldade é a identificação da situação fundiária dos assentamentos, já que os governos municipais tampouco detêm esse conhecimento, que permitiria fazer uma classificação rigorosa, como se observa no caso de São Paulo.

Os resultados iniciais do Censo IBGE de 2000 levam ao entendimento que, entre 1991 e 2000, o número de favelas teria aumentado 22% em todo o Brasil, atingindo um total de 3.905 núcleos. Segundo o mesmo levantamento, o município de São Paulo, que apresentava em 1991, 585 favelas, passa a apresentar 612, em 2000.

No entanto, levantamentos realizados pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, contradizem esta situação, a localização de cada núcleo de favela e revelam a existência de 763 núcleos em 1980 e 1592 núcleos, em 1987.

A busca de números mais rigorosos nos conduz a algumas prefeituras municipais, teses acadêmicas, centros universitários ou organismos públicos estaduais que, entretanto, fornecem apenas dados pontuais.

O censo do IBGE de 1991 revela que Porto Alegre teria 7,89% da população morando em favelas. No entanto, segundo dados de um censo realizado pela prefeitura municipal (DEMHAB), esse total era de 22,11% da população em 1996. Desses, 4, 81% moravam em favelas com menos de 51 domicílios³⁷.

O LABHAB/ FAUUSP reuniu alguns dados estimados para a população moradora de favelas em algumas cidades brasileiras e concluiu que no Rio de Janeiro esses constituem 20%; São Paulo, 22%; Belo Horizonte, 20%; Goiânia 13,3%; Salvador 30%; Recife 46%; Fortaleza 31%. Comparando os censos de 1980 e 1991 verificamos que seu crescimento foi superior a 7% ao ano, como se observa na TAB. 2

³⁷ O IBGE não contabiliza como favela núcleos que possuam menos de cinquenta unidades. Mas a diferença não se deve, simplesmente, a essa questão metodológica, embora algumas pesquisas mostrem que o número de núcleos que contêm menos de cinquenta domicílios é expressivo.

TABELA 2- Perfil de crescimento das cidades brasileiras

	1980	1991	2000
Valores absolutos			
População (a)	62.390.783	80.885.091	96.951.317
Número de residências (b)	14.012.484	20.564.931	27.126.584
População em favelas (c)	2.224.164	4.084.051	5.775.890
Número de favelas (d)	476.292	943.667	1.488.779
Percentual (%)²			
População	52,42	55,09	57,10
Número de residências	55,40	58,03	59,61
População em favelas	97,45	91,11	88,38
Número de favelas	97,56	91,72	89,53
Taxa de crescimento anual (%)			
População	3,69	2,36	2,01
Número de residências	4,93	3,49	3,08
População em favelas	..	5,52	3,85
Número de favelas	..	6,22	5,07
Percentual de favelas nas cidades (%)			
População (c/a)	3,56	5,05	5,96
Número de residências (d/b)	3,40	4,59	5,49

Notas: 1 Para 123aglomerações que incluem 447 AMCs (Áreas Mínimas Comparáveis).

2 O percentual é a razão das 123aglomerações urbanas (447 AMCs) sobre o total de 3.659 AMCs (total do Brasil).

Fonte: Lall, Wang e Da Mata (2006).

O universo das favelas soma-se aos dos loteamentos ilegais, o que resulta, por exemplo, na maior parte da população dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, de acordo com a TAB. 3.

TABELA 3- Cidades com maior crescimento da população vivendo em favelas entre 1980 e 2000

Cidade	Região	População em favelas			População total			
		Crescimento anual (%)	Pop. em favelas 1980	Pop. em favelas 2000	Crescimento anual (%)	População em 1980	População em 2000	
Maceió	Nordeste	20,99		696	46.355	3,31	456.091	884.346
Piracicaba	Sudeste	19,84		280	14.816	2,23	214.307	334.957
Volta Redonda	Sudeste	18,72		1.128	47.636	1,39	526.396	695.031
Vale do Aço	Sudeste	16,31		976	25.471	1,69	303.744	425.867
Ponta Grossa	Sul	16,18		575	14.619	1,99	236.471	352.057
Governador Valadares	Sudeste	14,48		420	7.597	1,16	196.117	247.131
João Pessoa	Nordeste	12,38		5.863	69.667	2,86	476.066	844.171
Curitiba	Sul	10,70		19.574	166.468	3,07	1.448.634	2.674.701
Sorocaba	Sudeste	9,70		1.071	7.456	3,01	577.195	1.054.523
Campina Grande	Nordeste	9,62		4.001	27.396	1,83	266.742	384.468

Fonte: Lall, Wang e Da Mata (2006).

O economista Sérgio Besserman (2010) argumenta que o processo de favelização que ocorre no Brasil, principalmente nos morros cariocas, foi sustentado por um assistencialismo frágil, no qual o Estado provê tudo aos pobres, ou seja, este fenômeno apresenta problemas de ordem principalmente administrativa.

Desta forma o processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. Quanto a isso Caio Prado Jr. chamava a atenção, de forma pioneira, sobre a predação ambiental, que historicamente no Brasil, acompanha cada ciclo econômico³⁸. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande quanto à cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) e caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria.

³⁸ Cada ciclo utiliza os melhores esforços e a energia de cada época nas estes são imobilizados e abandonados quando o produto que é objeto desse movimento deixa de ser demandado pelo mercado externo

O direito à invasão, diz Maricato (2002) é admitido, mas não o direito à cidade.

A ausência do controle urbanístico (fiscalização das construções e do uso/ocupação do solo) ou a flexibilização radical da regulação nas periferias convive com a relativa “flexibilidade”, dada pela pequena corrupção, na cidade legal. Medidas errôneas são colocadas em prática e, em muitos dos casos; a legislação urbana detalhista e abundante e a aplicação discriminatória da lei levam à ilegalidade e predação ambiental.

No entanto, a área de saneamento apresenta um dado que se destaca frente à situação de urbanismo precário do Brasil. Políticas apropriadas de expansão do acesso à rede de água tratada transformaram positivamente, os números relativos à mortalidade infantil, porém, um recuo nos investimentos em saneamento nas na década de 1980 e 1990, quando o ciclo indispensável para o atendimento da população com água tratada não foi atingido e menos ainda, o adequado destino do esgoto. Em 1998, 55% dos domicílios no país não tinham acesso à água potável. Destes, 11,4% eram urbanos. 48,9% dos domicílios não eram atendidos pela rede de esgotos.

Dados do governo federal confirmam:

Apenas 24% do esgoto sanitário produzido pelos domicílios atendidos pelas 27 grandes companhias estaduais prestadoras de serviço de saneamento recebe tratamento, apenas 15% o esgoto produzido nos domicílios brasileiros recebe tratamento e uma porcentagem ainda menor tem uma destinação final no meio ambiente sanitariamente adequado.

Paralelamente à evolução positiva em relação à mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, aumento da escolaridade, o processo de urbanização no Brasil apresenta à reprodução de nos antigos males, nos indicadores de violência, pobreza, predação urbana e ambiental, poluição do ar e da água, epidemias, etc.

1.3 A desigualdade social no Brasil

As causas que determinam essa condição estão pautadas nas formas da organização da nossa sociedade, na maneira com que se construiu um Estado patrimonialista – em que se confundem o interesse público e o privado. São caracterizadas pelas dinâmicas de exploração do trabalho impostas pelas elites dominantes desde a colônia e, principalmente, no controle absoluto dessas elites sobre o processo de acesso a terra, tanto rural quanto urbana.

Historicamente constatamos que já no século XIX, no auge da economia cafeeira agroexportadora, nossas cidades apresentavam forte segregação sócio-espacial, decorrentes da herança colonial e escravocrata. A industrialização ocorrida no início do século XX aprofunda essa lógica, relegando à população operária, composta por emigrantes e ex-escravos, os bairros insalubres e precários de periferia. Esses sempre contrastaram com bairros ricos do centro, objetos constantes de planos urbanísticos de embelezamento. Incentivados por fazendeiros, profissionais liberais e comerciantes, que viam nesta atividade imobiliária um meio de aumentar a renda, proliferavam os cortiços, as habitações coletivas de aluguel e as favelas (BONDUKI, 1998).

Ferreira (2010) expõe:

(...) essa primeira urbanização se deu sobre uma matriz já marcada pela segregação social e a exclusão desde a época da colônia, foi de fato a forte industrialização da segunda metade do século XX, com a migração rural-urbana do Nordeste em direção aos pólos industriais do Sudeste, que iria exacerbar a tragédia urbana brasileira. (KOWARICK, 1993, *in* FERREIRA, 2010, p. 12)

No Brasil, a atividade exercida pelos pólos industriais sobre a mão de obra disponível no campo provocou, a partir de 1960, uma significativa explosão urbana. Esse crescimento econômico tinha como condição a manutenção do reduzido valor da mão de obra, na qual se insere a famosa frase supostamente atribuída ao Ministro da Fazenda entre 1969 e 1974, de que antes “era preciso fazer crescer o bolo, para depois distribuí-lo”.

Em 2008, o Brasil ainda apresenta segundo dados do IPEA de 15 de maio, um cenário em que os 10% mais ricos da população se apropriam de 75% das riquezas do país. Assim sendo, se por um lado o milagre econômico garantiu um crescimento significativo, levando o Brasil ao oitavo posto da economia mundial, por outro, o fez à custa da estagnação do desenvolvimento e da manutenção da miséria.

Sobre isso Ferreira (2010) comenta:

Ao contrário do que ocorrera nos EUA após a depressão de 1930 e o lançamento do New Deal, e na Europa, no pós-guerra, onde a expansão industrial se deu em um processo de inclusão social capitaneado pelo Estado do Bem-Estar Social, com vistas à estruturação de um mercado de consumo de massa, elevando os níveis de renda da população, por aqui se estruturou um sistema oposto, de “deixa-estar” social, em que a população pobre era relegada ao abandono, mantendo os baixos preços da mão de obra, enquanto o Estado-empresarial agia em total harmonia com os interesses das empresas que sustentavam nossa industrialização. (FERREIRA, 2010, p. 13)

No Brasil, o “público” sempre se restringiu a uma parcela minoritária da população, composta pelo nosso limitado mercado de consumo. É comum ainda em 2010, verificar políticas urbanas destinadas às melhorias da cidade formal privilegiada, enquanto as obras essenciais e urgentes nas periferias pobres são preteridas. Assim um retrospecto da ação do Estado, em todos os níveis em todo o País, no campo urbanístico, mostra um conjunto de políticas que muitas vezes excluem em vez de incluir, em especial quando se tratam de atende as demandas das classes sociais mais baixas.

Isso mostra as dificuldades que têm hoje as prefeituras e demais órgãos públicos quando se interessam em implementar políticas que invertam essa lógica do processo de urbanismo no país, visando atender as camadas mais pobres da população.³⁹

Assim acredita-se que os avanços obtidos graças à mobilização dos setores sociais implicados com a chamada “*reforma urbana*” que culminaram na aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, possam abrir novas possibilidades para uma ação pública socialmente mais justa e incluyente.

³⁹ Engrenagens seculares ancoradas em anos de burocracia e clientelismo, em que a política do favor imperava e tornava-se a regra.

CAPÍTULO 02

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ARQUITETURA PÚBLICA DA EA-UFMG

2.1 Trajetória

Um levantamento realizado pelo (CREA-MG) em 2001 constatou que cerca de 70% das construções de nosso estado são irregulares. Muitas delas representam uma ameaça não apenas para seus moradores, mas também para as comunidades onde se localizam, seja pela fragilidade da construção em si, seja pelos locais onde se encontram edificados, muitas vezes, inadequados. No caso específico da construção civil, é comum que a população – especialmente a de baixa renda – construa suas moradias sem nenhum critério técnico. Isso resulta em desperdício de material e de recursos, além de comprometer a qualidade e a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Associado a este estudo do CREA-MG o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção Minas Gerais (IAB-MG) também divulgou uma pesquisa em 2001 cujos índices não demonstram aspectos favoráveis a cerca da distribuição da atuação dos profissionais no Estado. Resultados demonstram a concentração dos profissionais da área nos grandes centros e nas cidades médias. Este fator, somado à carência crônica de quadros técnicos das prefeituras municipais resultou na constituição de uma comissão consultiva de Arquitetura e Engenharia Pública inserida no contexto da Escola de Arquitetura da UFMG, cujo segmento inicialmente estaria vinculado ao Centro de Pesquisa e Extensão da referida Escola (CEPEX), na formatação de um Programa de extensão universitária⁴⁰.

⁴⁰ Tradicionalmente a EAUFMG buscou manter em funcionamento um Programa de Extensão Universitária ligada a assistência técnica urbana e habitacional. Estes programas sempre visaram auxiliar a sociedade através de pesquisas e projetos aos problemas reais, chamado de realidade empírica. No entanto, o Programa de Arquitetura Pública se difere dos demais por conservar um caráter popular e participativo, legitimando assim as soluções técnicas apresentadas caso a caso.

O objetivo desta comissão seria definir ações estratégicas para a implantação de atividades de extensão, associadas à pesquisa acadêmica e ao intercâmbio de conhecimento entre a Universidade e a realidade empírica advinda das demandas dos próprios municípios por meio das suas prefeituras. A solução foi propor uma ação de assessoria aos municípios do interior de Minas Gerais contemplando três áreas principais: planejamento ambiental e urbano, patrimônio cultural e habitação de interesse social.

O programa inicia as atividades em janeiro de 2004, contando com o envolvimento de alunos da graduação, regularmente matriculados no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, por intermédio de um processo seletivo de alunos a partir do 3º período⁴¹.

O Programa em geral, contava com uma estrutura de funcionamento original no qual além dos alunos de graduação, também seria composto por um grupo de professores e pesquisadores nas diversas áreas técnicas para orientações aos trabalhos desenvolvidos. Além dos coordenadores locais, atuavam profissionais responsáveis pela administração das equipes locais, atuando na articulação e contatos entre as prefeituras e a Escola de Arquitetura.

O objetivo geral seria auxiliar os municípios em suas políticas urbano-ambientais, *complementar a formação* dos estudantes da graduação, aproximando-os da realidade brasileira e permitir maior integração do ensino acadêmico com a prática profissional.

O Programa já atuou e ainda atua em diversos municípios do interior mineiro: Sabará e Distrito de General Carneiro (2004-2006), Cataguases (2004-2006), Lagoa da Prata (2004-2004), Barbacena (2005- até dos dias atuais), Santo Antônio do Amparo (2005-2005), Ouro Preto (2006-2007), Serro (2006-2007), Paracatu (2006-2007), Leopoldina (2006-2007), Muriaé (2006-2007) e Sete Lagoas (2006-2007).

⁴¹ Esse critério levou em consideração a grade curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo, no qual os alunos do 3º período já tinham o teórica e prática suficiente dentro da EA-UFMG para corresponder as expectativas didáticas do Programa

A implementação desse programa baseia-se sempre na parceria entre diversos agentes, somente viabilizando sua implantação nos municípios, quando há o envolvimento de um grupo de parceiros que o apóia, financeira, política ou institucionalmente: a Universidade, as prefeituras, empresas, organizações não governamentais (ONGs), órgãos federais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), Caixa Econômica Federal (CEF). É interessante perceber como em cada caso, em cada correlação de forças, o programa tem se articulado com parceiros diversos.

As demandas mais urgentes e prioritárias, elencados pelo município, são sempre discutidas e pactuadas com os parceiros e o governo local para a seu atendimento. Desta forma, cita-se vários exemplos dessa atuação diversificada, ao longo dos últimos cinco anos: os projetos de reabilitação do centro histórico de Sabará, da antiga estação ferroviária de Barbacena, da re-locação de população de baixa-renda do sítio arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto, o projeto de reabilitação do bairro popular Nove de Março, em Barbacena, a elaboração dos planos diretores participativos dos municípios de Cataguases, Leopoldina, Muriaé, Sete Lagoas, Serro e Paracatu, a ação de assistência técnica em habitação social em Cataguases e Barbacena. Esta última experiência que conseguiu articular uma ampla parceria representa um caráter exemplar, razão pela qual vamos abordar alguns aprendizados e desafios que dela emergiram.

Antes mesmo de entrarmos no mérito específico das experiências dentro do Programa, é importante salientar o caráter único de cada assistência técnica prestada variando desde a forma de contrato firmado, dos parceiros envolvidos e por fim das demandas apresentadas. Para melhor entendimento partiremos da descrição da estrutura geral do Programa de Arquitetura Pública, que se inicia com a solicitação por escrito por parte da Prefeitura Local à Escola de Arquitetura do apoio e assistência técnica. Esse acordo então é celebrado por meio de um Convênio (guarda-chuva) acompanhado por um plano de trabalho, dependendo do caso. Após esta etapa, realiza-se o processo seletivo dos

alunos a participarem dos projetos, cujos contratos de estágio prevêm 06 (seis) meses de vigência⁴². Após essa etapa vencida, cabe a Prefeitura apresentar as demandas específicas de cada localidade, em ordem prioritária de abordagem.

A equipe do Programa coleta os dados necessários e desenvolvimento os projetos que são entregues à comunidade ou a Prefeitura na medida em que são concluídos, como se observa na estrutura geral do programa.

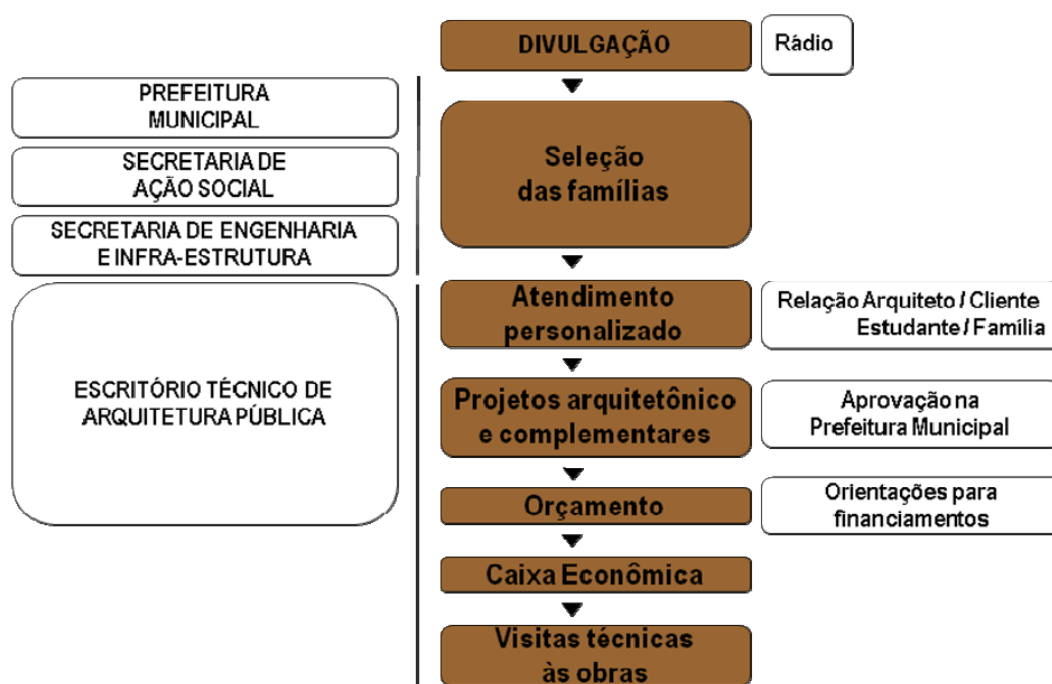


Figura 5 - Estrutura Geral do Programa de Arquitetura Pública de Cataguases

Fonte: ALONSO, 2010.

É comum, no entanto, vir à tona as diversas particularidades de cada município nos acordos para assistência técnica, no qual cada cidade apresenta o conjunto de parceiros e financiadores locais, para dar suporte aos custos do Programa, assim como as demandas municipais mais variadas. Isso abre um universo amplo de experiência e aprendizado para os alunos envolvidos, assim como aos professores e pesquisadores que além de vislumbrar o trabalho

⁴² Vale lembrar que um dos objetivos do Programa é gerar oportunidade ao maior contingente de alunos da Universidade, considerando seis meses um prazo mínimo para que possa ser iniciado, desenvolvido e entregue pelo aluno um conjunto de projetos proposto por leva.

como algo técnico-teórico, ainda tem que compatibilizar ações práticas no contexto de sua atuação.

No geral as assistências, por mais diversas que sejam, cumprem o mesmo itinerário, a compatibilização dos interesses políticos, as reais necessidades da população e a equipe técnica na formatação dos projetos em tempo hábil, para a sua plena elaboração e execução prática.

Para isso são elaboradas rotinas de abordagem que passam pela coleta de dados técnicos locais, pesquisas técnicas-teóricas, diagnósticos, propostas, diretrizes de intervenção (ações de curto, médio e longo prazo) e conclusão dos trabalhos com acompanhamento técnico. O conceito de assistência técnica adotada pelo Programa de Arquitetura Pública se pauta não somente na elaboração de projetos, e sim, no total apoio e suporte a parte executiva e nas avaliações pós-ocupação das áreas e edificações intervindas

2.2 Principais experiências do Programa de Arquitetura Pública

2.2.1 O caso de Sabará (2004-2006)

O projeto teve início em Janeiro de 2004, por meio de um convenio firmado entre a Prefeitura Municipal de Sabará e a Escola de Arquitetura da UFMG, em parceria com CREA-MG que através da Gerência Técnica e a Câmara de Arquitetura que concedia três bolsas de Iniciação Profissional destinadas a alunos da graduação da EAUFMG.

A demanda inicial da Prefeitura seria a realização de um projeto de Requalificação do Complexo da Antiga Estação Central de Sabará, cujos edifícios encontravam-se em abandono em estado de ruína e destruição.

Desde 1995, após as ações de privatização, ocasionando a paralisação das atividades férreas no complexo da Estação, o local foi sofrendo um sucessivo processo de destruição em consequência do abandono, seja pela ação do tempo ou mesmo por pessoas que passaram a frequentar o local.

O projeto levou a equipe técnica de Arquitetura Pública a ter contato com a comunidade residente no entorno da área. Em contraponto ao precário estado de conservação do complexo da Estação, as pessoas conservam uma memória viva do lugar, da época em que elas próprias ou seus parentes usavam o espaço seja para fins de trabalho ou apenas lazer.



Figura 6 - Vista de parte das ruínas da Antiga Estação Central de Sabará (2004)

Fonte: Prefeitura Municipal de Sabará, 2004.

Os trabalhos iniciaram sob a coordenação local do Arquiteto Eduardo Fajardo Soares, cujo serviço seria o levantamento cadastral dos dados existentes, execução de desenhos técnicos e memoriais descritivos, junto à comunidade e o poder público para a montagem de um programa arquitetônico local.

De acordo com exigências da Prefeitura, o local seria destinado à realização de feiras e eventos para a comunidade, além de resgatar a memória das atividades ferroviárias presentes na lembrança dos moradores, os quais constituíam, em sua grande maioria, de ex-funcionários da Rede Ferroviária Centro Atlântica.(RFCA). O projeto consistiu em um programa que agregou além das atividades coletivas de feiras e exposições, um centro administrativo, oficinas de aprendizado e um centro de memória ferroviária. O projeto foi

apresentado à comunidade em audiência pública no Teatro Municipal de Sabará, em dezembro do mesmo ano.

O outro projeto foi referente à proposta de requalificação urbana do “Largo do Kaquende”, também conhecido mais popularmente como “Largo do Jogo da Bola”. Esse projeto foi acionado pela Secretaria de Cultura de Sabará cuja demanda consistia em propostas de intervenção para requalificar e preservar os bens que constituíam o conjunto histórico do lugar. Este trabalho exigiu por parte dos membros do Programa de Arquitetura Pública, pesquisas históricas sobre a cidade, reunindo um conjunto de dados, fotos e documentos que contavam a trajetória urbana e espacial do Largo. Várias reuniões ocorreram junto a comunidade com participação ativa durante o desenvolvimento do trabalho, com opiniões, casos, concessão a documentos e material histórico particular.

A equipe da Escola de Arquitetura realizou em campo, vários trabalhos com a supervisão da Prefeitura local, sempre orientando de que maneira as pesquisas realizadas atingissem os objetivos e anseios da comunidade.

Além do viés social, que consistia na melhoria da condição de uso do espaço por aqueles que residiam e freqüentavam o local, havia uma intenção turística para a cidade de Sabará, por meio de um resgate histórico do lugar. O desafio então era como abordar o tema de forma consistente, ao ponto de não chocar o resgate histórico, com algumas intervenções de melhoria urbana contemporânea. Abrindo uma discussão muito interessante entre os técnicos entre “*vernáculo e pastiche*”.

O trabalho com duração de aproximadamente seis meses contou com a participação de diversos parceiros, tais como o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nos encontros técnicos houve preocupação de que propostas não interferissem com lei ou diretriz do contexto histórico e de preservação. Como resultado o projeto atendeu as expectativas tanto da população quanto da administração pública e dos órgãos técnicos regulares envolvidos. Assim em uma audiência pública em dezembro de 2006

o projeto foi entregue e aproximadamente 1 mês depois iniciaram as obras que foram concluídas e entregue aos moradores de Sabará.



Figura 7 - Largo do Kaquende, situação existente em 2004

Fonte: LAP – Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2006.



Figura 8 - Largo do Kaquende, situação proposta em 2004

Fonte: LAP – Laboratório de Arquitetura Pública da UFMG, 2006.

2.2.2 O caso de Cataguases (2004-2006)

No caso de Cataguases, o viés dos projetos foi diferente, o Programa se estabeleceu por meio de uma série de convênios que envolveram a EA-UFMG, a Prefeitura local e uma ONG, o Instituto Cidade de Cataguases (ICC), contando também, com o apoio de uma indústria têxtil local, a Companhia Industrial Cataguases. Faziam parte também do convênio uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto Francisca de Souza Peixoto, o CREA-MG e a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cataguases (ASSEA).

O projeto, um dos pioneiros no Programa de Arquitetura Pública da UFMG, atuou em Cataguases durante trinta meses, de agosto de 2004 a janeiro de 2007 num sistema similar ao do “internato rural” ou residência semelhante ao existente na área de Medicina, adaptado aos estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A cada semestre letivo, um grupo de quatro a seis estudantes matriculados entre o quinto e nono período curricular da graduação, residia em Cataguases, ao mesmo tempo em que prestava serviços ao município, orientados por um arquiteto-coordenador local, pelos professores da Universidade e pelos técnicos da Prefeitura. Nesses trinta meses, estagiaram 34 estudantes-residentes, que desenvolveram trabalhos nas três áreas de atuação do programa: assistência técnica em habitação de interesse social, atendimento individualizado a famílias de baixa renda. Na área de planejamento ambiental urbanos alunos participaram da elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP) municipal. Na área de patrimônio cultural, auxiliaram o município na elaboração de inventários de edificações de valor cultural e em projetos para resgate e documentação da memória de duas comunidades rurais. Na área de assistência técnica o programa atuou com maior ênfase no período de agosto de 2004 a novembro de 2005, num total de 16 meses.

Antes do Programa de Arquitetura ser implantado em Cataguases, as famílias de baixa-renda possuíam duas alternativas para construir suas moradias: ou procuravam a Prefeitura, que lhes fornecia projetos padronizados, para construção sem acompanhamento técnico, ou construíam suas moradias sem projeto ou qualquer orientação técnica. A proposta do *Programa de Arquitetura Pública* foi assistir a essas famílias na construção de suas casas, para que cada uma tivesse direito a um projeto gratuito e personalizado de uma moradia de até 60m² (com possibilidades de ampliação futura), com anotação de responsabilidade técnica no CREA-MG e alvará de construção. Cada família, além do projeto arquitetônico, receberia também os projetos estrutural, hidráulico e elétrico. As despesas nesta etapa seriam compartilhadas: as impressões dos projetos ficariam a cargo do Programa e as famílias arcariam com as despesas de anotação de responsabilidade técnica e de retirada do alvará de construção. A construção da moradia, por sua vez, ficava a cargo da própria família, que com o acompanhamento técnico da equipe da Arquitetura Pública. O programa foi iniciado com a sua divulgação, feita por uma emissora e um programa de rádio local e também através da Prefeitura, que o indicava às famílias que a procuravam para obter projetos de moradia.

No primeiro contato com os moradores, a equipe esclarecia como funcionariam os trabalhos, discutindo o significado da arquitetura, as diversas fases do projeto, quais desenhos seriam entregues, o que seria gratuito e o que deveria ser pago, entre outros pontos. Esperava-se que os usuários aderissem espontaneamente ao programa, cientes do seu funcionamento. Em seguida, selecionavam-se as *famílias*, sendo um dos critérios a renda familiar de até três salários mínimos. A seleção ficava a cargo da Secretaria Municipal de Ação Social, que avaliava as condições sócio-econômicas dos candidatos. Por outro lado, a Secretaria de Engenharia e Infra-estrutura avaliavam a localização, as condições físicas e de propriedade do lote. Nesse processo, foram priorizadas famílias que já possuíam um lote, doado pela própria Prefeitura ou adquirido com recursos próprios.

Iniciava-se então o atendimento personalizado por parte da equipe de Arquitetura Pública, sendo cada família atendida por um estudante supervisionado pelo arquiteto coordenador local.



Figura 9 - Atendimento às famílias assistidas no Programa Habitacional (2004)

Fonte: ALONSO, 2004.

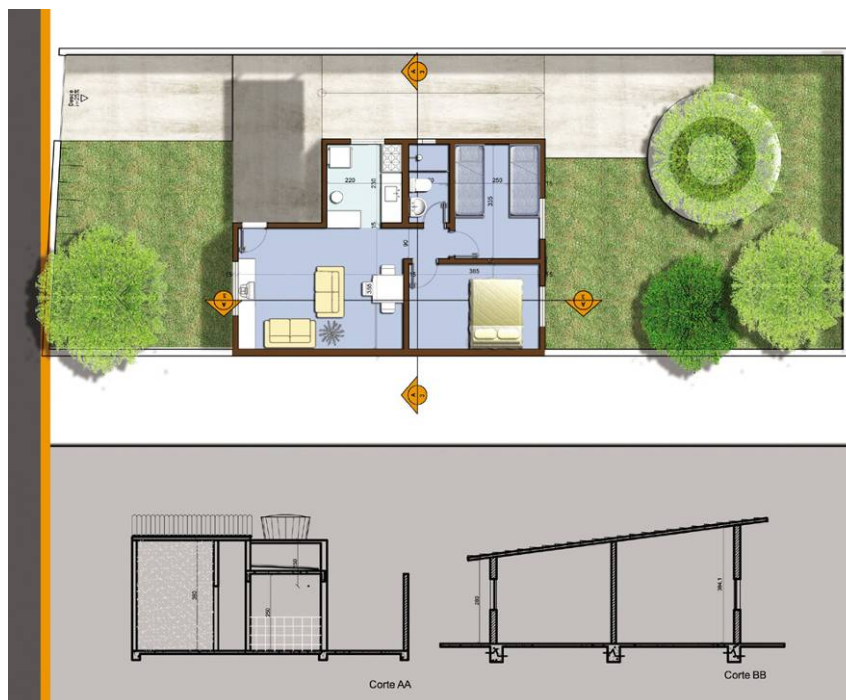


Figura 10 - Projeto de residência. Atendimento às famílias assistidas no Programa Habitacional (2004)

Fonte: ALONSO, 2004.

Nesse momento, os estudantes faziam as primeiras entrevistas com os usuários, para estabelecer em conjunto com ela o programa de necessidades, e, simultaneamente, os levantamentos dos lotes. A partir disso, realizavam-se

os estudos preliminares do projeto arquitetônico, que eram apresentados aos moradores, reunindo-se com elas a quantidade de vezes necessária para finalizar o projeto arquitetônico, que seria, então, encaminhado à Prefeitura para análise e aprovação. Posteriormente os projetos complementares – estruturais hidráulicos e elétricos – eram realizados, sob a orientação do coordenador local, dos professores da Universidade e dos técnicos da Prefeitura.

Com os projetos prontos, a equipe do Programa de Arquitetura Pública auxiliava ainda os eleitos na elaboração da lista de materiais, etapas da obra e orçamento, orientando-as também na busca de financiamento junto à Caixa Econômica Federal. Finalmente, quando eram iniciadas as obras, a equipe de Arquitetura Pública realizava visitas técnicas para orientar e acompanhar as várias etapas da construção.

O Programa foi inicialmente apresentado a 50 famílias cadastradas, que haviam recebido lotes doados pela Prefeitura no bairro São Cristóvão, das quais 43 optaram por aderir à proposta. A atuação inicial concentrou-se no Bairro São Cristóvão porque, os lotes daquele bairro foram doados a famílias de baixa renda. Nos anos seguintes, o Programa se estendeu a famílias de baixa renda em todo o município, tendo sido atendidas aproximadamente 70 casos.



Figura 11 - Cidade de Cataguases

Fonte: LAP – Programa de Arquitetura Pública, 2006

2.2.3 O caso de Barbacena (2005 - em curso)

A experiência do Programa de Arquitetura Pública em Barbacena teve seu início em maio de 2005, e atua até os dias atuais (2010). Durante a trajetória desta experiência, pode se observar um repertório de demandas, desde a sua criação em 2004 até os dias de hoje (2010).

O convênio que propiciou o início das assistências no município foi firmado entre a Empresa Municipal de Turismo (CENATUR) – uma autarquia da Prefeitura de Barbacena e a Escola de Arquitetura da UFMG.

A demanda principal seria o suporte técnico à equipe local da Prefeitura de Barbacena com estudos e propostas de requalificação urbana no centro da cidade, composto por quatro etapas de abordagem: a primeira a proposta de intervenção de melhoria urbana e arquitetônica no largo do Pontilhão, considerada o portal da cidade.

A segunda etapa se estendia a requalificação urbana ao longo da Rua XV de Novembro (principal eixo comercial da cidade) até a Igreja da Matriz N. S. da Piedade, incluindo estudos e proposta arquitetônica para as melhorias arquitetônicas ao novo camelódromo, localizado num terreno destinado a uma praça pública, atrás do edifício histórico da Igreja da Matriz.

A terceira etapa seria a proposta de um novo desenho de mobiliário urbano, incluindo lixeiras, ponto de ônibus, postes de iluminação, totens informativos e padronização das bancas de jornal, todos localizados à zona central.

Finalmente a quarta proposta seria a adaptação da Avenida Governador Bias Fortes, conhecida pela Avenida da Rodoviária, como pista de caminhadas e ciclovia, por se tratar de um trecho de 2,5km de extensão com reduzida declividade.

O conjunto das quatro etapas de intervenções urbanas fazia parte de uma estratégia política para melhoria das condições de uso de Barbacena, chamado na época de *“Circuito das Rosas”*. A Prefeitura, por meio de sua equipe técnica,

buscava valorizar local, considerados estratégicos por meio de uma requalificação pautada na melhoria estética do ambiente construído, a saber:

Valorização do pedestre, melhoria da fluidez do trânsito, descentralização de atividades, atração de atividades turísticas, todas estas premissas a serem alcançadas para Barbacena.

Buscavam alcançar os objetivos propostos, e se iniciaram no segundo semestre 2005 as discussões preliminares, entre as equipes técnicas locais e de Arquitetura Pública definindo providencias para o início do projeto.

Aspectos sobre o mesmo podem ser conferidos nas figuras 12,13,14,15 e 16.



Figura 12 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Situação existente (2005).

Fonte: LAP – Projeto de Arquitetura Pública, 2005.



Figura 13 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Proposta de Intervenção urbana (2005)

Fonte: LAP – Projeto de Arquitetura Pública, 2005.



Figura 14 - Largo do Pontilhão em Barbacena-MG: Após reforma urbana (2010).

Fonte: Superintendência de Comunicação – PMB, 2009



Figura 15 - Av. Gov. Bis Fortes: Situação Proposta (2005).

Fonte: LAP – Programa de Arquitetura Pública, 2005.

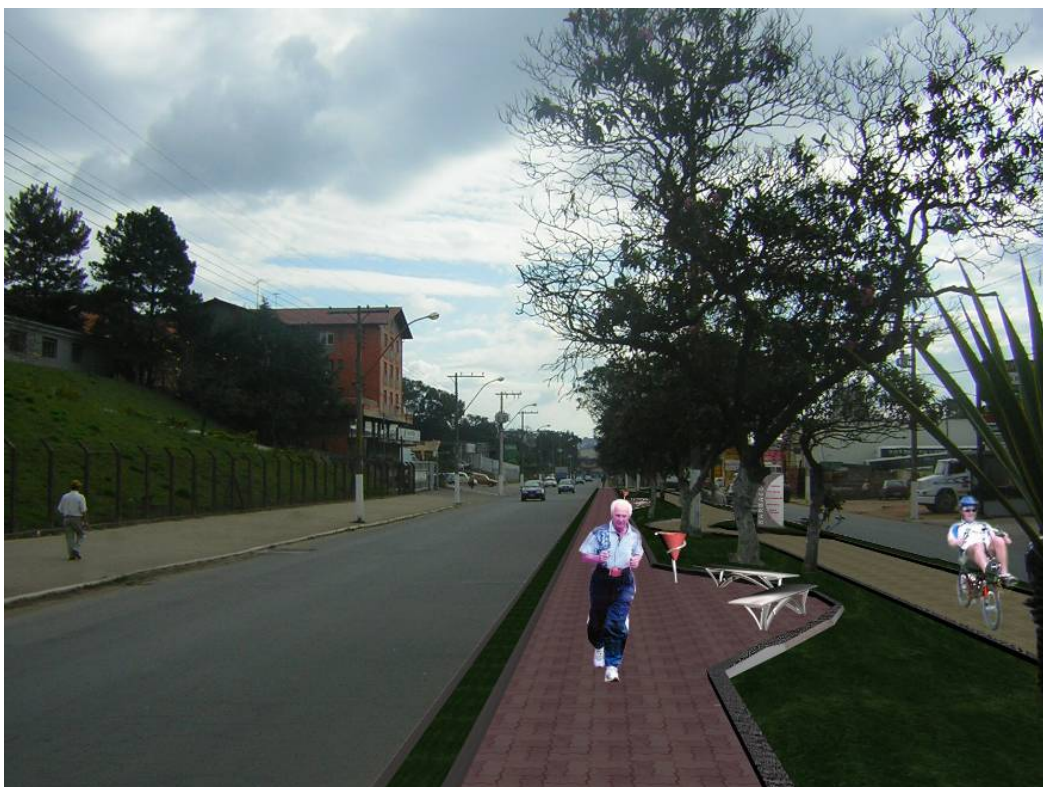


Figura 16 - Av. Gov. Bis Fortes: Situação Proposta (2005).

Fonte: LAP – Programa de Arquitetura Pública, 2005.

De início, a proposta do Convênio se pautava em estabelecer entre a Prefeitura Municipal de Barbacena e a Escola de Arquitetura da UFMG uma ação em conjunto, no qual a Equipe do Programa de Arquitetura Pública atua no apoio a todas as questões levantadas nos projetos. No entanto na prática isso não ocorreu.

Foi quando surgiu a demanda municipal para intervenção de um bairro de baixa renda da periferia, com a finalidade de se realizar um projeto piloto de melhoria urbana, a fim de gerar uma melhor “imagem do local.” Com isso, foi acordado entre as partes que a equipe técnica de Arquitetura Pública iria se afastar das intervenções da área nobre central da cidade e se concentrar no desafio de idealizar um projeto de requalificação urbana.

Assim em janeiro de 2006 inicia-se o projeto de “*Requalificação Urbana do Bairro Nove de Março*”, com ênfase nos estudos de diagnóstico urbano e assistência técnica habitacional, objeto do estudo de caso deste trabalho de pós-graduação.



Figura 17 - Vista Bairro Nove de Março (2006)

Fonte: LAP - Programa de Arquitetura Pública

CAPÍTULO 03

A CIDADE DE BARBACENA - ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Em janeiro de 2006, a Prefeitura Municipal de Barbacena através do chefe do executivo e a equipe técnica das secretarias de Obras e Ação Social apresentaram a necessidade de requalificar os bairros de periferia de Barbacena, tendo em vista o estado precário dos seus assentamentos e infraestrutura urbana, principalmente aqueles que surgiram a partir de 1990 e que em 2010 estão situados na periferia do município.

Essa demanda é direcionada para a Equipe da Escola de Arquitetura, em busca de um auxílio técnico que conseguisse sanar essa necessidade local. Como estratégia de ação, a EAUFMG propôs um trabalho que conjugasse pesquisa e extensão, na qual a primeira apresenta-se como objetivo a investigação sobre a situação atual do municio, pelos levantamentos históricos até os dias atuais. A segunda é ação conjunta entre a academia e a sociedade, em busca de um diagnóstico e conseqüente proposta de ação.

Assim sendo, o Programa de Arquitetura Pública foi escolhido, como um instrumento em potencial para gerar o resultado esperado para o município de Barbacena.

Para se compreender o contexto em que tal bairro se inseria, a equipe buscou o entendimento da cidade como um todo, visando à escolha do bairro que atendesse os quesitos prévios de carência e necessidades e, ao mesmo tempo, atendessem os interesses políticos da administração local.

Para tal finalidade foi adotado um conjunto de métodos orientados pelos professores da Escola de Arquitetura, que se iniciam por uma abordagem histórica, desde a formação do primeiro núcleo de povoado, na Fazenda da Borda do Campo em meados de 1700, até os dados atuais do município que demonstram o panorama municipal nas áreas socioeconômicas. Por último, a dotou-se a percepção ambiental, para a identificação de elementos que compõem o cenário urbano da cidade, pela construção esquemática de sua imagem de acordo com LYNCH (1999). Todos esses métodos procuram

interpretar a cidade em relação ao tempo, sob o ponto de vista morfológico, onde considerados, o ambiente urbano em constante transformação e desenvolvimento. Assim sendo, os tópicos deste capítulo objetivam apresentar essa trajetória sobre as abordagens científicas que proporcionaram a apreensão geral pela equipe de Arquitetura Pública sobre o Município de Barbacena

3.1 Inserção regional

O município de Barbacena insere-se na Mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais e na Microrregião de Barbacena, onde atua como cidade pólo por ser a maior cidade e por abrigar vários distritos e órgãos administrativos regionais, estaduais e federais.

Com população projetada, em 2009, pelo IBGE, em 128.572 e área territorial de 790 Km², limita-se ao norte com os municípios de Alfredo Vasconcelos, Carandaí e Ressaquinha; ao sul com Ibertioga e Antonio Carlos; a leste com Santa Bárbara do Tugúrio, Santos Dumont e Oliveira Fortes e a oeste com Barroso, Prados e São João D'el Rei. Sua posição geográfica é determinada pelo paralelo 21°22' de latitude sul, em sua interseção com o meridiano 43°77' de longitude oeste, como se observa na FIG 18, a seguir.

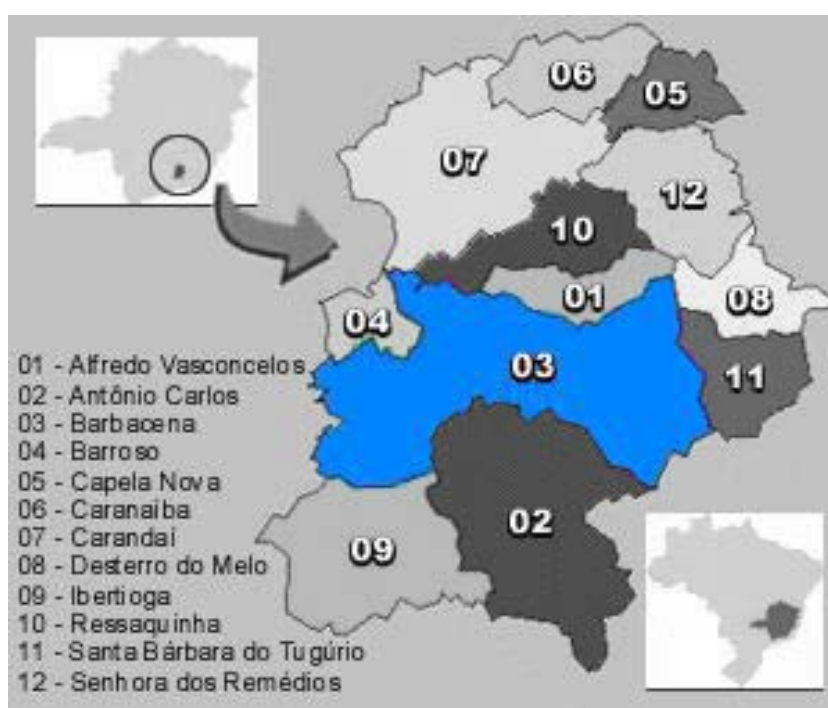


Figura 18 - Localização de Barbacena e municípios próximos.

Fonte: Barbacena Digital, 2010

O município possui 12 povoados e distritos, que são Colônia Rodrigo Silva, Correia de Almeida, Costas da Mantiqueira, Faria, Galego, Mantiqueira do Palmital, Padre Brito, Pinheiro Grosso, Ponte do Cosme, Ponto Chique do Martelo, São Sebastião das Torres, Senhora das Dores e a sua área rural.

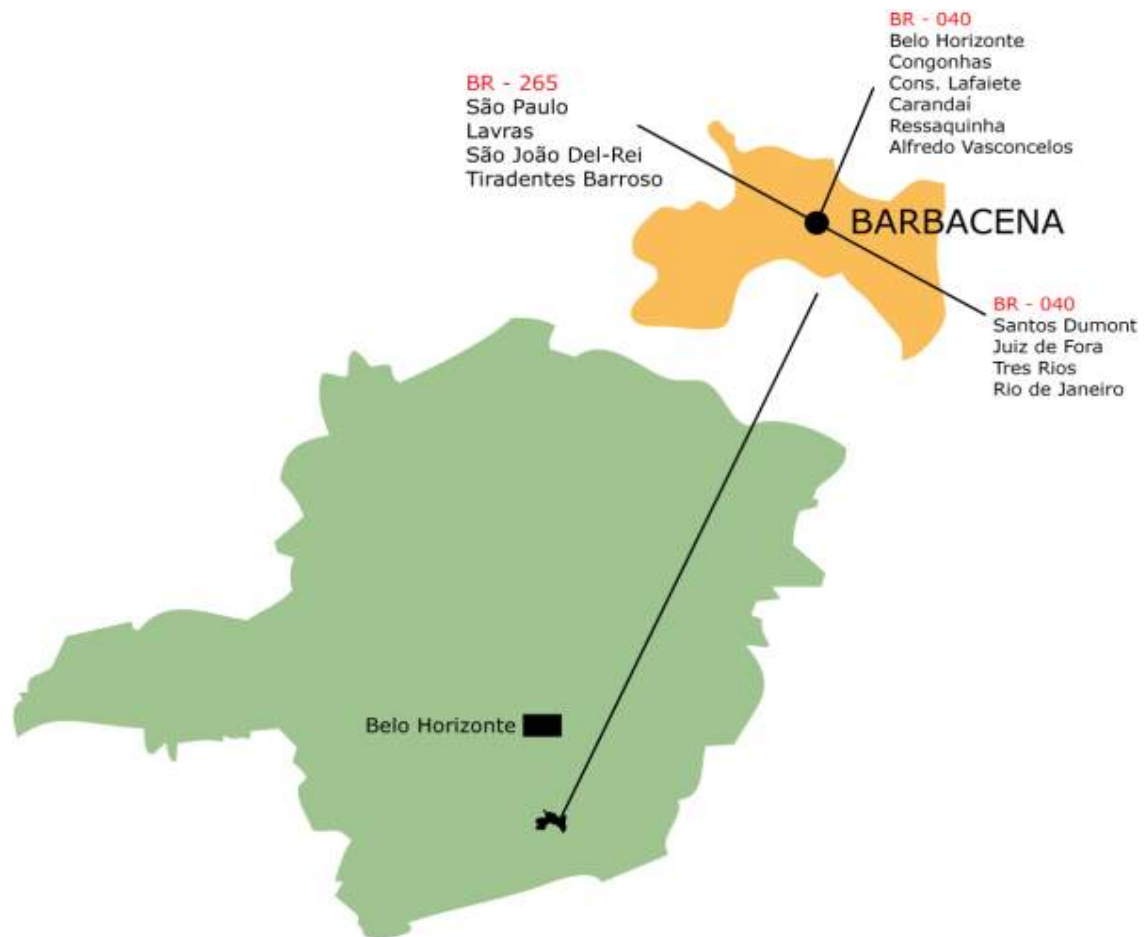


Figura 19 - Localização de Barbacena-MG

Fonte: Programa Arquitetura Pública, 2008.

O município de Barbacena se situa em posição privilegiada, cuja importância estava reconhecida desde os finais do séc. XVII porque auxiliava na entrada dos bandeirantes vindos de São Paulo e servindo como ponto de apoio e transição das matas fechadas para o campo, mais tarde conhecidas como Campo das Vertentes.

Desde a descoberta do ouro nas Minas este atua como ponto de pouso da Estrada Real e esta qualidade se mantém como ponto de apoio da ferrovia que

liga a capital do estado ao Rio de Janeiro transportando basicamente minério. Ainda ocupa essa posição estratégica, tanto no que tange ao sistema rodoviário Federal e Estadual, servido pela BR-040 (rodovia JK) que faz ligação entre Belo Horizonte, Juiz de Fora e Rio de Janeiro; pela BR-265 que a liga ao Sul do estado e a São Paulo; e pelas MG-135, MG-132 e MG-338 que a conectam com a Zona da Mata, toda Vertente e ao Sul de Minas, respectivamente. Portanto, encontra-se bem localizada em relação às três regiões metropolitanas mais importantes do país (Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro), integra-se rapidamente aos demais centros. A cidade se sobressai como ponto de articulação rodoviária entre o sul de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, o Estado de São Paulo e a região de Belo Horizonte, interligando também o Distrito Federal às cidades da região Sul e Sudeste. Seu principal acesso, que a tangencia, é a rodovia JK, a BR-040, terceira principal rodovia do país.

O quadro de ligação inter-regional forma-se através da rede de rodovias estaduais que interliga Barbacena às principais cidades do leste, oeste, norte e sul do estado e se entrelaça na malha viária federal, fazendo do município ponto de passagem obrigatório desde o início da formação do Estado de Minas Gerais, como se observa no seguinte mapa.

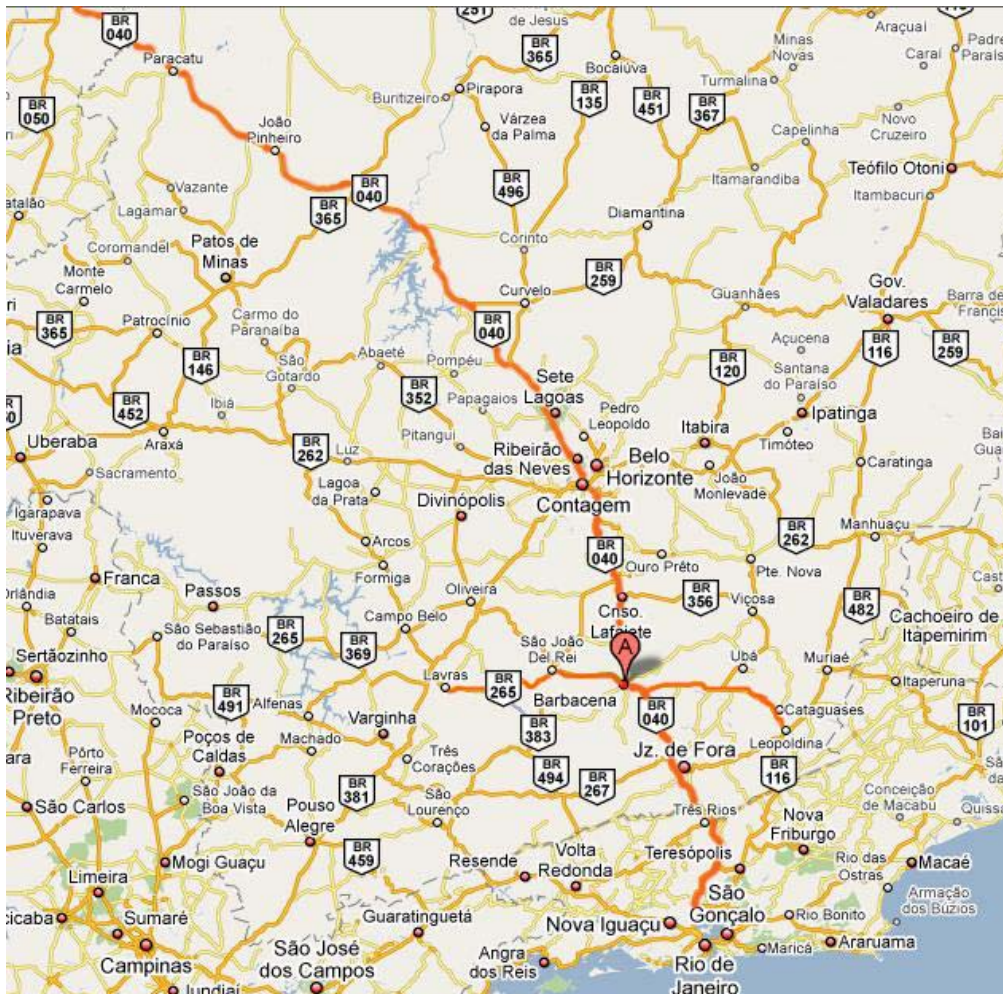


Figura 20 - Barbacena e sua integração no sistema rodoviário federal.

Fonte: GOOGLE MAPS, 2009.

De acordo com o estudo do IBGE *Regiões de Influência das Cidades*⁴³, Barbacena é classificada como Centro sub-regional A, que são cidades com populações medianas de 95 mil habitantes têm área de atuação mais reduzida em relação às capitais regionais e relacionamentos externos à sua própria rede dão-se em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Barbacena pertence à região de influência da metrópole nacional Rio de Janeiro, da

43 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008. Utilizou-se neste estudo metodologia proposta por Michel Rochefort (ROCHFORT 1961,1965; ROCHFORT; HAUTREUX, 1963) para análise da rede urbana francesa, em trabalhos que buscavam identificar os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar (p.129). Dessa forma as cidades foram classificadas e hierarquizadas em centros urbanos onde se tem as seguintes classificações: Metrôpoles, subdividas nas categorias Metrôpole Nacional e Metrôpoles; Capitais Regionais, subdividas entre A,B e C; Centros Sub-regionais, subdivididos entre A e B; Centros de Zonas, subdivido entre A e B e Centros Locais.

Metrópole Belo Horizonte e da Capital Regional B, Juiz de Fora. Por sua vez, estão sob sua influência 16 centros locais: Alfredo Vasconcelos; Alto Rio Doce; Antônio Carlos; Barroso; Capela Nova; Carandaí; Cipotânea; Desterro do Melo; Dolores de Campos; Ibertioga; Paiva; Ressaquinha; Santa Bárbara do Tugúrio; Santana do Garambéu; Santa Rita de Ibitipoca; Senhora dos Remédios. Esses centros locais, de acordo com o estudo do IBGE, são definidos pela centralidade e atuação que não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e têm população dominante mediana inferior a 10 mil habitantes.

Apesar de não haver um estudo sistematizado sobre a influência que os municípios vizinhos exercem na questão habitacional do município, percebe-se que Barbacena absorve alguns imigrantes provenientes desses locais, o que demanda de forma direta, novas moradias no município. Como exemplo, há o Bairro Nove de Março, criado para atender a demanda de imigrantes. Não há, portanto, problemas habitacionais com as cidades vizinhas nas áreas de fronteira municipal, pois Barbacena vem cumprindo esta demanda.

3.2 A Imagem da cidade

De acordo com Kevin Lynch (1999), cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; só percebida no decorrer de longos períodos de tempo. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, pelas seqüências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. Cada cidadão possui vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados.

Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele.

Este trabalho procura abordar a cidade não como um ente fragmentado, ou parcial, como na maioria das vezes costumamos percebê-la, mas como algo

abrangente, sendo resultado da combinação de vários sentidos que formam o ambiente.

“Se, em linhas gerais, a cidade pode ser estável por algum tempo, por outro lado está sempre se modificando nos detalhes”.

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. O bom observador seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê e a imagem ambiental pode ser decomposta em três componentes que traduzem o significado de compreensão da cidade: **identidade, estrutura e significado.**

Para entender o papel desempenhado pelas imagens ambientais em nossas vidas urbanas é preciso fazer a leitura do conjunto que se pretende estudar, descobrindo as formas e os elementos que contribuem para dar maior força à imagem do lugar. Nesta análise proposta de Barbacena duas abordagens básicas foram feitas:

Um reconhecimento de campo sistemático da cidade por um observador, que mapeou a presença de diversos elementos, sua visibilidade, a força ou fragilidade de sua imagem, suas conexões, desconexões e outras inter-relações, e registrou quaisquer vantagens ou dificuldades da estrutura imagística potencial. Foram avaliações subjetivas com base na aparência imediata desses elementos de campo.

Entrevistas com uma pequena amostra dos moradores da cidade, foram efetuadas com o objetivo de fazê-los evocar suas próprias imagens do meio físico em que vivem. A entrevista incluía pedidos de descrições, identificação de lugares e croquis; também se pediu aos entrevistados que fizessem passeios imaginários. As entrevistas foram realizadas com pessoas que já moravam ou trabalhavam há muito tempo na área e que tinham seus locais de trabalho distribuídos na zona em questão na qual foram aplicados os conceitos

de LYNCH⁴⁴ (1960). O mapa a seguir ilustra a imagem da cidade de Barbacena, em 2010.

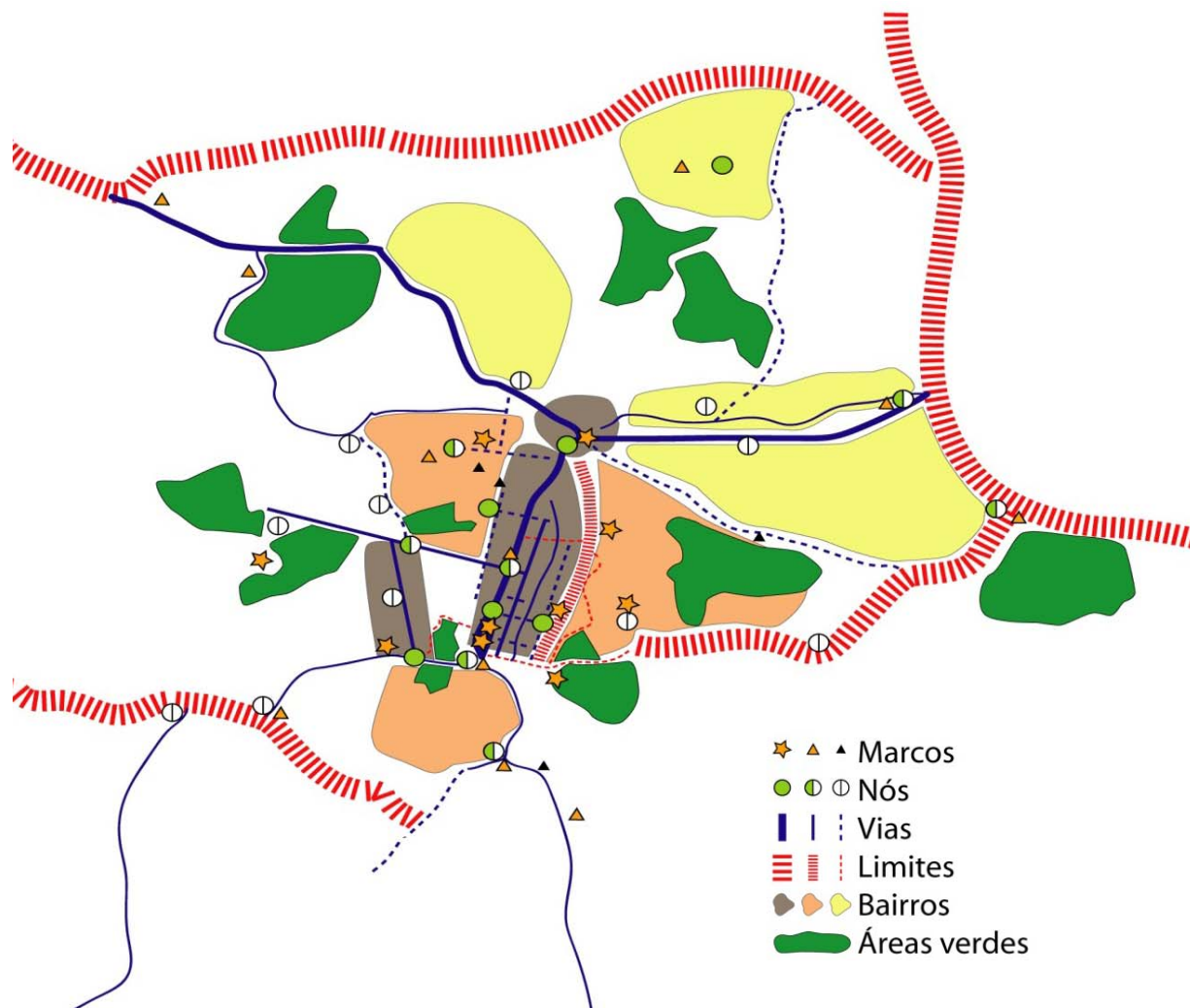


Figura 21 - A imagem da cidade – Barbacena, 2006

Fonte: Laboratório de Arquitetura Pública, 2006

⁴⁴ KEVIN LYNCH (1918-1984) foi professor Emérito de Planejamento Urbano no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. As suas teorias inovadoras, publicadas em sete livros e dezenas de artigos, transformaram as vidas e os ambientes visuais das pessoas nas cidades, de de todo o mundo.

3.3 Antecedentes Históricos

Barbacena, uma cidade oitocentista⁴⁵ de Minas Gerais, conta com uma história fundamentada em ideais liberais de aproximadamente com 300 anos. Situada em local distante das tradicionais áreas de extração de ouro e pedras preciosas, teve o início do povoado a partir dos Caminhos dos Bandeirantes, em especial do chamado “Caminho Novo (1698)”. Formou-se o primeiro núcleo de ocupação a partir da ocupação dos bandeirantes na Fazenda Borda do Campo, ali desenvolveram várias atividades baseadas na agricultura, comércio e abastecimento. O desenvolvimento do povoado ocorreu sob rígidas diretrizes do Reino e da Igreja Católica, coordenada pelas Irmandades e organizada em Freguesias, o que equivale, em 2010, ao patamar político e administrativo da nossa atual municipalidade.

O povoado se consolidou principalmente por Barbacena estar localizada em local estratégico, no entroncamento do Caminho Novo (Minerador) e o Caminho Velho (Sertanista), no qual era conveniente para pouso e abastecimento dos Bandeirantes, indo e vindo das Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo em direção ao interior de Minas, em busca das riquezas do ouro e pedras preciosas.

Por se tratar de um ponto de encontro entre viajantes, exploradores e comerciantes, Barbacena começa a se destacar pelas atividades agrícolas, sobretudo no plantio de grãos e criação de animais leiteiros, com a finalidade primeira de prestar apoio àqueles que por ali passavam e posteriormente como exportador dos produtos para demais localidades. A consequência foi o desenvolvimento e consolidação das atividades agrícolas e comerciais locais, assim:

“Há em Barbacena várias lojas muito bem sortidas, muitas vendas a algumas hospedarias. Em parte alguma da província a mão-de-obra é tão cara como nesta vila, o que decorre de

⁴⁵ As primeiras ocupações que deram início ao Povoado da Borda do Campo, núcleo primitivo de Barbacena ocorreu em meados de 1698, através dos Bandeirantes Garcia Rodrigues Pais e Domingos Rodrigues da Fonseca Leme. Porém o Município de Barbacena foi criado a dois de Outubro de 1791, sendo o Décimo dos municípios mineiros pela ordem cronológica de criação: Ouro Preto (1711), Sabará (1711), Mariana (1714), Caeté (1714), Pitangui (1715), São João Del Rei (1718) e Minas Novas do Fanado (1730)

que sendo esta continuamente atravessada por viajantes pressurosos de chegar ao seu destino, se vêem estes forçados a aceitar as imposições dos artífices. Barbacena é célebre entre os tropeiros pela grande quantidade de mulatas prostituídas que habitam e em cujas mãos esses homens deixam o fruto do trabalho. (HILAIRE. S. (1816) In MASSENA, Barbacena: A Terra e o Homem (1985, p. 287))

Entender então a trajetória de desenvolvimento de Barbacena é retroceder ao processo de formação dos Caminhos das Minas em especial a meados de 1698, com o surgimento da nova rota mercantil da Província das Minas até o litoral do Rio de Janeiro, juntar-se aos primeiros ocupantes da região da Borda do Campo e aos “Senhores do Caminho Novo”⁴⁶, os quais foram responsáveis pela inserção da região de Barbacena no contexto mercantil da época através do principal ponto de pouso e abastecimento das tropas de Bandeirantes de Minas Gerais.

3.3.1 A fazenda Borda do Campo

Segundo Augusto de Lima Júnior, as primeiras bandeiras, que penetraram o território mais tarde denominado de Minas Gerais, depois de vadearem o Rio Grande, subiam o Curso do rio das Mortes, até quase as cabeceiras, onde tomavam as margens de um afluente à direita, o Caieiro, pelo qual foram ter ao vale do ribeirão de Alberto Dias. Daí em diante, pelos espigões desnudos, seguiam, pela Ressaca, em direção às Gerais, guiados pelos alcantis das montanhas.

O historiador afirma que, ao começar o povoamento, o rio das Mortes foi, logo, reconhecido em todo seu percurso, e, como próximo de suas beiras, em direção à Mantiqueira, começavam a elevar-se florestas colossais, que se perdiam de vista no horizonte, as terras, a cavaleiro das vertentes do rio famoso, tomaram o nome de “Borda do Campo”, porque nelas se distinguia,

⁴⁶Referencia aos primeiros ocupantes da região da Borda do Campo e a ligação do lugar ao circuito mercantil do Caminho Novo – que ligava o interior das Minas ao Rio de Janeiro.

nitidamente, a diversidade natural entre as matas, que se mostravam nos grimpos da serra e os campos sem fim do planalto mineiro.

Em 21 de julho de 1664, Fernão Dias Pais partiu de Sant'Ana do Parnaíba, São Paulo, em companhia de seus filhos Garcia Rodrigues Pais e José Dias Pais. Iam à procura de esmeraldas no interior das Minas Gerais. Atravessaram a Serra da Mantiqueira, atingiram o Rio das Mortes e a Borda do Campo e prosseguiram até as cabeceiras do Rio das Velhas.

Em 1680, renovou expedição à procura de esmeraldas no interior das Minas Gerais, vindo a falecer de febre palustre, no meado do ano seguinte (1681), às margens do rio das Velhas. Tais expedições continuaram a partir de 1685, através de Garcia Rodrigues Pais, partindo de São Paulo em companhia de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, primo e cunhado.

Em 1698, Garcia Rodrigues Pais e Domingos Rodrigues da Fonseca Leme estabeleceram-se na Borda do Campo, data da chamada Fazenda da Borda do Campo, pertencente à Freguesia da Borda do Campo de Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes. No ano de 1699, o mesmo concluiu o picadão do Caminho Novo, do Rio Paraíba, no local da atual Cidade de Paraíba do Sul, à Borda do Campo. O lugar, devido à localização estratégica passou a ser ponto de pouso para as tropas de viajantes que cruzavam a região indo e vindo do Rio de Janeiro em direção as Minas.

No ano de 1702, Garcia Rodrigues Pais determinou a construção, sob a administração de seu genro, da capela de N. S. do Pilar do Registro Velho, que simbolizava a consolidação do povoado como ponto de assentamento das tropas e viajantes. Anos se passaram e em 1711, o Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme hospedou à suas custas, na Fazenda da Borda, seis mil homens que desceram de Minas sob o comando do Governador, Capitão-Geral Antônio de Albuquerque Coelho da Costa, contribuindo com o contingente de duzentos homens e forneceu o gado necessário ao seu abastecimento até o Rio de Janeiro. No mesmo ano começou a edificação da capela N. S. da Piedade na Fazenda da Borda do Campo.

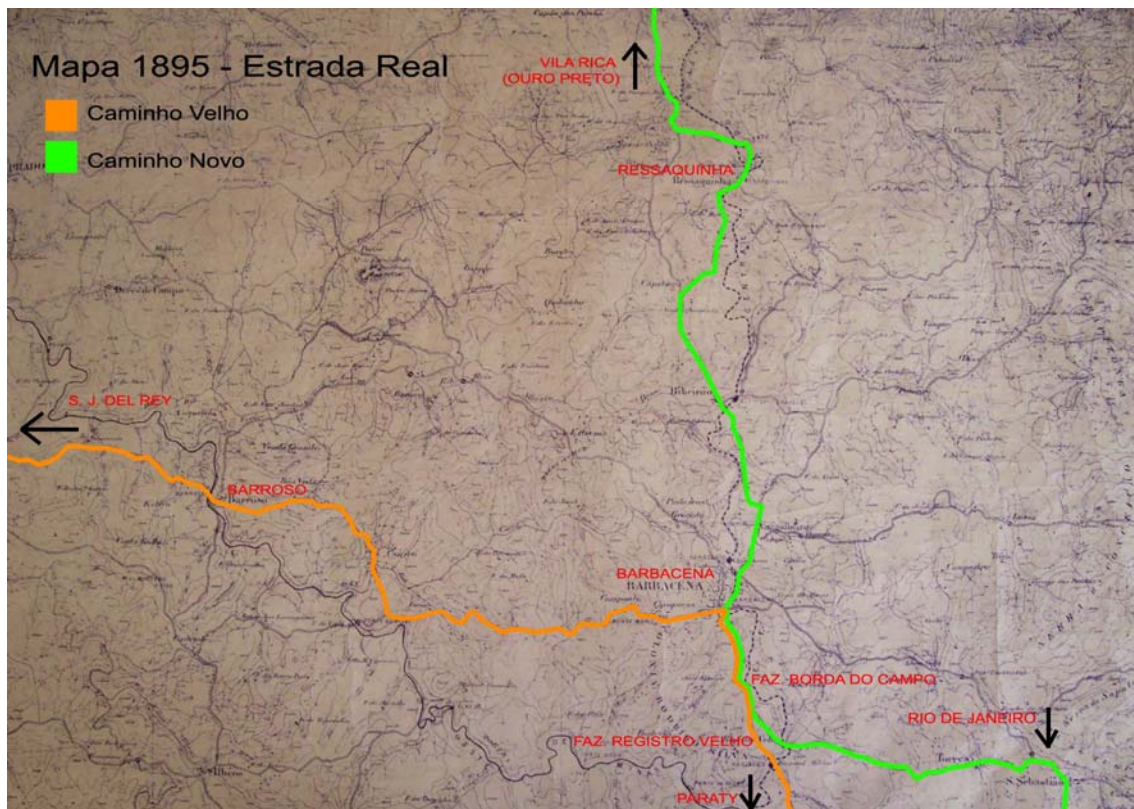


Figura 22 - Mapa mostrando o entroncamento da Estrada Real

Fonte: Arquivos Público Mineiro/ adaptação LAP – Programa de Arquitetura Pública, 2005



Figura 23 - Mapa mostrando a transferência da sede de povoado em Barbacena-MG

Fonte: Arquivos Público Mineiro/ adaptação LAP – Programa de Arquitetura Pública, 2005

Em 01 de Janeiro de 1726, o Bispo Dão Frei Antônio de Guadalupe esteve na Borda do Campo em visita pastoral. Em 19 de agosto de 1726, teve lugar a escolha de sítio em que se deveria construir nova Igreja para sede da Freguesia de N. S. da Piedade da Borda do Campo, em local da Fazenda da Caveira de Cima, em campo então deserto e inútil. Em 1730, a sede da Freguesia de N. S. da Piedade da Borda do Campo foi transferida para a Capela de N. S. do Pilar do Registro Velho.

3.3.2 O arraial

Na história de Barbacena é importante distinguir o Arraial da Borda do Campo do Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo. Ambas as freguesias tiveram por orago N. S. da Piedade da Borda do Campo e situavam na fazenda da Borda do Campo, de fundação e propriedade de Garcia Rodrigues Pais e de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme.

O Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo deveu a sua existência à construção da Igreja Nova da Borda do Campo, na Fazenda da Caveira de Cima, no local onde foi edificada, elevada a vila, com denominação de Barbacena.

“Borda do Campo foi à denominação genérica dada, originalmente, a toda a região do alto da Serra da Mantiqueira, onde se inicia o planalto das Minas Gerais, pelos que aí chegaram à demanda de ouro e de esmeraldas.”

Quando se construiu o Caminho Novo para as Minas Gerais, colimando a Borda do Campo, que atravessou rumo à Ressaca, hoje Carandaí.

O caminho foi orientado no sentido de alcançar o local da Borda do Campo em que se situava a Igreja do Campolide, passando pela Fazenda da Caveira, isto é, pelo local da Borda do Campo em que iria se situar Barbacena. Atravessando o Registro, que passou a ser, depois, Registro Velho, de orago N. S. do Pilar.

A fazenda e o respectivo arraial da Borda do Campo não foram atravessados pelo Caminho Novo, tendo ficado ao lado esquerdo dele.

Augusto de Lima Júnior⁴⁷ registrou.

Nem o próprio vigário podia habitar perto da nova igreja, porque não tinha onde, nem tão pouco estava em condições de abrigar com segurança o Santíssimo Sacramento. Os moradores reclamaram, então, como era de direito, a fundação de um arraial em torno da igreja. (MASSENA, 1985, p. 269)

3.3.3 A vila

Em 14 de agosto de 1791 Barbacena foi elevada à categoria de Vila, pelo Governador da Capitania das Minas Gerais, Visconde de Barbacena, o arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade do Campolide, na Borda do Campo. O símbolo de status era a construção do Pelourinho que fora erguido em local fronteiro ao edifício destinado à Câmara na vila⁴⁸.

A partir dessa data Barbacena passa a ser visitada por alguns viajantes ilustres que documentavam suas experiências no local, e descrevendo o cotidiano e a paisagem ali existente. Em 1808, o comerciante inglês John Luccock escreve:

Barbacena divide-se em duas ruas calçadas principais, cortando-se em ângulos reto e contêm cerca de trezentas casas, muitas das quais boas e caiadas por fora, juntamente com duas igrejas. (MASSENA, 1985, p. 285)

Em 1811 foi à vez do Barão de Eschwege, prussiano, que calculou em 3.530 pés a altitude de Barbacena acima do nível do mar e registrou a vila ter, de 350 a 400 casas.

Saint-Hilaire (1816) escreveu sobre a vila:

Essa vila foi edificada sobre a crista de duas colinas alongadas, uma das quais termina perpendicularmente ao meio da outra. A sua forma é aproximadamente a de um "T", e aí se deparam duas ruas principais que são bem traçadas e bastante largas; uma delas é calçada em toda a largura, e as outras o são unicamente em frente às casas. Estas são em geral, pequenas e baixas, e a maioria não

⁴⁷ Origens de Barbacena, p. 269

⁴⁸ O auto lavrado desse levantamento, ainda existe no Arquivo Público Mineiro

consta senão do rez-do-chão; mas são todas caiadas, e seus tetos pouco elevados são cobertos de telhas, e apresentam, exteriormente, aspecto de limpeza que agrada à vista. As portas e janelas são menos numerosas que no Rio de Janeiro, e as suas esquadrias pintadas de cinza ou amarelo contrastam agradavelmente com a brancura das paredes. Algumas janelas têm caixilhos, porém a maioria é feita de gradeado cruzado obliquamente. A maioria das casas possui pequeno jardim. (...) quase todos os muros de cerca são construídos de paralelepípedos de argila secos ao sol, podem medir de um pé e meio de comprimento por quatro polegadas de espessura (adobe) e são cobertos com telhas ocas ou com sapé”. (MASSENA, 1985, p. 286)

A Vila de Barbacena foi erigida, em julho de 1833, em sede da comarca de Paraíbuna, desagregada do Rio das Mortes, com sede em São João del-Rei, sendo, então nomeado o seu primeiro juiz de Direito.

3.3.4 O Município

Escreveu Nelson de Sena (1922)

O Município de Barbacena foi criado a 2 de outubro de 1791, sendo , portanto, o décimo dos municípios mineiros pela ordem cronológica de sua criação, precedida pela dos de Mariana (1714), Ouro Preto (1711), Sabará (1711), Caeté (1714), Pitangui (1715), São João Del rei (1718) e Minas Novas do Fanado (1730). (MASSENA, 1985, p. 274)

Assim fica registrada segundo a Sinopse Estatística do Município de Barbacena, Belo Horizonte, 1948 a evolução política do Município.

“O distrito ou freguesia foi criado em 1725, ou por alvará de 16 de janeiro de 1752, O Município com a denominação de Barbacena foi criado em 14 de agosto de 1791”.

Por alvará de 24 de fevereiro ou 17 de março de 1823, o Município de Barbacena recebeu o título de Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena.

“A sede municipal de Barbacena foi elevada à categoria de cidade por força da Lei Provincial n° 163, de 09 de março de 1840.”

Assim continuando, as calçadas (passeios) na área central da cidade e defronte aos prédios, foram construídas em 1983 e lê-se no Almanaque Municipal de Barbacena em 1898

Composta de mais de 700 casas, entre as quais se notam prédios de alto valor, sólida construção e de belíssimo aspecto, tem Barbacena 64 ruas, 18 praças, 16 travessas, 7 avenidas, 2 ladeiras e 19 becos, isto em 1898.” (MASSENA, 1985, p. 277)

3.3.5 A cidade

A história de Barbacena como cidade inicia em 1840, quando a Vila de Barbacena foi elevada de categoria pela Lei Provincial nº 163, de 09 de março de 1840.

Descreve sobre a cidade Milliet de Saint-adophe, no dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil, Paris, 1841.

Barbacena, antiga vila e hoje nobre cidade de Minas Gerais, 24 léguas do sul da cidade d’Ouro, e 59 ao noroeste do Rio de Janeiro”. Uma carta Imperial de 17 de março de 1840 lhe concedeu afinal o título de cidade, Está assentada no cume de duas montanhas, 3.530 pés acima do nível do mar. Seus ares são saudáveis, as ruas largas e alinhadas; as duas principais calçadas com passeios de cada lado, as casas baixas com seu quintal detrás. A igreja paroquial se acha no meio de uma grande praça, onde vão dar as duas ruas principais.

Há ainda mais três igrejas, a casa da câmara, com uma cadeia construída por um novo modelo, uma escola de primeiras letras para os meninos e outra para as meninas. Avalia-se a população desta cidade em perto de 3.000 habitantes. A passagem freqüente dos almocreves aumenta dia a dia a povoação. Têm muitas estalagens e armazéns bem guarnecidos, casas de pasto e lojas de bebidas”(…)” (MASSENA, 1985, p. 330)

Em 27 de julho de 1880, inaugurou-se a estação de Barbacena da Estrada de Ferro D. Pedro II. Isso representou um marco importante para a cidade, pois através da estrada de ferro passaram a chegar visitantes, além dos excedentes da produção agrícola do município ser escoada para o resto do país.



Figura 24 - Estação ferroviária de Barbacena durante a sua construção (1878).

Fonte: Arquivo Publico Municipal, 2010.

Urbanisticamente, Barbacena passa a deixar de ocupar os altos dos morros, sob os olhares rígidos da Igreja e ocupa as várzeas e os pontos mais planos e mais baixos da cidade, e ao longo da linha férrea. A cidade passa a receber vários incentivos públicos para melhoria da condição urbana. Em 1881 iniciam o abastecimento de água potável na cidade por meio de caminhões pipa, em 1882 ocorre à inauguração do Jardim Municipal e a biblioteca municipal. Neste mesmo ano a 30 de dezembro, foi inaugurada o primeiro serviço de abastecimento de água da cidade, tendo-se instalado, então, chafariz público à frente do Jardim Municipal.

Já no período republicano, em outubro de 1891, foi apontada, conforma a Lei Adicional à Constituição do Estado, n. 1, como um dos pontos prováveis para a mudança da Capital de Minas, então em Ouro Preto.



Figura 25 - Inauguração do Chafariz Municipal (1882).

Fonte: Arquivo Público Municipal, 2010.

Em 1888, é inaugurada em Barbacena à primeira fábrica de laticínios do Brasil, chamada Fábrica de Laticínios Mantiqueira, especialmente destinada à fabricação de queijos “tipo holandês”. Isso atrai plantas, maquinismo e pessoal técnico necessário direto da Holanda. Neste ano, inaugura também a Colônia Rodrigo Silva⁴⁹, na antiga fazenda do Falcão. Neste local se instalaram os primeiros imigrantes italianos de Minas Gerais, que vieram provenientes, na maioria, do norte da Itália. As primeiras famílias que chegaram a Barbacena eram principalmente de Friule, Udine e Vêneto. Ocuparam de início as antigas Chácaras do Dr. Penna e o Registro Novo. A chegada dos Italianos à Barbacena era considerada pela imprensa local (O POPULAR, 1890) como um acontecimento progressista para a cidade.

Os primeiros italianos, no entanto eram agricultores, com raras exceções, e tinham, no máximo, o curso primário, total ou parcial, que passaram a se dedicar a sericultura, recém implantada em Barbacena por iniciativa do Dr. Amílcar Savassi, administrador da Colônia Rodrigo Silva. Na ocasião

⁴⁹ A colônia de imigrantes em Barbacena recebeu o nome de Rodrigo Silva, em homenagem ao então Ministro da Agricultura da época.

empreendeu-se no incentivo à plantação da amoreira e a criação do bicho da seda, montando teares e outros aparelhos indispensáveis à fabricação da seda. Em 1898, Barbacena tornou-se o berço da sericicultura nacional. A foto a seguir ilustra como se implantou a colônia Rodrigo Silva.



Figura 26 - Vista Sericícola Barbacena, 1920.

Fonte: Arquivo Público Municipal, 2010.

Logo no início do século XX, Barbacena se destaca por ser palco de cenas cívicas, e que no período republicano até então merecera, de acordo com Altair Savassi⁵⁰ (1991) ser denominada de Meca dos políticos. Residia na cidade o Dr. Crispim Jacques Bias Fortes que na ocasião apoiara a candidatura de Marechal Hermes da Fonseca, que obteve expressiva vitória em Minas. Depois de eleito, por gratidão, conta Altair Savassi, o candidato dotou Barbacena de grandes melhoramentos federais, as quais foram a Estação Sericícola, que se tornou a inspetoria regional de Sericicultura, de âmbito nacional. Foram também implantados na cidade, a Escola Agrotécnica Federal, o Colégio Militar e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar. Foi construído o ramal da estrada de ferro do Piranga, para servir o distrito de Livramento e final o ramal da Oeste de Minas até a cidade de Barbacena. Ainda nas primeiras décadas do século XX, Barbacena desponta como estância sanitária, por causa de seu clima

⁵⁰ 1991, p. 45

ameno. Ocorre a abertura de vários hospitais psiquiátricos e de doenças respiratórias. Barbacena torna-se conhecida no cenário nacional como a cidade dos “Loucos e das Rosas” atraindo um contingente excessivo de pessoas para a cidade, trazendo conhecimento e transformando a dinâmica de seu desenvolvimento.

Em 1929, foi inaugurada em Barbacena estrada-tronco Rio-Belo Horizonte, incentivando uma nova era de desenvolvimento na cidade. É nessa mesma época a estrada de ferro assume sua vocação para transportes de cargas, em transportes de produtos agrícolas. A ocupação física de Barbacena expande para outros rumos, ao longo das novas vias para veículos.

A cidade que vivia uma era prospera na parte econômica, conservava o urbanismo impecável, chegando a serem citadas por Massena (1985) como a Paris dos mineiros conseqüente das belezas das praças, os jardins bem cuidados, os hábitos da sociedade em praticar os “Footings” de domingo pela manhã no Largo da estação ferroviária, cuja foto ilustra o depoimento.



Figura 27 - Vista do Largo da Estação Ferroviária, 1930.

Fonte: Arquivo Público Municipal. 2010.

A partir de 1950, Barbacena começa o processo intenso de expansões territoriais, com a criação dos primeiros bairros residências projetados para abrigar famílias que haviam chegado de pouco na cidade e também algumas tradicionais deixando as áreas centrais.

O processo de verticalização ocorre a partir da década de 1960 a 1970 no eixo central da cidade, conhecido como Rua XV de Novembro. Ocorre um dos primeiros inchaços populacionais, decorrentes da migração campo-cidade, atraídos pelo fortalecimento das atividades comerciais em Barbacena e na criação dos primeiros bairros populares por meio de incentivos e programas habitacionais lançados tanto na esfera Federal, estadual e municipal.

O impacto da urbanização nessas décadas é significativo para a cidade havendo a necessidade de se implantar um plano de medidas locais para coordenar e administrar o a sua expansão.

Um Plano Diretor Municipal, contratado junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Centro Técnico de Organização e Planejamento (CENPLAN) previa um Plano de Ação Imediata de Barbacena em 1965 depois em 1972. Este plano aponta principalmente propostas que utilizassem à dinâmica de apropriação do espaço, prevendo aberturas de novas vias de conexão entre os novos bairros surgidos na cidade e o novo direcionamento de expansão da cidade.

As décadas de 1980 e 1990 foram significativas para o local destacando-se o acelerado ritmo de formação das periferias, conseqüentes da estagnação da economia e do empobrecimento de grande parte da população, gerada pela falta de empregos no comércio e serviços. A crise no campo leva à migração de pessoas para o meio urbano e estas acabavam por se instalarem na cidade de forma informal e muitas vezes clandestinas. Várias edificações históricas, dentre eles alguns monumentos foram demolidos para darem lugar a edifícios de apartamentos, principalmente na zona central da cidade.

Frente a esta situação de intensa modificação do tecido urbano na área central ao mesmo tempo que Barbacena começa a absorver um contingente excessivo de pessoas vinda da zona rural e se instalando cada vez mais nas áreas periféricas da cidade. O município assume um plano local de habitação e urbanismo que visa principalmente planejar e executar alguns bairros populares na cidade. Inicia-se o período intenso de aprovação de projetos de loteamentos particulares em parceria com a Prefeitura municipal de Barbacena.

Poucos têm seqüência, alguns se mostram organizados apenas no início da sua ocupação, depois são invadidos e o processo acaba se dando de forma desordenada da mesma maneira. A política local afirma o seu caráter “populista” e apesar de forma se torna omissa a esses casos, permitindo décadas de formação irregular do seu tecido urbano periférico. Muitos dos núcleos de assentamento crescem tanto ao ponto de se conturbarem em formações únicas que hoje são reconhecidos como bairros da cidade.

A partir de 2000, com os incentivos federais e as novas políticas urbanas, Barbacena começa esboçar uma reação, e economia volta a aquecer, porém há muitos problemas na periferia a serem resolvidas, heranças de outras épocas passadas. E desde 2005, a cidade passa por propostas intensas de reformulação no seu ambiente construído, através da adoção de programas junto ao Ministério das cidades, na busca de recursos e auxílios extras que mostre a população e a administração local, o caminho para melhoria no seu espaço urbano e habitacional.

A evolução da cidade conseqüente destas ações políticas, econômicas e sociais pode ser observada nos mapas a seguir:

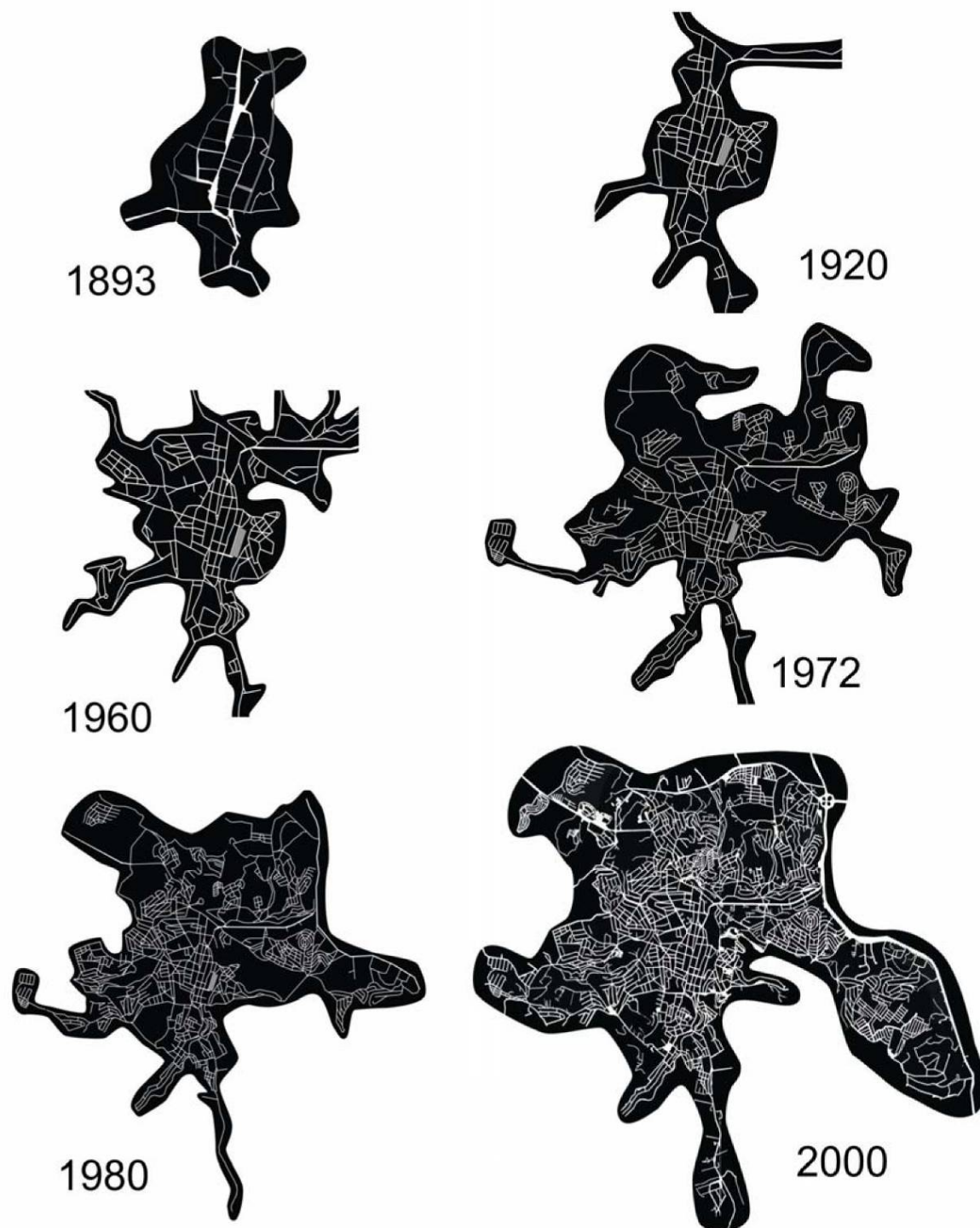


Figura 28 - Evolução urbana do distrito sede de Barbacena (MG)

Fonte: Produzida pelo autor, 2000

3.4 A cidade em 2010

Barbacena é um município Mineiro possui área de 788, 001 km², situada nas coordenadas 21° 13' 30" de latitude sul; 42° 46' 40" de longitude oeste na serra das Vertentes.

O clima frio, muito conhecido, tropical de altitude caracterizado por invernos intensos e verões amenos, confere à cidade, média de temperatura em torno de 17°. Devido ao clima, Barbacena é conhecida em todo o Brasil, e também no exterior, como a "Cidade das Rosas", em função da grande produção de primeira qualidade desta flor. No Brasil, o município também é conhecido como a "Cidade dos Loucos", conseqüente do número excessivo de hospitais psiquiátricos instalados no local. A cidade atraiu esses manicômios em decorrência da antiga idéia, defendida por alguns médicos, de que seu clima ameno, com temperaturas médias bem baixas para os padrões brasileiros, torne com que os ditos "loucos" fiquem mais quietos e menos arredios, supostamente facilitando o tratamento. A figura a seguir apresenta uma visão geral da cidade.



Figura 29 - Vista de Barbacena

Fonte: Produzida pelo autor 2010.

O município possui parque de exposições e um aeroporto com aeroclube. Sedia também o 9º Batalhão de Polícia Militar, a 13ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais e de estabelecimentos de ensino, como a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, a Escola Agrotécnica Diaulas Abreu (Escola Agrotécnica Federal de Barbacena, atualmente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sudeste de Minas Gerais e a Escola de Hotelaria do SENAC, o Colégio Tiradentes da Polícia Militar e o Colégio Imaculada Conceição. Também sedia a Universidade Presidente Antônio Carlos, Universidade do Estado de Minas Gerais e o Centro de Estudos Superiores Aprendiz , possui mais de 30 bibliotecas, cinco associações culturais e a Academia Barbacenense de Letras. Na cidade, também se encontram escritórios do DER e do IBGE.

Na economia da cidade, destaca-se o setor da agropecuária, principalmente, com o fornecimento de leite e derivados, além do plantio de rosas. O município conta com poucas indústrias. As de maior destaque são a RDM Vale do Rio Doce (Beneficiamento de ferros-liga a base de manganês) e a Saint Gobain (materiais cerâmicos). O setor de serviços é suficiente para a subsistência da cidade e região.

A cidade se destaca com um acervo de edificações históricas de estilo colonial ou barroco, destacando-se, sobretudo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cadeia Velha, Câmara Municipal, Museu Municipal, Solar dos Andradas, Solar dos Canêdo, Solar dos Bias, Sobrado dos Vidigal, Sobrado Paolucci, Residência Ânuar Fares e o Sobrado de Olinto de Magalhães.

Além dos estilos citados, Barbacena conserva marcada em sua história estilos de épocas posteriores tais como, o Art´ Decor e Art´ Noveu, e modernismo, apresentando em seu tecido uma composição bastante eclética de suas edificações.



Figura 30 - Colégio Abílio de Barbacena no final do século XIX, antigo educandário do Barão de Macaúbas serviu de sede do Colégio Militar, depois do "Gymnásio Mineiro" e hoje é a sede da EPCAR.

Fonte: Prefeitura Municipal de Barbacena, 2010.



Figura 31 - Exemplares ecléticos no Centro de Barbacena-MG

Fonte: Produzida pelo autor, 2010.

O ponto de cota mais elevada que permite a visão panorâmica de toda a cidade e adjacências é o mirante, localizado no bairro Monte Mário. A cidade possui restaurantes de comida típica italiana, árabe, oriental e mineira, além de bons serviços de hotelaria. No entanto, sofre efeitos da concorrência de outras cidades históricas mais próximas, como Tiradentes e São João Del-Rey que têm investido em gastronomia e eventos relacionados ao cinema.



Figura 32 - Vista geral da cidade demonstrando que Barbacena é situada em uma altitude elevada.

Fonte: Superintendência de Comunicação – PMB, 2010.

Em virtude do crescimento desordenado e da falta de conservação das vias públicas e construções históricas, o município perdeu parte de seu produto turístico, embora haja potencial para o mesmo, principalmente o de eventos e para aqueles relacionados ao clima frio, por apresentar invernos rigorosos devido aos seus 1.100 metros de altitude e pela sua localização estratégica, próxima à BR 040.

3.5 Os vetores de crescimento e expansão urbana em 2010

A partir do ano 2000, começam a ser discutidas iniciativas para implementação de novas políticas urbanas, valorização das áreas livres e conservação do patrimônio histórico. Iniciam-se então planos de intervenção nessas áreas, cuja primeira medida, foi à encomenda do plano diretor, ainda não aprovado na câmara municipal até 2010.

Devido a isto, a ausência de ordenações e diretrizes de crescimento verificam-se ocupações de novos bairros, na sua grande maioria, irregulares e em situação precária, cujo mapa a seguir apresenta os principais vetores.

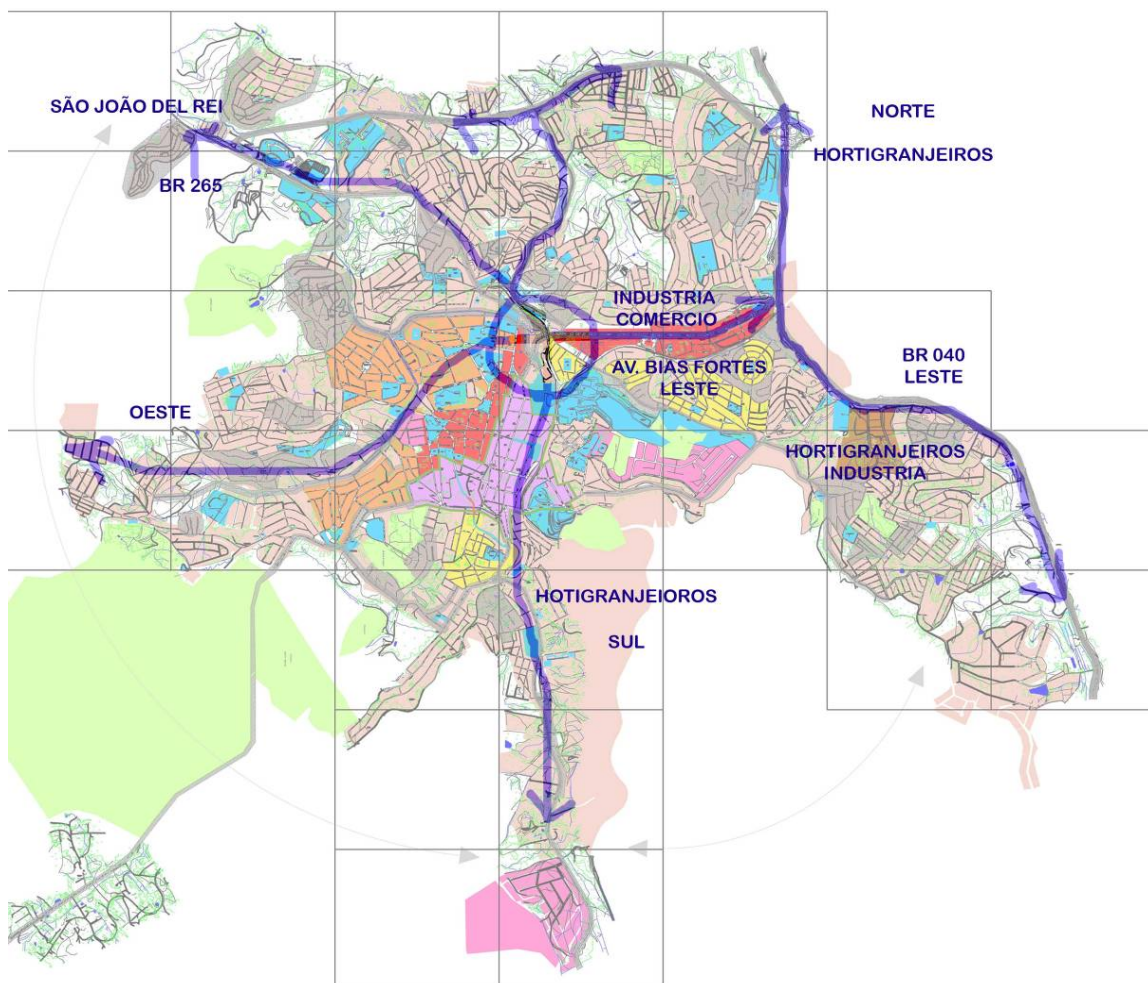


Figura 33 - Vetores de crescimento urbano de Barbacena-MG

Fonte: FJP. Adaptação: LAP, 2009.

3.6 O Urbanismo em Barbacena-MG

Os estudos históricos confirmam que, como aconteceu na maioria das cidades brasileiras, o crescimento urbano do município de Barbacena deu-se de maneira acelerada e conseqüentemente, com exclusão social. Desde da década de 1960, a cidade inicia um processo de transformação do tecido urbano motivado por vários fatores socioeconômicos. A economia fortalecida com a produção agrícola em alta, a ferrovia adotando um caráter de transporte de cargas muito mais que de passageiros, a rodovia se instalando na cidade, consolidando a malha de comunicação e transporte do município, a conseqüente chegada de pessoas das cidades vizinhas e zona rural⁵¹.

Esta situação provocou um impacto grande no tecido urbano, por um lado houve a verticalização da área central, conseqüência de uma especulação imobiliária forte, para dar lugar aos novos edifícios de apartamentos havia necessidade de se extinguir alguns exemplares históricos de arquitetura. Por outro lado, na periferia da cidade, a mancha de ocupação se espalhava rapidamente e de maneira cada vez mais irregular e clandestina.

Em 2010, já com a situação fora de controle pela complexidade dos problemas gerados em aproximadamente 50 anos de ocupações clandestinas, grande parte da população de baixa renda ocupa, de maneira indevida, terras urbanas de baixo valor, áreas de risco ou marginais, como áreas de planícies sujeitas a enchentes, encostas sujeitas a desmoronamento, entre outras. Aliado a isto a adequação indevida ao ambiente urbano para abrigar o acelerado crescimento populacional, leva a impactos em outros setores além do habitacional, tais como o abastecimento, transportes, saúde, energia, água e rede de trabalhos para absorver a mão de obra abundante. as figuras a seguir apresentam os tecidos urbanos existentes na cidade de Barbacena.

⁵¹ Importante salientar que as pessoas que saiam do meio rural em direção ao distrito sede de Barbacena representam os pequenos produtores que eram “engolidos” pelos latifundiários da região. Os pequenos produtores somente tinham duas alternativas: uma eles viravam empregados das fazenda, ou eles se mudavam para a cidade tentando a vida por lá.



Figura 34 - Vista geral da urbanização na área central de Barbacena-MG

Fonte: Superintendência de Comunicação – PMB, 2010.



Figura 35 - Vista geral da urbanização na área periférica do 5º anel de formação da cidade.

Fonte: Superintendência de Comunicação – PMB, 2010.

Tais tecidos foram se sobrepondo à forma urbana existente sob a forma de anéis concêntricos, como se observa na figura a seguir:

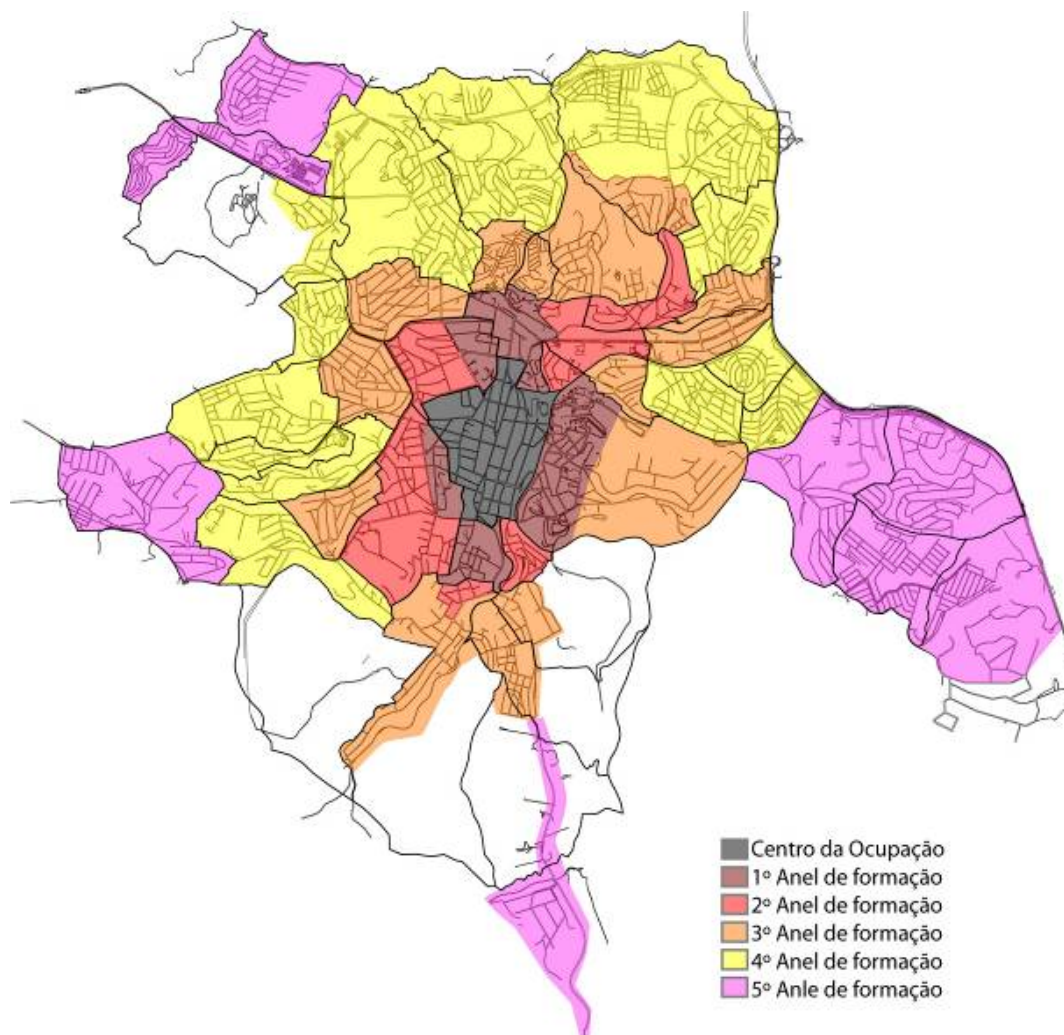


Figura 36 - Mapa da evolução da ocupação de Barbacena.

Fonte: Programa Arquitetura Pública, 2006.

Como mostra todos os bairros do quinto anel de formação são bairros gerados pela exclusão social, entre eles, o Bairro Nove de Março, desenvolvido na década de 90.

Foi esse o objetivo do trabalho apresentado como estudo de caso, objeto do quarto capítulo, o Bairro Nove de Março, caracterizado como uma típica área periférica das cidades brasileiras, para a proposição de diretrizes de intervenção buscando a sua melhoria de qualidade de vida, elencando não só os aspectos da imagem e de infra-estrutura urbana, como também a qualidade de habitações e inclusão social.

CAPITULO 04

ESTUDO DE CASO – A PROPOSTA DE RE-QUALIFICAÇÃO DO BEIRRO NOVE DE MARÇO

O projeto objetivava qualificar uma equipe de estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG, contando com a supervisão local de um arquiteto ligado ao LAP, e um pesquisador professor da Escola de Arquitetura para orientação de projetos.

As demandas eram coletadas em visitas à cidade de Barbacena e eram agendadas as vistorias de campo no local. A escolha do coordenador local levou em consideração a necessidade de uma assistência técnica aos estudantes durante a elaboração da pesquisa, uma vez que estes residiam na cidade e executavam a pesquisa, sem supervisão direta dos professores da EAUFMG durante o período.

Posteriormente os dados levados à Escola de Arquitetura eram analisados sob a orientação de um professor especializado. Os resultados parciais eram levados até a comunidade e ao poder público eram apresentados e discutidos para legitimar o trabalho participativo.

4.1 Apresentação do tema e justificativa

A tarefa delegada à equipe de Arquitetura Pública em janeiro de 2006, estudar e eleger um bairro da cidade para realizar estudos e propostas para gerar uma requalificação urbana, foi visto de maneira técnica por partes dos profissionais envolvidos.

A princípio optou-se por uma pesquisa histórica sobre as origens e trajetórias de Barbacena, até os levantamentos de dados e análises de leitura espacial das condições mais atuais do município, até chegar à elaboração do mapa de manchas de assentamentos precários, e dentre eles eleger o Bairro Nove de Março como projeto piloto tanto para o Laboratório de Arquitetura Pública, quanto para a administração local de Barbacena.

O bairro Nove de Março é um exemplo de processo associado à política populista local, que gera condições para a implantação de uma ocupação regular para depois se tornar irregular, pela omissão e ausência de aplicação de legislação reguladora vigente, e benevolência que permite a ocupação desordenada do local.

O que ocorre no Bairro Nove de Março é conseqüente da localização privilegiada, às margens da rodovia MG 265, que liga Barbacena às cidades históricas de Tiradentes e São João Del Rei. Sua localização, próximo a alguns equipamentos de importância para a cidade de Barbacena, tais como o Parque de Exposições, o Hospital Regional, o DER-MG regional. Estes, ao mesmo tempo em que atuam com indutores regionais impedem a expansão da cidade contribuindo para que a mancha de ocupação do bairro não se conecte fisicamente ao restante da malha urbana da cidade. Estando porém situados na rota de acesso de várias empresas significativas para Barbacena, tais como a Saint Gobain e a Vale do Rio Doce.

A situação fragmentada do núcleo Nove de Março, desconectado fisicamente de outros bairros, distante e isolado do restante da cidade possui apenas uma via de ligação, por meio da Avenida Prefeito Simão Tamm Bias Fortes, que constitui, na verdade, de trecho de extensão da rodovia MG 265, do que propriamente uma via urbana.

Desta forma, os problemas sociais enfrentados pela comunidade local se tornam inúmeros e maximizados pelos indicadores de desequilíbrio sociais: o tráfico de drogas, violência, sub-habitações, ocupação em área de risco, insalubridade, etc.

Já para o poder público local, soou conveniente, uma vez que o bairro é visto de vários pontos da rodovia, e qualquer mudança significativa da imagem do lugar geraria uma boa impressão da cidade aos olhos de quem por ali passa e vê. A FIG. 37 a seguir ilustra a localização do bairro no contexto municipal.

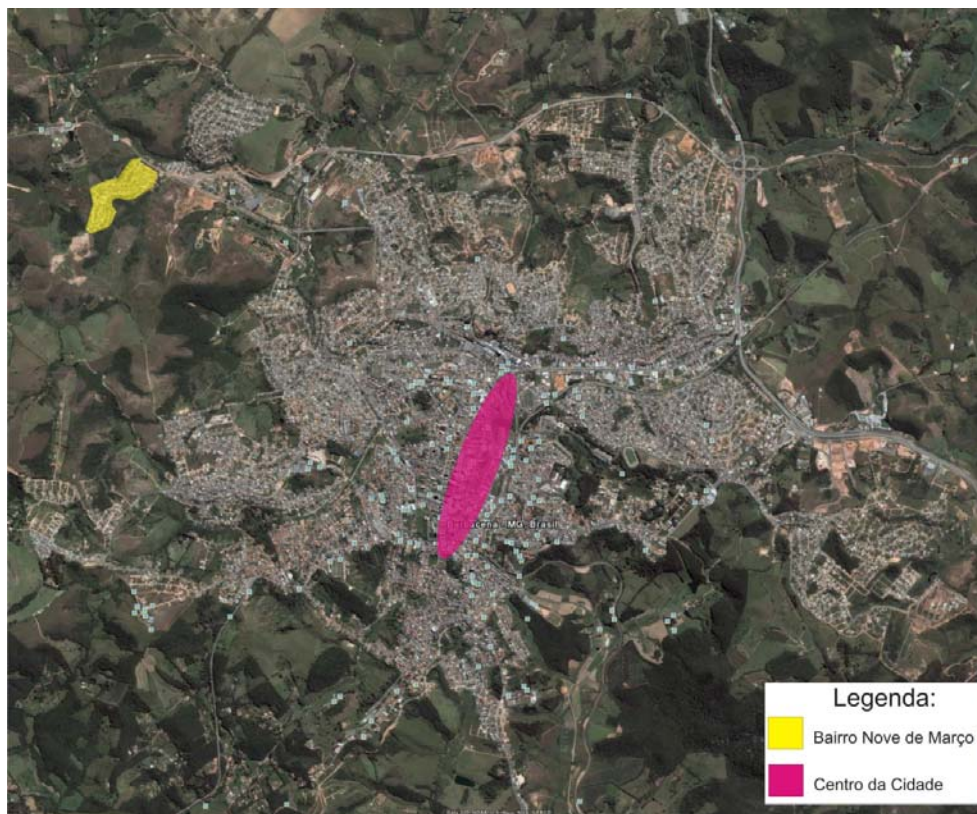


Figura 37 - Localização do bairro na área urbana

Fonte: Google Earth, 2010.

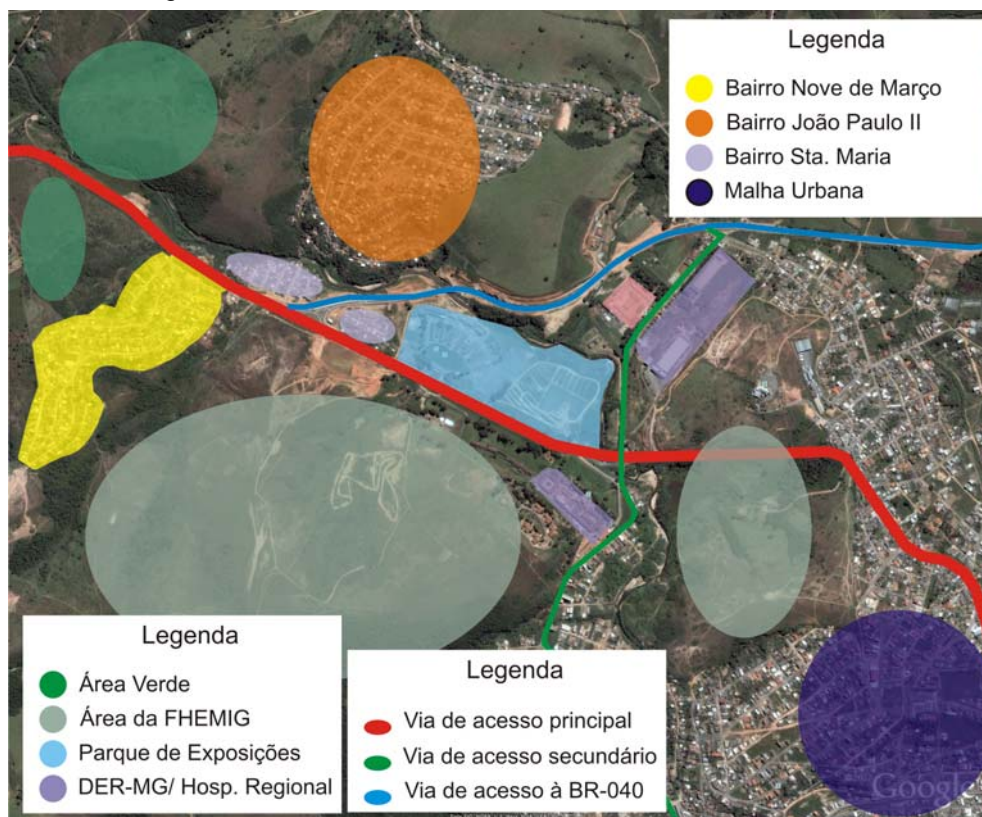


Figura 38 - Análise da Imagem do Lugar (LYNCH, 1999)

Fonte: Google Earth, 2010.

4.2 Situação fundiária e histórico de ocupação do bairro

Localizado às margens da rodovia BR 265 que liga Barbacena às cidades históricas de Tiradentes e São João Del Rey, o Bairro Nove de Março tem aproximadamente 18 anos de existência, atualmente, abriga mais de 650 famílias, a maioria de forma precária.

A sua localização, contribui para o agravamento dos problemas socioambientais da população, uma vez que os mesmos são carentes da atenção do poder público, traduzido em serviços precários e baixa estima dos moradores.

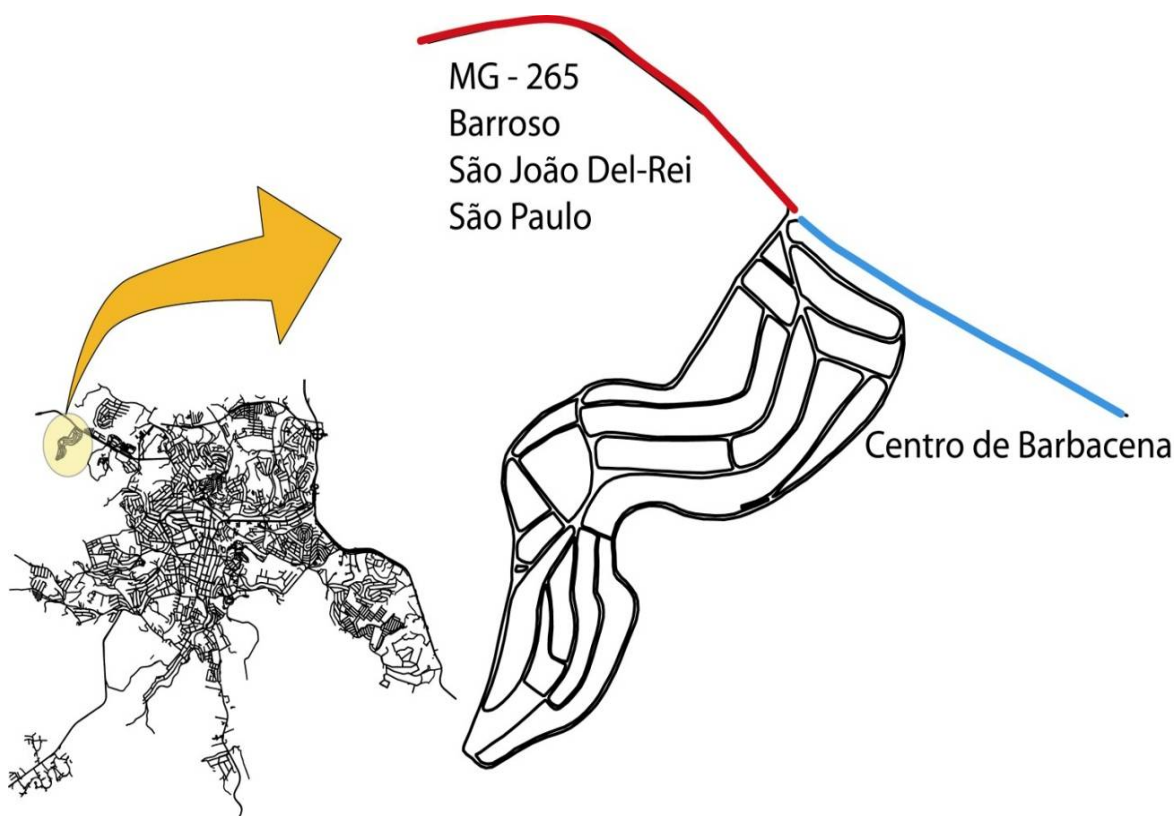


Figura 39 - Localização Bairro Nove de Março.

Fonte: Programa Arquitetura Pública, 2006.



Figura 40 - Vista do entorno onde se localiza o Bairro Nove de Março

Fonte: Programa Arquitetura Pública, 2006.

O Bairro Nove de Março teve sua ocupação iniciada no início da década de 90. Segundo relatos de funcionários públicos que participaram do processo de criação, em 1989, a gestão municipal articulou parcerias para a implantação de um bairro que atendesse à demanda de moradia das famílias de baixa renda, no município. Ao final das articulações políticas, em 1992, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais cedeu à Prefeitura parte do terreno para a ocupação de um projeto de habitação de cunho social. Ficou acordado que a outra parte do terreno seria obtida através da compra de uma propriedade particular, pela Prefeitura.

Ao início da construção do bairro, a Prefeitura Municipal de Barbacena aliou-se à FEC-CASA Fundação Educacional Cultural Comunitária de Assistência Social Auxiliar, mais conhecida como Fundação C.A.S.A, criada para construir os bairros populares em Barbacena e região.

As atividades de assistência a habitação popular na cidade iniciaram em uma gleba situada na margem oposta da pista onde está situado o Bairro Nove de Março. Que deram origem ao nome de Bairro Santa Maria. Visto que a demanda por habitação popular estava crescente, a prefeitura decide adquirir uma gleba mais extensa, de propriedade particular do Sr. Urias de Castro Barbosa, onde iniciaram em meados de 1994, a construção do loteamento Nove de Março. O empreendimento contava com projeto urbano e um tipo arquitetônico padrão aprovados pela Secretaria de Obras do Município.

Na época da construção do bairro foram cadastradas aproximadamente 200 famílias de baixa renda. Elas receberam o lote, através de doação, e as casas foram construídas no regime de mutirão comunitário. Assim, a intenção inicial, era minimizar o déficit habitacional, e ao mesmo tempo, capacitar as pessoas para o trabalho na construção civil. Os atores envolvidos na construção do Bairro Nove de Março foram: a Prefeitura Municipal de Barbacena, responsável pelo projeto urbano e a implantação de serviços de infra-estrutura básica; a Fundação CASA, responsável pelo cadastro das famílias, a coordenação das construções e os projetos das casas; e os moradores, que participaram através da sua mão de obra.



Figura 41 - Croquis ilustrando o Plano inicial (1990) e a expansão (1994/5).

Fonte: Arquivo do autor, 2008.

A princípio, o cadastro das famílias seguiu critérios rígidos, impostos pelo governo municipal. Porém, esses critérios foram desvirtuados, ao longo do processo, devido a interesses políticos específicos. E ainda, para agravar a situação, algumas das pessoas que receberam, repassaram o lote ou casa num acordo verbal de compra e venda.

Quando iniciaram as primeiras construções, várias pessoas resolveram residir na obra, em barracos de lona, pois, essa era a única maneira de garantir o direito de propriedade do lote. A princípio, os lotes foram doados no regime de concessão de 20 anos, aos moradores tornando a Prefeitura Municipal responsável pelo terreno, até que se finalizasse o processo de regularização sob o direito de propriedade. A proposta seria que, após a regularização do processo de compra e venda do terreno, a prefeitura passaria a escritura do lotes em nome do seu morador. Porém, a Prefeitura não cumpriu todos os acordos do contrato de compra e venda do terreno e nenhuma família possui a titularidade do lote e tampouco o registro da escritura no Cartório de registro de imóveis.

A Fundação C.A.S.A, por outro lado, também não conseguiu cumprir os prazos previstos no cronograma de execução das obras, que foram sendo esticados, até que houve modificação na gestão da política pública municipal e a Fundação C.A.S.A abandonou o projeto, deixando o bairro semi-construído, em 1994, que, entretanto, continuou a crescer. Em 1994, o bairro já dispunha de serviços públicos de infra-estrutura básica que atendiam às necessidades dos moradores. Contudo, com o aumento expressivo de moradores e moradias, a ausência de planejamento adequado e de investimentos públicos e até mesmo pelo seu histórico de ocupação, Nove de Março foi transformando-se em um bairro degradado, com problemas sociais e ambientais.

Em meados de 1997, o bairro já ocupava o dobro do território definido na época da primeira fase da ocupação. A prefeitura, por método de um levantamento, identificou os assentamentos da segunda fase do bairro apropriada de forma espontânea. Na mesma época, aproveitando o levantamento cadastral, a prefeitura regularizou o traçado das vias locais e a dimensão dos lotes,

Em 2010 há cerca de 430 famílias residentes no bairro que contam com serviços básicos de água, luz e esgoto. Porém, o acesso aos serviços de saúde e educação é precário e as áreas de lazer são inexistentes. Além dos inúmeros problemas, o bairro Nove de Março apresenta também deficiência na

infra-estrutura e áreas caracterizadas como áreas de riscos ambientais e sociais.

4.3 Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento da pesquisa que visou o entendimento da dinâmica urbana do local, foram adotados três eixos metodológicos para fundamentar a proposta de intervenção urbana no Bairro Para tal, fez-se necessário investigar a situação existente, identificando os problemas sociais e ambientais e as possibilidades de direcionar a ocupação descontrolada.

O projeto foi dividido em duas etapas, que compreenderam o *Diagnóstico* e a outra que compreendeu a *Proposição*. O diagnóstico se baseou em aportes de metodologias distintas, reunidas nos seguintes eixos:

- Análise morfológica e de desenho urbano;
- Análise antrópica, com leitura dos dados contextuais;
- Análise baseada na leitura comunitária
- Uma visão geral do bairro pode ser observada na figura 42.

A proposição levou em conta os problemas encontrados no meio físico, entre a parte de infra-estrutura urbana e habitações conjugadas com as áreas livres e/ou públicas. Privilegiou um acerto participativo da comunidade como um todo, no qual tiveram oportunidade de apontar as deficiências cotidianas do local onde viviam. A estratégia de intervenção considerou metas que atendessem melhorias a curto, médio e longo prazo, a fim de levar tanto ao poder público quanto aos moradores a eficiência esperada das análises e projetos.



Figura 42 - Imagem de satélite do Bairro Nove de Março.

Fonte: Superintendência de Geo-Processamento da PMB, 2006.

4.4 Contatos com a comunidade e poder público

Um dos desafios enfrentados pela equipe técnica foi o tipo de abordagem a se adotar nos trabalhos, que pudessem atender as diretrizes do poder público local e as reais necessidades da comunidade em questão. Se por um lado, a prefeitura tendia para uma requalificação urbana com ênfase em um embelezamento e melhoria da qualidade habitacional da população, por outro lado os moradores do bairro apresentavam uma descrença com as promessas políticas.

Não havia, de fato, um representante da comunidade simbolizada por um líder comunitário, não havia oficialmente uma organização comunitária, tampouco associação de moradores. Mas havia de fato, carência de infra-estrutura urbana, de moradia e graves problemas sociais. A figura nº 43 ilustra uma das inúmeras situações encontradas.



Figura 43 - Acessos ao bairro

Fonte: Produzida pelo autor, 2006.

No início das pesquisas a equipe técnica se deparou com uma comunidade carente e descrente das promessas do poder público, decorrente da situação de total abandono e descaso por parte das autoridades aos problemas existentes.

Por sua vez, a comunidade revelava uma dificuldade de se organizar por si só. Havia dois grupos que disputavam a liderança dentro do bairro. Um era formado por pessoas ligadas a Igreja Católica, e outro era um grupo ligado à Pastoral e a uma ONG denominada “Nós do Nove”. Havia uma líder comunitária que não era reconhecida por toda a comunidade como representante local. O cenário era de desorganização, que levava os interesses comuns a um patamar incapaz de sustentar alguma possível mobilização.

A primeira grande meta neste caso, foi agendar um contato com os representantes mais efetivos desses grupos e apresentar a equipe, no intuito de conquistar a sua confiança para possibilitar a coleta de informações necessárias durante o trabalho de campo. No início as pessoas associaram a imagem dos pesquisadores a dos políticos, vendo a pesquisa como meios para

angariar votos, mas logo perceberam o caráter científico e assim, houve a adesão e a participação. A foto apresenta o tipo de abordagem informal que ocorreu no trabalho.

Por meio de sucessivos encontros, visitas de campo, entrevistas e questionários, as necessidades coletivas foram que a equipe previamente antevia: O bairro apresenta carência de provisão de infra-estrutura urbana, tais como pavimentação, drenagem pluvial, coleta de lixo, transporte ineficiente, limpeza e capina urbana, e precárias condições habitacionais. Problemas sociais, tais como violência, drogas, evasão escolar, falta de emprego que tomados conjunto contribuía para agravar a condição de alto estigma da comunidade que por si, não se reconheciam parte integrante do contexto urbano de Barbacena.

A expectativa do poder público com o projeto piloto seria que este fosse implantado em três etapas, a curto, médio e longo prazo, contando que processo após iniciado, se tornasse irreversível a ponto de transcender administrações. O foco no entanto, não estava no setor social e sim físico no bairro, sendo sugerido no início iniciativa de tratamento de fachadas e paisagismo para gerar resultados positivos na imagem do bairro.

As ações eram coordenadas pelo chefe do poder executivo (Prefeito Municipal), coordenado pela CENATUR (Empresa Municipal de Turismo), e executado pela SIPU (Secretaria de Infra-Estrutura e Políticas Urbanas).

4.5 Métodos de investigação ambiental

Os trabalhos técnicos iniciaram-se com a adoção de métodos de desenho urbano (Pereira Costa et al, 2008) utilizando um roteiro que reunia coletâneas de autores ligados ao entendimento da cidade por meio de dados coletados em trabalhos de campo e interpretação do espaço. Os métodos elencados por DEL RIO (1992) que compreendiam as abordagens relativas às concepções e imagens. Desses métodos forma indicados a aplicação dos métodos de

percepção ambiental (LYNCH, 1960) e as seqüências espaciais urbanas (KOHSDORF, (1996)).

Outro método de investigação utilizado foi a Morfologia Urbana (COZEN, 1982) e a definição do tipo básico, Utilizando o instrumental da Tipologia (CANIGGIA e MAFFEI, 2001). E por fim utilizaram-se os métodos relativos a atividades padrões (ALEXANDER, 1979).

4.5.1 Análise Perceptiva

A pesquisa inicia-se por meio de uma investigação empírica de impressões de campo. A equipe observou a rotina do bairro, assinalando o que considerava que seriam deficiências e potencialidades daquele lugar.

Entre as deficiências foi detectada a falta de limpeza urbana, algumas ruas sem condição de acesso, ausência de calçadas, iluminação precária, coleta de lixo insuficiente, ausência de área de lazer e de equipamentos públicos, má condições das habitações, declividade acentuada do terreno, falta de drenagem de águas pluviais e moradias implantadas em zonas de risco.

Nas potencialidades elencam-se ruas largas, algumas planas, lotes amplos, com boa visibilidade, área verde no entorno, e baixo índice de adensamento. Evidencia-se a existência de áreas próprias para ocupação, com baixa declividade, principalmente na parte final do bairro. Existem também vias adequadas que necessitam apenas de calçadas para melhora da segurança dos pedestres.

Ainda como potencialidade, pode-se citar o número de casas com boas condições de moradia situadas próximas à rodovia que dá acesso à região. Além dessas potencialidades, observa-se também a vista privilegiada do bairro para seu entorno. As figuras de números 44 e 45 ilustram os dados mencionados.



Figura 44 - Conjunto de deficiências do Bairro Nove de Março

Fonte: Produzida pelo autor, 2006.

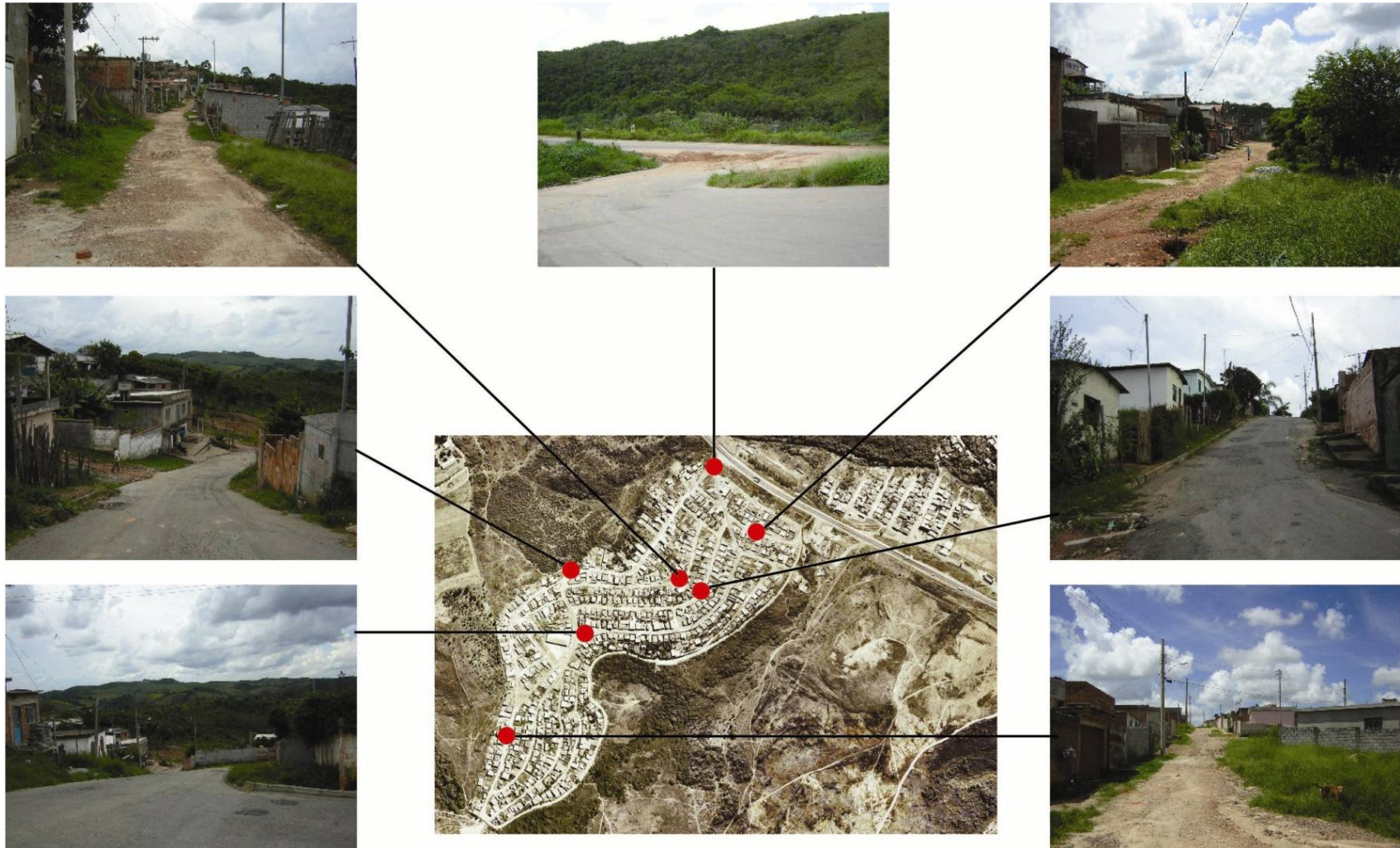


Figura 45 - Conjunto de potencialidades do Bairro Nove de Março

Fonte: Produzida pelo autor, 2006

4.5.2 Morfologia Urbana

Constatam-se que a estruturação espacial urbana local e conseqüentemente a sua forma, são resultantes de um processo sócio econômico que ao longo da sua história a moldou. Para a nossa pesquisa, os procedimentos contidos no instrumental da Morfologia Urbana, foram selecionados alguns que fornecem o aporte para a identificação e a seleção dos elementos das formas urbanas do Bairro Nove de Março, nosso universo de estudo.

A análise inicial é efetuada sobre alguns dos elementos formadores da forma urbana, de acordo com os preceitos da Escola de Morfologia Inglesa, (CONZEN, 1982) que estabelece como linha de investigação as transformações ocorridas no parcelamento do solo. Os elementos destacados são: o relevo; os modelos dos parcelamentos (loteamento, desmembramento, remembramento dos lotes); as tipologias de uso do solo (residencial – unifamiliar e multifamiliar, comercial, misto, industrial, serviços de uso coletivo); as tipologias de ocupação do solo (número de pavimentos e permeabilidade do solo); a projeção da ocupação no lote (taxa de ocupação) e o coeficiente de aproveitamento (taxa referente à razão entre a área do lote e a área de projeção da edificação); os tipos das edificações; os padrões urbanísticos e as normas urbanísticas vigentes, que controlam grande parte dos parâmetros anteriores.

Na análise, verifica-se que o relevo⁵² modifica e interfere na implantação de padrões urbanísticos, tanto nos parcelamentos quanto nas edificações. A sua inserção é imprescindível na realidade brasileira⁵³ e deve constar como um novo parâmetro a ser incluído no tripé resolução, tempo e forma na morfologia urbana, como método de abordagem.

A partir dessa leitura, a análise sobre a morfologia do Bairro Nove de Março foi elaborada visando relação entre as características dos elementos e dos tecidos urbanos desenvolvidos sob a influência das rotas e dos pontos de referências.

⁵² MACEDO. *Paisagem, urbanização e litoral*. Do éden à cidade. 1994. p 34

⁵³ PEREIRA COSTA. *The role of the landscape on shaping urban forms of colonial mining towns*. 2003. p 393.

Tendo em vista que um dos problemas mais comuns que ocorre em assentamentos precários é a ocupação de encosta, sem orientação técnica, podendo ocorrer casas construídas em áreas de risco, podendo ser objeto de desmoronamento do terreno ou de alagamento.

Barbacena está assentada em uma área serrana, cujo relevo é bastante irregular na maioria da extensão da cidade. No bairro Nove de Março, visualmente apresenta, um assentamento em aclive contendo alguns pontos aparentemente críticos, a maioria deles na ocupação residencial e traçado de vias de acesso da população.

Assim sendo as análises técnicas permitem a seguinte explicação:

O principal acesso ao Nove de Março é efetuado pela rodovia BR 265 que une Barbacena para as cidades como São João Del Rei, Tiradentes e São Paulo. As figuras 46 e 47, demonstram que o acesso está localizado na cota mais baixa do bairro, no nível de 1.045 metros. A partir dessa cota, a altitude do terreno cresce, à medida que caminhamos para o interior, ao sul. Na região superior, o nível é de 1.125 metros, próximo ao limite oeste. As áreas com declividades entre 0 e 10% estão próximas à cota mais alta e alguns pontos na parte central. Porém, grande parte do terreno possui inclinação de 11 a 29%. Espaços com declives entre 30 e 40% estão concentrados no limite leste da área e na parte central.



Figura 46 - Modelo tridimensional do Bairro Nove de Março.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, EAU-UFMG, 2006

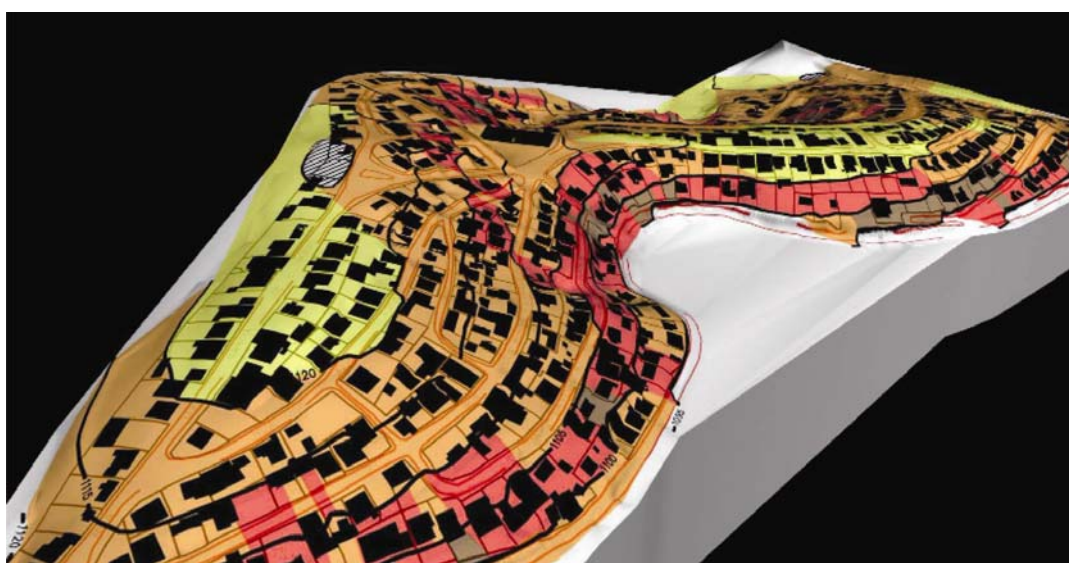


Figura 47 - Modelo tridimensional do Bairro Nove de Março.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, EAU-UFMG, 2006

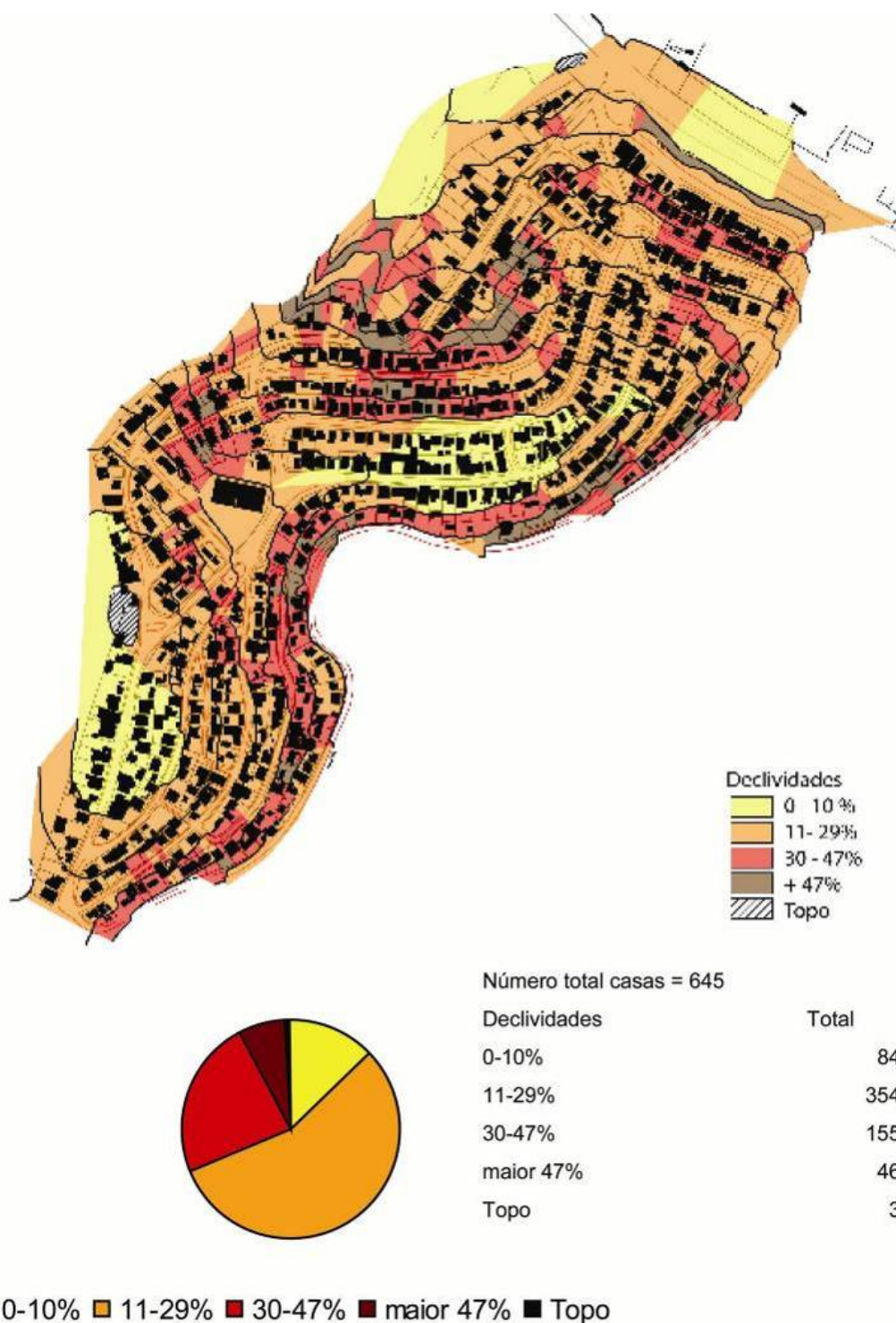


Figura 48 - Mapa de Declividades – Bairro Nove de Março.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, EAU-UFMG, 2006

A figura 48 também apresenta a ocupação das construções, em relação ao sítio natural. Assim, é possível observar as parcelas ocupadas, tomadas em relação à topografia e ao parcelamento do solo.

loteamento da primeira fase, observamos que algumas ruas foram traçadas sobre as curvas de nível.

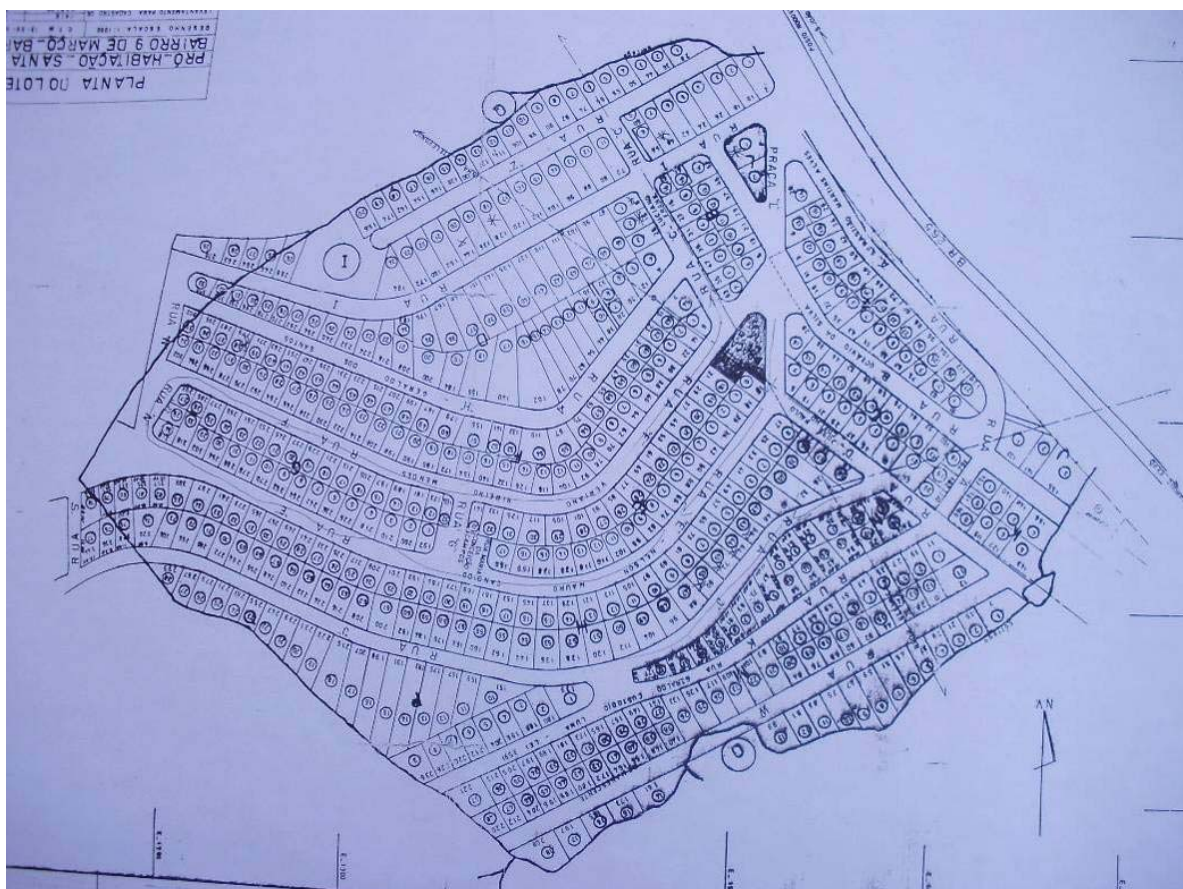


Figura 50 - 1ª fase de Ocupação do Bairro Nove de Março - Planta do Loteamento Pró-habitação – Santa Maria II

Fonte: Prefeitura Municipal de Barbacena, 1994

Nesse tipo de parcelamento, que define as ruas traçadas sobre curvas de nível, as edificações ficam de um lado sobre o nível da rua e do outro abaixo do nível da rua. Nas áreas nas quais as taxas de declividade ultrapassavam os 30%, as casas implantadas abaixo do nível da rua apresentam problemas de acessibilidade, contenção e escoamento da água pluvial, como demonstra a figura 51 a seguir.

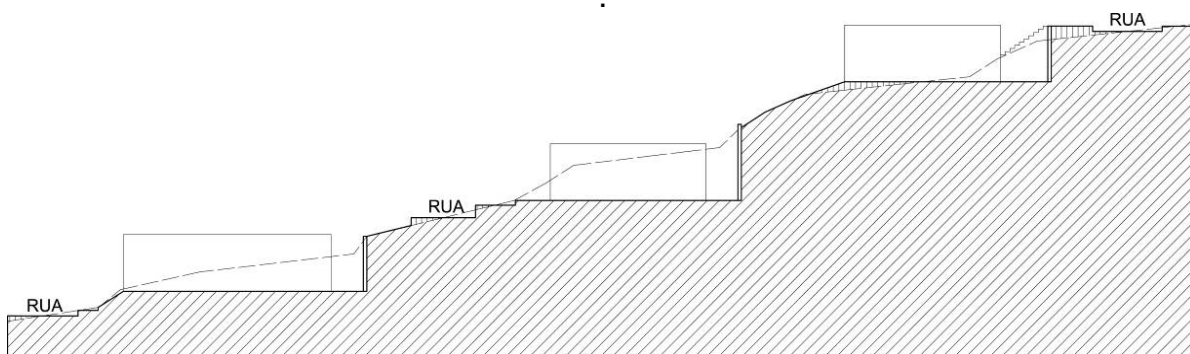


Figura 51 - Corte do terreno no bairro Nove de Março.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009

Cerca de 25% do loteamento possui taxas de declividade acima de 30%, o que nos leva a concluir que grande parte do loteamento já nasceu comprometida pelo desenho proposto.

A segunda fase da ocupação acontece em um terreno já determinado pela administração pública municipal como área de expansão da primeira fase, porém, desenvolve-se de maneira diferente ao que ocorrera na primeira fase. Apesar do terreno apresentar um relevo plano e regular, a prefeitura por meio da Secretaria de Obras, elaborou um projeto para o loteamento, no qual vias foram previamente traçadas e os lotes demarcados, com dimensões mínimas aceitas pelo município, os lotes eram padrões de 140 m² (70m x 20m). Porém, já não havia uma tipologia de edificação padrão para ser construída, não havia uma construtora envolvida nas obras nem fiscalização de obras.

Os lotes eram liberados às famílias, previamente cadastradas no Setor de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal, em regime de concessão de uso, cujos termos de compromissos firmados tinham validades em geral de 20 anos.

O levantamento realizado em 1997, pelo departamento de cadastro da prefeitura municipal, além de cadastrar as famílias que residiam no local, constatou a existência do regime da autoconstrução, uma pratica comum no local, como se observa na figura 52.

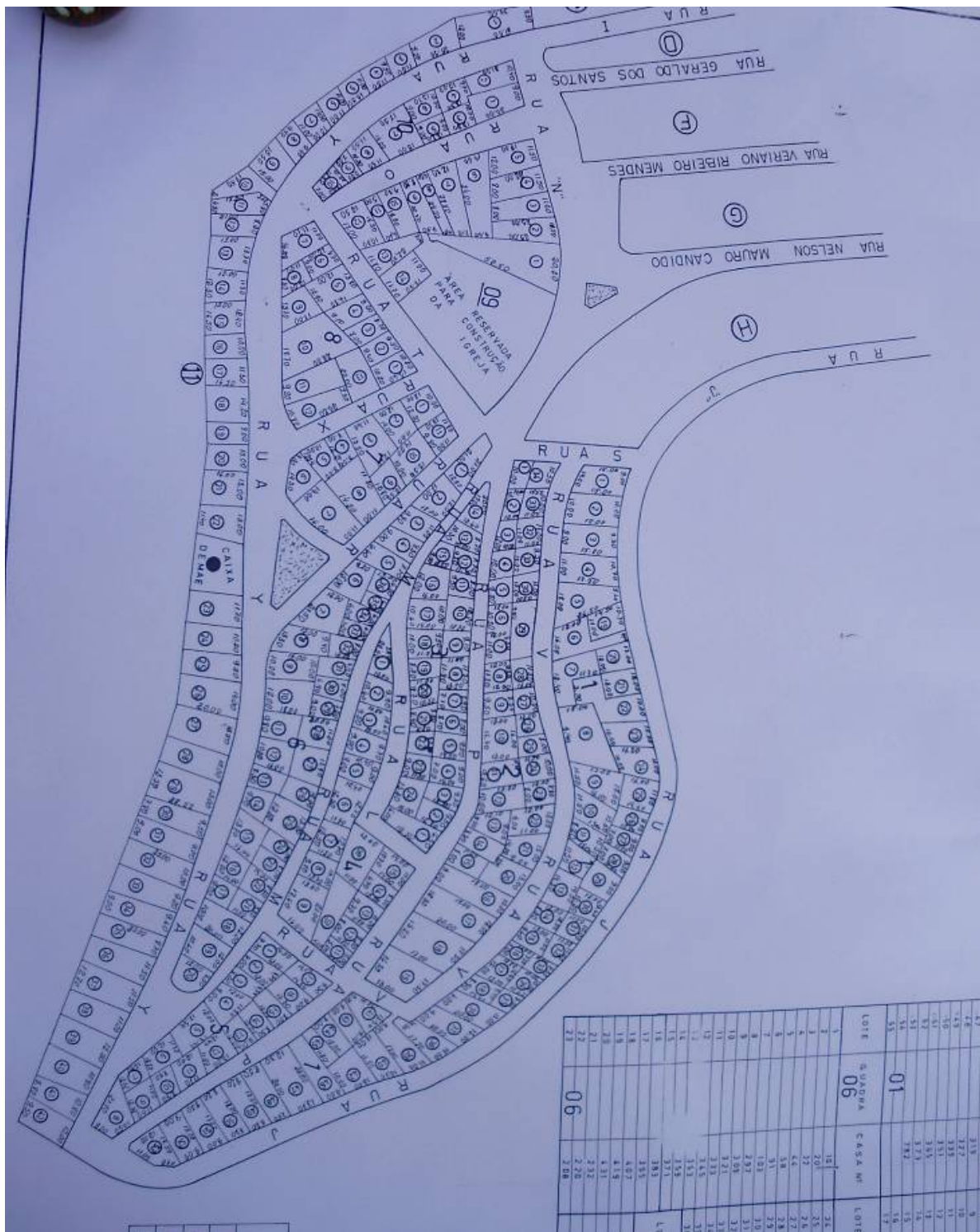


Figura 52 - 2ª fase de ocupação do Bairro Nove de Março.

Fonte: Prefeitura Municipal de Barbacena, MG, 1997

As ruas seguem a mesma característica construtiva, isto é, a implantação sobre as curvas de nível, que apesar de ser uma ocupação espontânea, acarreta os mesmos problemas da primeira fase. A diferença é que se trata de um terreno com

declividade plana, no qual a maioria das áreas não ultrapassa os 30% de declividade.

Outra questão observada, com relação à implantação do sistema viário no sítio natural, é a de que, aproximadamente 10% das vias estão localizadas em faixas de declividade maior que 30%, tornando-se inadequadas. Tais dados podem ser observados na figura 52 a seguir.

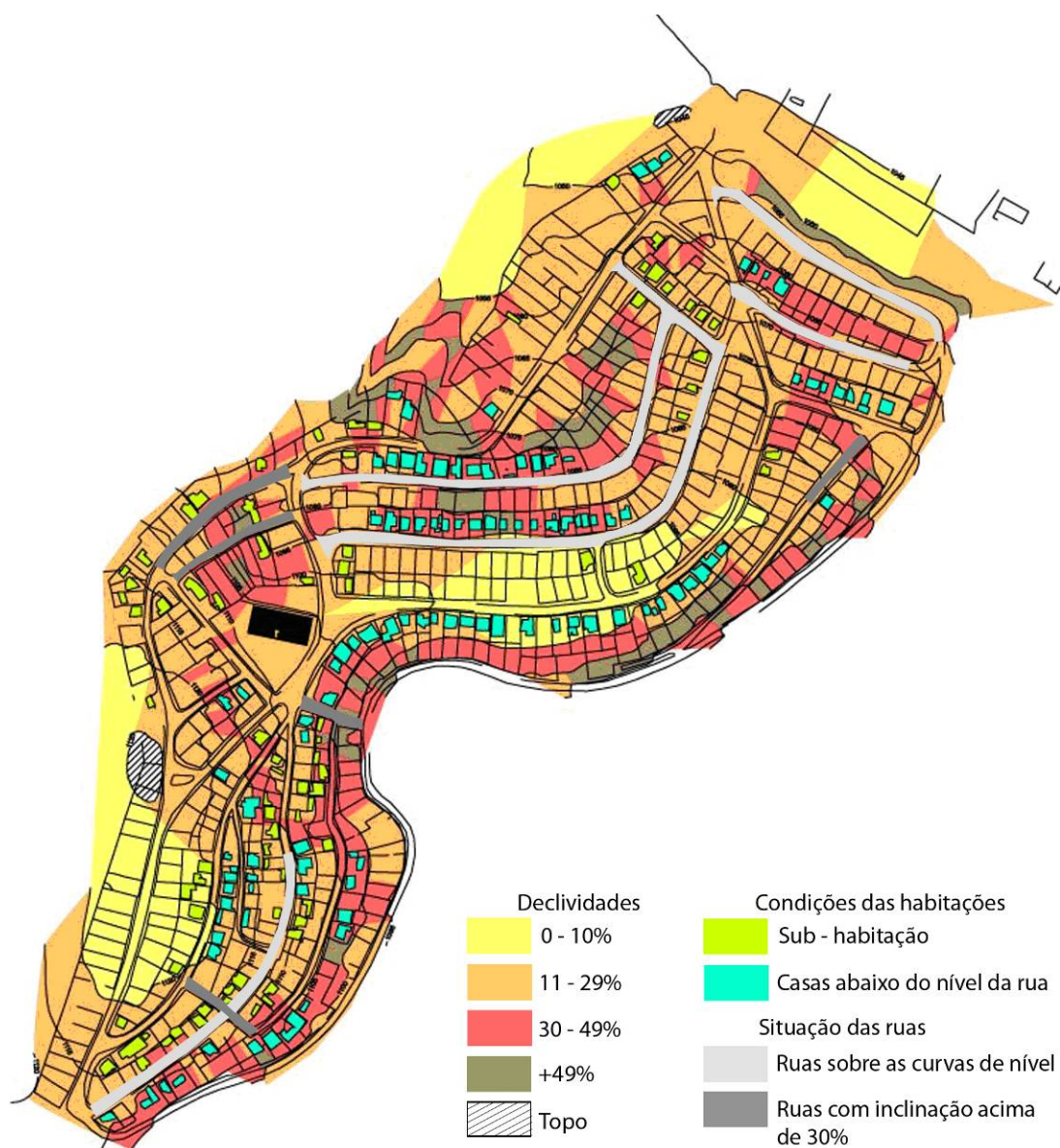


Figura 53 - Mapa de declividades do terreno x condições das habitações.

Fonte: Laboratório de Paisagem, EAU-UFMG, 2009.

A figura representa a situação atual do bairro Nove de Março, destacando as más condições de habitação, as quais estão relacionadas ao tipo de ocupação do sítio natural, definido principalmente pelo projeto de parcelamento. Observa-se que

grande parte das habitações apresenta problemas de acessibilidade e contenção do terreno, por estarem abaixo do nível da rua. Além disso, identifica-se que o bairro conta com algumas áreas de declividade excessiva que devem ser estudadas para receber tratamento especial impedindo a sua ocupação e riscos.

O acesso principal ao bairro 9 de Março se dá por meio da Rodovia MG-265, que é asfaltada e que se mescla com duas outras vias, também asfaltadas, no interior do bairro. Essas exercem a função de circulação municipal dentro da área. É ao longo dessas duas ruas que circula o ônibus e o caminhão de lixo que atendem à população local.

Tais ruas são as únicas que possuem asfalto e contam com passeio em alguns trechos. É importante destacar, contudo, que, além de não atenderem a todo o bairro, as condições de manutenção não são boas e a sua impermeabilização é a principal causa de erosão no local.

A análise da implantação do sistema viário no sítio natural permite a sua classificação em três grupos de acordo com suas características de declividade e acessibilidade, a saber: vias críticas, vias médias e vias acessíveis.

As vias médias são as que possuem menor área, seguida pelas vias acessíveis. Os trechos de vias críticas constituem a maioria na área de intervenção, o que é conseqüente do parcelamento aleatório local no qual as ruas cortam as curvas de níveis criando áreas alta declividade e que impedem a circulação segura de veículos e pedestres.

Apesar da maioria das vias possuem grande declividade entre 0 e 29%, o que leva ao problema da existência de várias famílias que moram em áreas impróprias, com o sistema viário deficiente devido à falta de manutenção. Deve-se prever, por exemplo, a construção de calçadas e melhoras nas condições da própria faixa de circulação de veículos pela adoção de calçamento com pé-de-moleque ou intertravados que permitam a permeabilidade da água e reduzam o potencial erosivo dos mesmos.

A implantação do sistema viário no sítio natural demonstra que, aproximadamente, 10% das vias estão localizadas na faixa de declividade maior que 30%, tornando-se inadequadas. Tais dados podem ser observados na figura 54 a seguir:

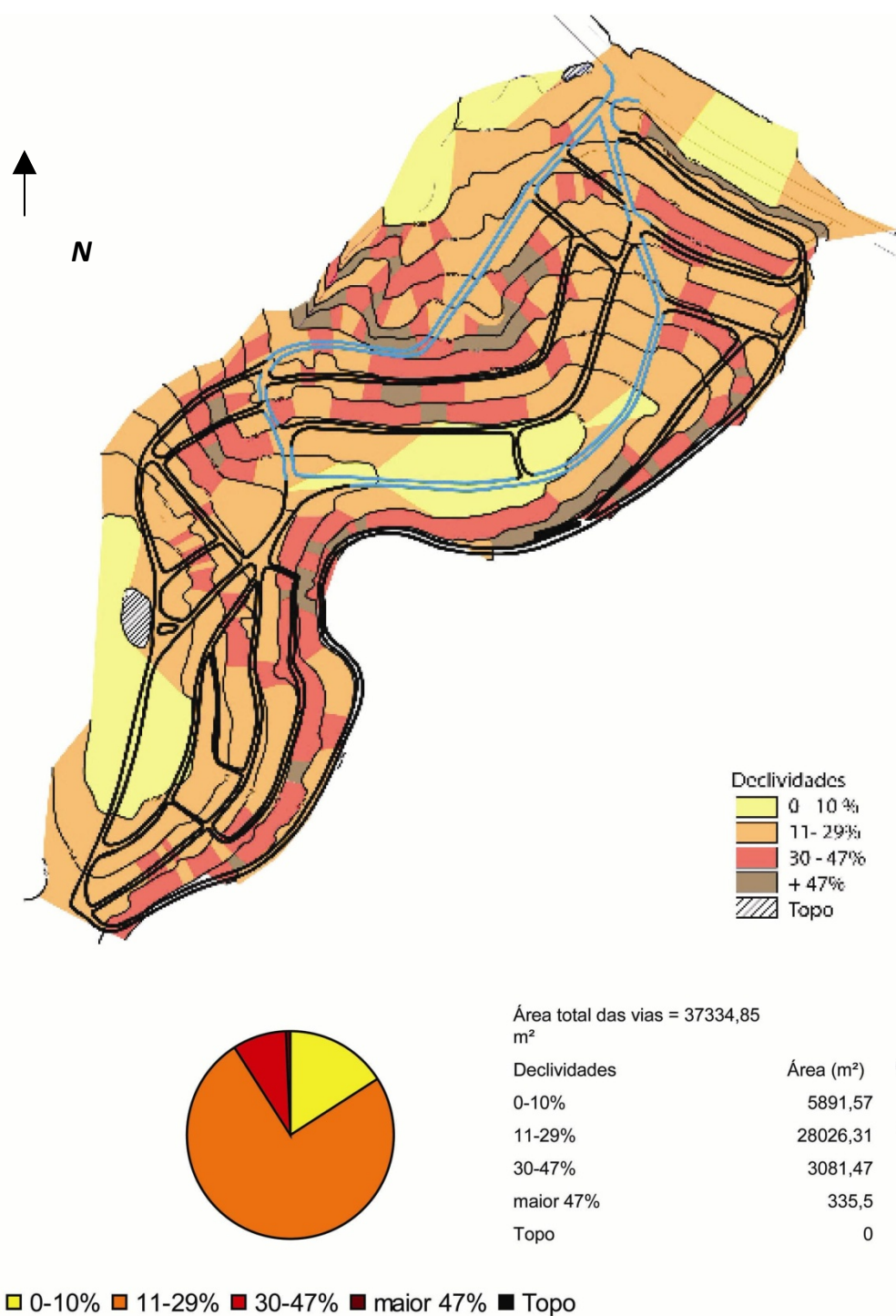


Figura 54 - Mapa de declividade em relação ao traçado das vias

Fonte: Programa de Arquitetura Pública 2006

As condições de acessibilidade e sua respectiva classificação podem estar resumidas na figura 55 abaixo:

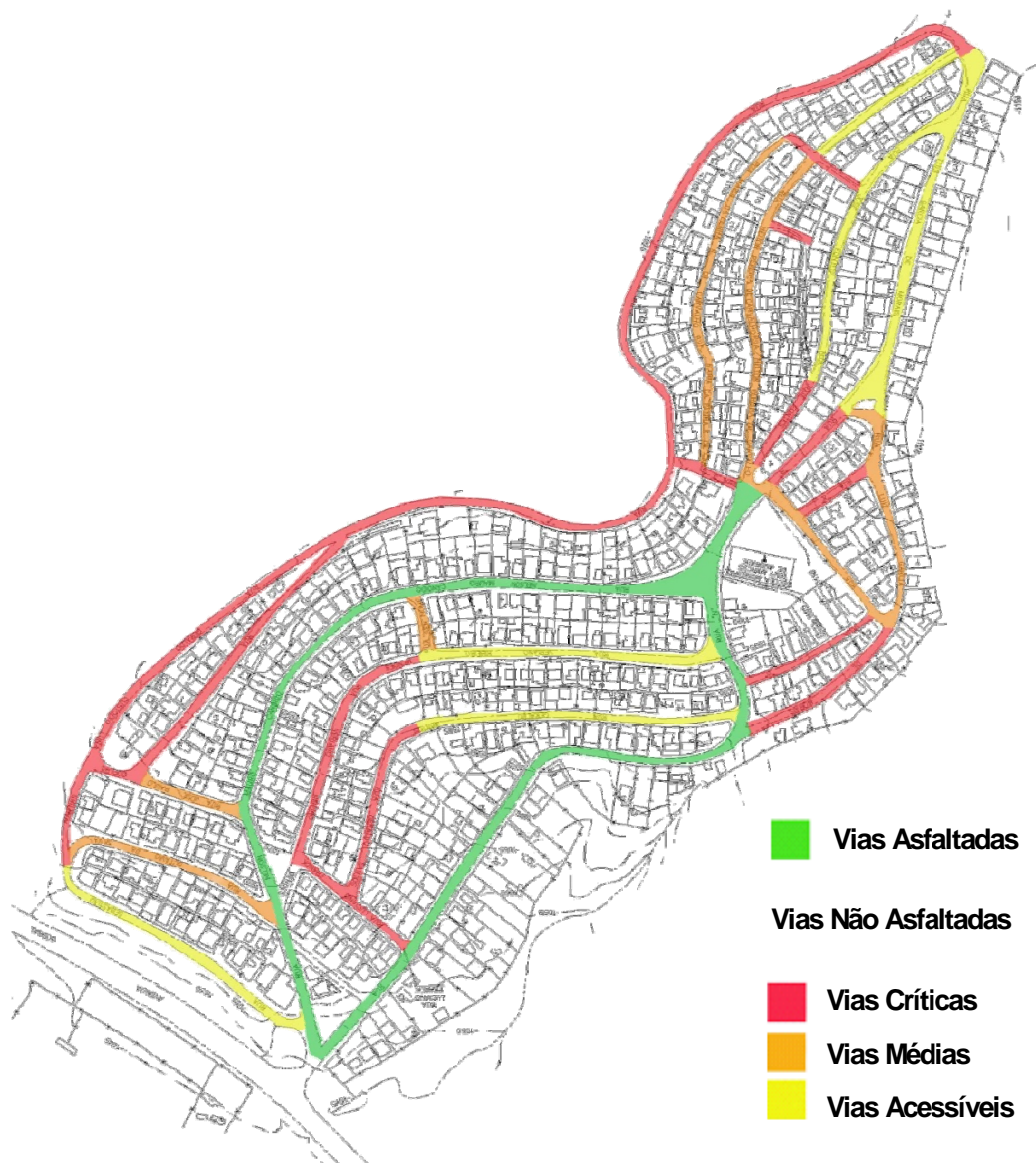


Figura 55 - Croqui das condições de acessibilidade nas vias do bairro.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública 2006

4.5.3 Análise física-espacial

O bairro Nove de Março, se apresenta com um bairro pouco adensado, ou seja, ainda existe um grande numero de lotes desocupados, ao longo da sua extensão e também existem inúmeros imóveis inacabados e/ou abandonados, alguns em ruínas.

Há dois fatores que contribuem para que o fenômeno de desocupação ocorra: o primeiro está vinculado ao alto índice de violência, no qual os próprios moradores se tornam vítimas dessa situação. Muitos têm receio de morar no local e abandonam suas moradias na primeira oportunidade. Outro fator refere-se a questão da ilegalidade dos imóveis, porque ninguém possui título de posse da terra, embora haja a pratica da compra e venda por meio de contratos e promessas sem valor legal. Observa-se aí uma espécie de exploração imobiliária clandestina por parte daqueles que se julgam “donos” dos lotes e das edificações.

Quanto às condições dos imóveis vazios, foi detectado que o Bairro Nove de Março possui um número excessivo destes situados em áreas de declividade apropriadas para ocupação. Os lotes impróprios que podem ser requalificados e utilizados como espaço de lazer.

Os lotes que abrangem o número de 645 lotes construídos, representam 86,21% da área total do bairro, havendo ainda, lotes suficientes para uma possível realocação de famílias que moram em áreas de risco. Se compararmos o bairro com as demais áreas periféricas típicas das cidades brasileiras, percebe-se que o Nove de Março é pouco adensado, não tendo atingido ainda todo seu potencial de ocupação, que poderia ser incentivado, com a provisão de melhoria da infra-estrutura urbana. As figuras 55 e 56 a seguir espacializam as informações acima explicitadas.



Figura 56 - Relação entre espaços livres e espaços construídos.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

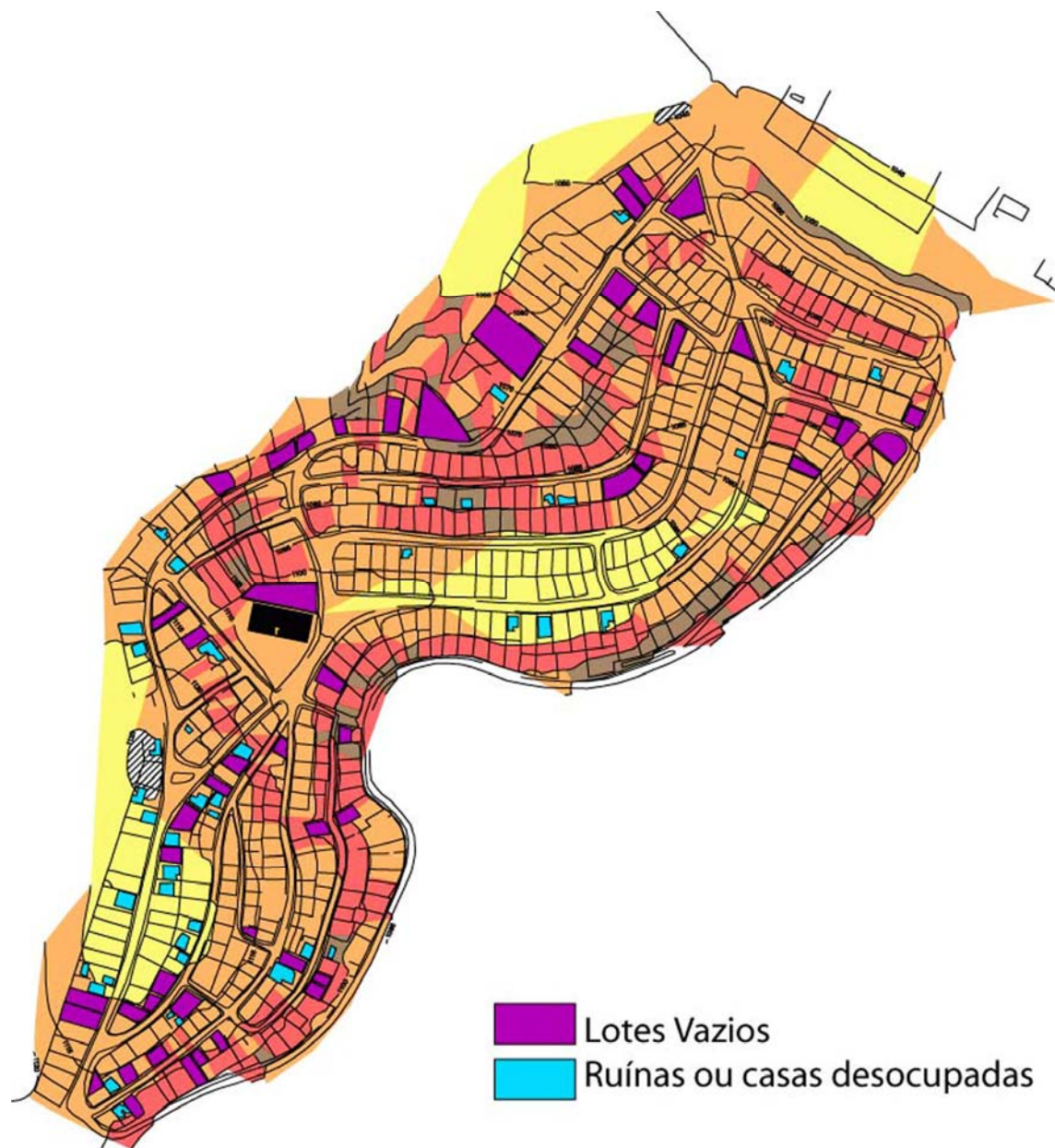


Figura 57 - Identificação dos lotes desocupados e as ruínas existentes

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.5.4 Análises de ocupação e usos do solo

Outros elementos formadores da forma urbana ocorrem a partir das transformações ocorridas no parcelamento do solo, e suas respectivas tipologias de uso do solo.. Percebemos que as tipologias das construções foram influenciadas pelo projeto desenvolvido pela Fundação C.A.S.A para a primeira fase da ocupação no início do bairro. E posteriormente, à medida que o bairro foi crescendo e a ocupação consolidando-se, as tipologias das residências passaram a ser determinadas pelas condições ambientais e sócio-econômicas.

A Fundação C.A.S.A desenvolveu um único modelo para todas as duzentas residências que seriam construídas na primeira fase de ocupação. Tratava-se de uma unidade básica de habitação de quatro cômodos, sub-dimensionada para abrigar uma família. De acordo com o depoimento observa-se:

*“Não, ele mandava o projeto da casa que eram todas as casas iguais, mas depois a pessoa podia dar uma melhorada. A casa era até boa no projeto da casa era dois quarto, banheiro, cozinha, sala e área de tanque. (Maria Helena Luna, moradora antiga do bairro, 48 anos)”.*⁵⁴

Em 2010 observa-se que, as poucas unidades que preservam o projeto original estão quase todas abandonadas, e as outras, passaram por ampliações e adaptações. Contudo, nas ruas mais antigas, observamos certa uniformidade nas fachadas, ou seja, uma unidade característica das fachadas do projeto original, conforme se absorve nas figuras 58, 59 e 60.

⁵⁴ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Maria Helena Luna, moradora do bairro Nove de Março, 48 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira



Figura 58 - Maquete eletrônica do projeto tipo Fundação CASA.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009



Figura 59 - Foto projeto tipo abandonado.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009



Figura 60 - Aspectos do tipo original alterado e ampliado.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009

Quanto às tipologias de ocupação e de usos, observa-se que no bairro predominam as edificações residenciais de um pavimento, e algumas de dois pavimentos localizadas em pontos isolados do bairro, principalmente próximas à Escola Tony Marcos Andrade e rodovia BR 265. De maneira geral identificam-se reduzidos exemplos de estabelecimentos comerciais. Estes estão espalhados ao longo do bairro, e na grande maioria, vendem produtos de necessidade básica, como mantimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal. Já com relação às edificações especializadas, podemos destacar a escola, as igrejas evangélicas e católicas e a Pastoral da Criança, todas elas localizadas na parte central do bairro, como se observa na FIG.61.

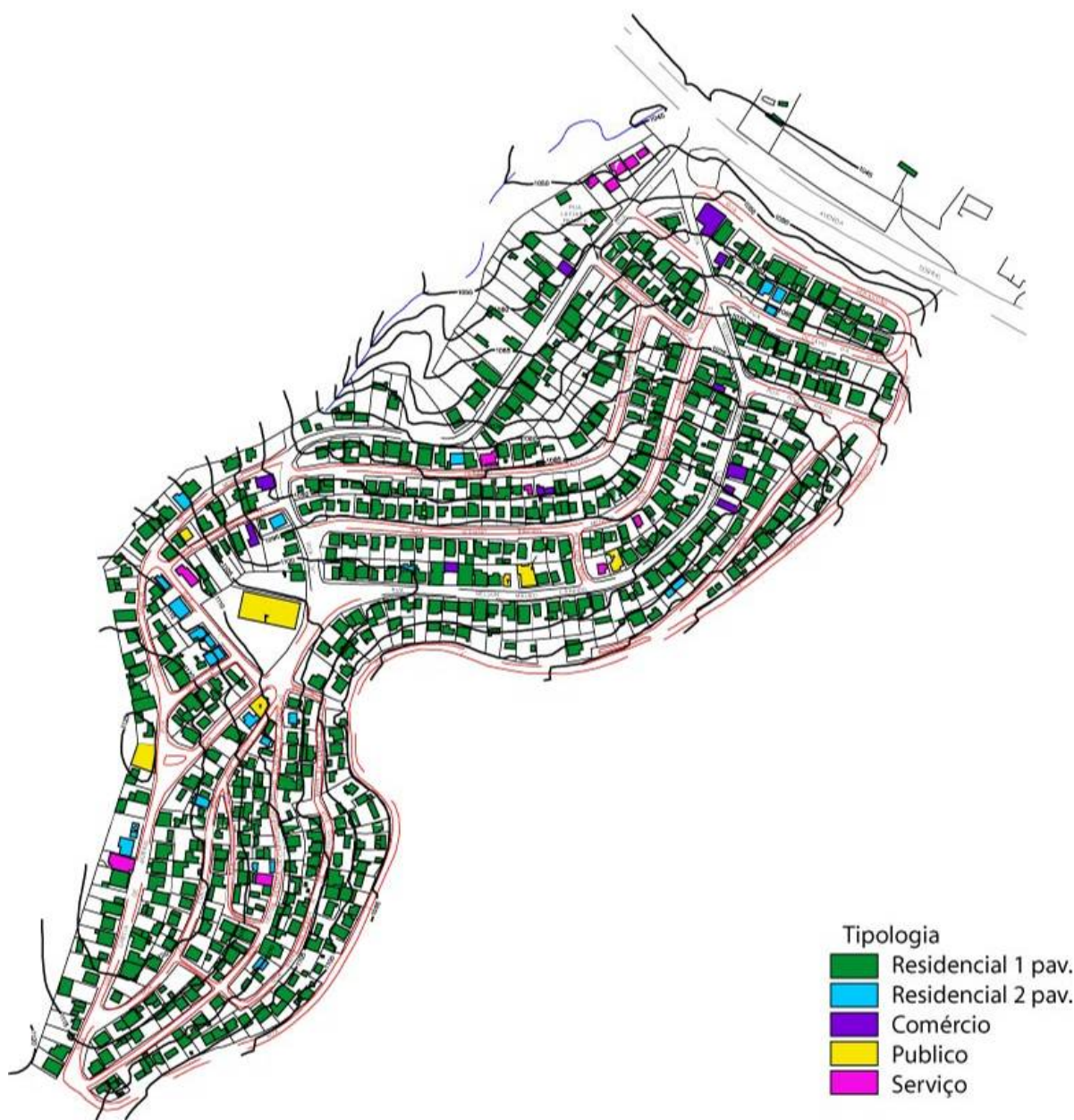


Figura 61 - Tipologia de usos.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, EAU-UFMG, 2006.

À primeira vista, observam-se construções inacabadas com fachadas em tijolo aparente. Poucas construções são revestidas e mesmo assim, pode-se observar uma reduzida manutenção no acabamento e revestimento das fachadas. Nas ruas próximas ao acesso principal do bairro como no caso das ruas Veriano Ribeiro Mendes e Nelson Mauro Cândido, a maioria das casas foram rebocadas, todas localizadas na área da primeira fase da ocupação. Destaca - se também, a diferença da qualidade de moradias encontradas ao longo de toda área, que variam

de nível precário, as sub-habitações e até edificações de dois pavimentos com padrão médio de acabamento. Importante observar que as residências melhores concentram-se no início do bairro e nas ruas principais, como se observa na FIG. 62.

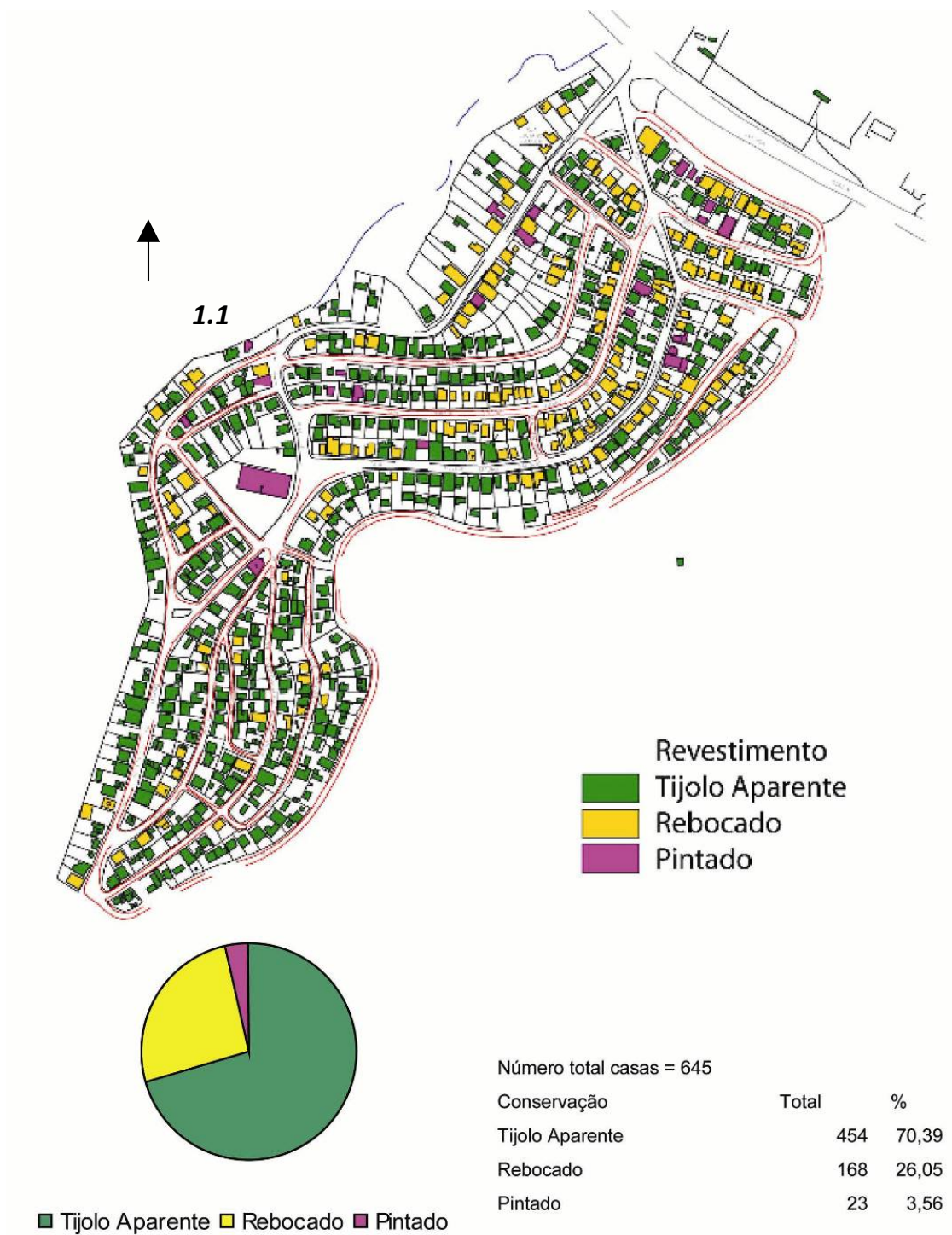


Figura 62 - Revestimento das fachadas.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, EAU-UFMG, 2006

Além desses aspectos, pode-se perceber também a existência de casas que estão localizadas abaixo do nível da rua, aumentando o risco de desabamentos e acúmulo de água da chuva. Esse é um tipo de assentamento comum na área que deveria ter sido inibida na implantação, caso o projeto levasse em conta as características do sítio natural, diminuindo o risco de erosão e melhorando as condições dos lotes e das vias de circulação, o que se observa na FIG. 63.

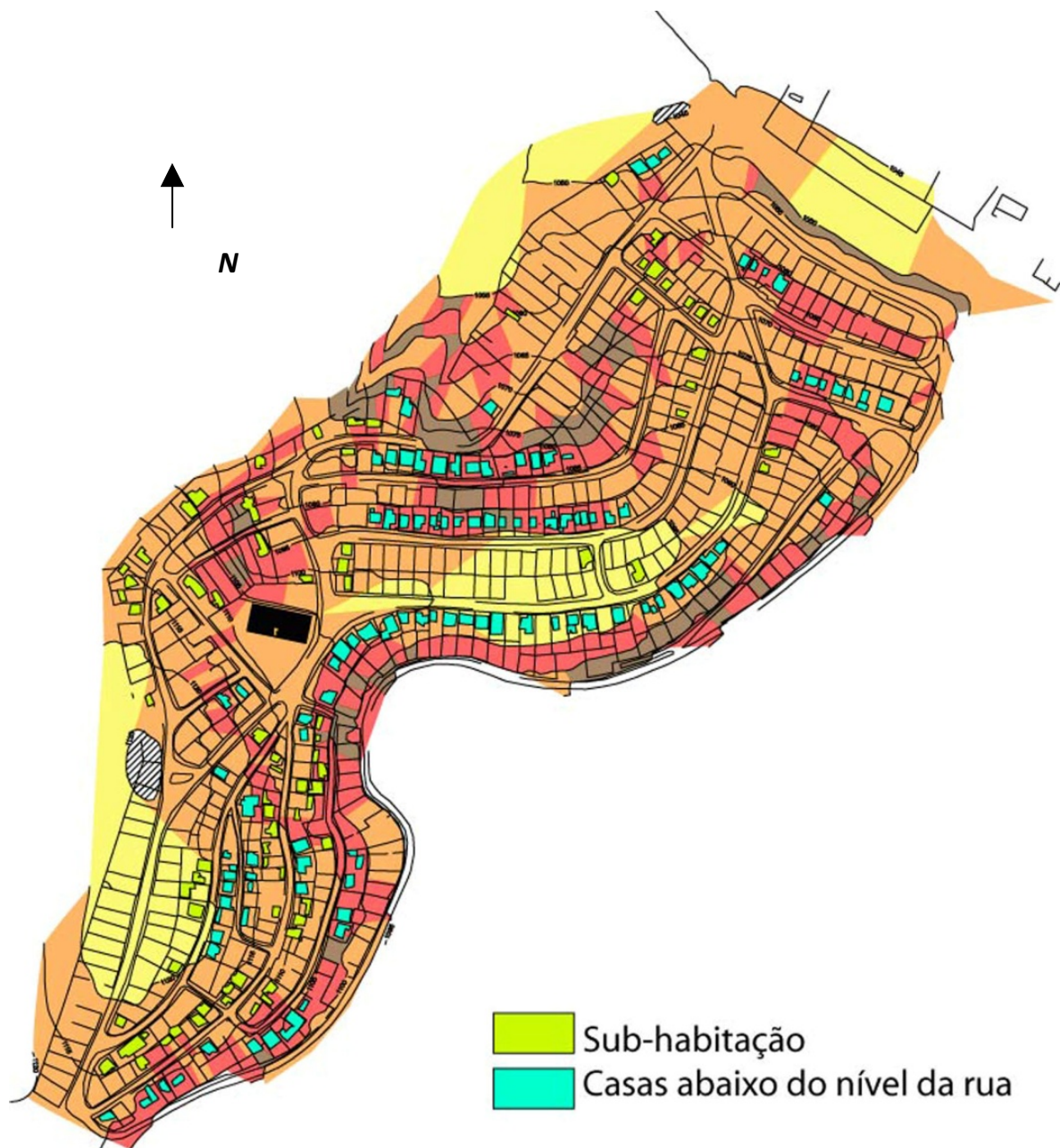


Figura 63 - Condições das habitações

Fonte: Programa de Arquitetura Pública 2006

As imagens contidas na figura 69, demonstram as diversas tipologias do bairro



Figura 64 - Exemplos das diferentes tipologias encontradas no Bairro

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.6 A infra-estrutura urbana do bairro

4.6.1 Abastecimento de água e de energia elétrica

O fornecimento de energia elétrica e iluminação pública abrangem todo o bairro, não sendo encontrados problemas. O abastecimento de água que é feito regularmente. Notam-se, contudo, deficiências com relação à rede de esgoto que não funciona com um bom nível de qualidade, existindo, em alguns pontos, esgoto a céu aberto.

4.6.2 Sistema de drenagem

Quanto à provisão de drenagem verifica-se o não atendimento a todas as ruas e observa-se a falta de manutenção e mau dimensionamento de bocas de lobo e sarjetas, cuja situação é agravada pela existência do asfalto que impede a permeabilidade da água, principalmente no período de maior taxa de precipitação, acelerando o processo de erosão.

Esse ponto foi discutido de maneira excessiva no decorrer do trabalho levou às apresentações dos projetos para a sua possível solução.

A falta de qualidade do sistema de drenagem leva aos problemas de contenção de encostas. O bairro possui algumas áreas de declividade excessiva que devem ser estudadas para receber tratamento especial impedindo a sua ocupação e riscos. Neste trabalho, focamos nossa análise em duas encostas, uma localizada na entrada do bairro e outra localizada próxima à parte central, fora dos limites da área, mas que pode vir a ser ocupada. Além desses pontos, notam-se ainda problemas provenientes da falta de acessibilidade de algumas vias que oferecem perigo à população.

Estes aspectos foram identificados e mapeados, podendo ser observados na FIG. 65.

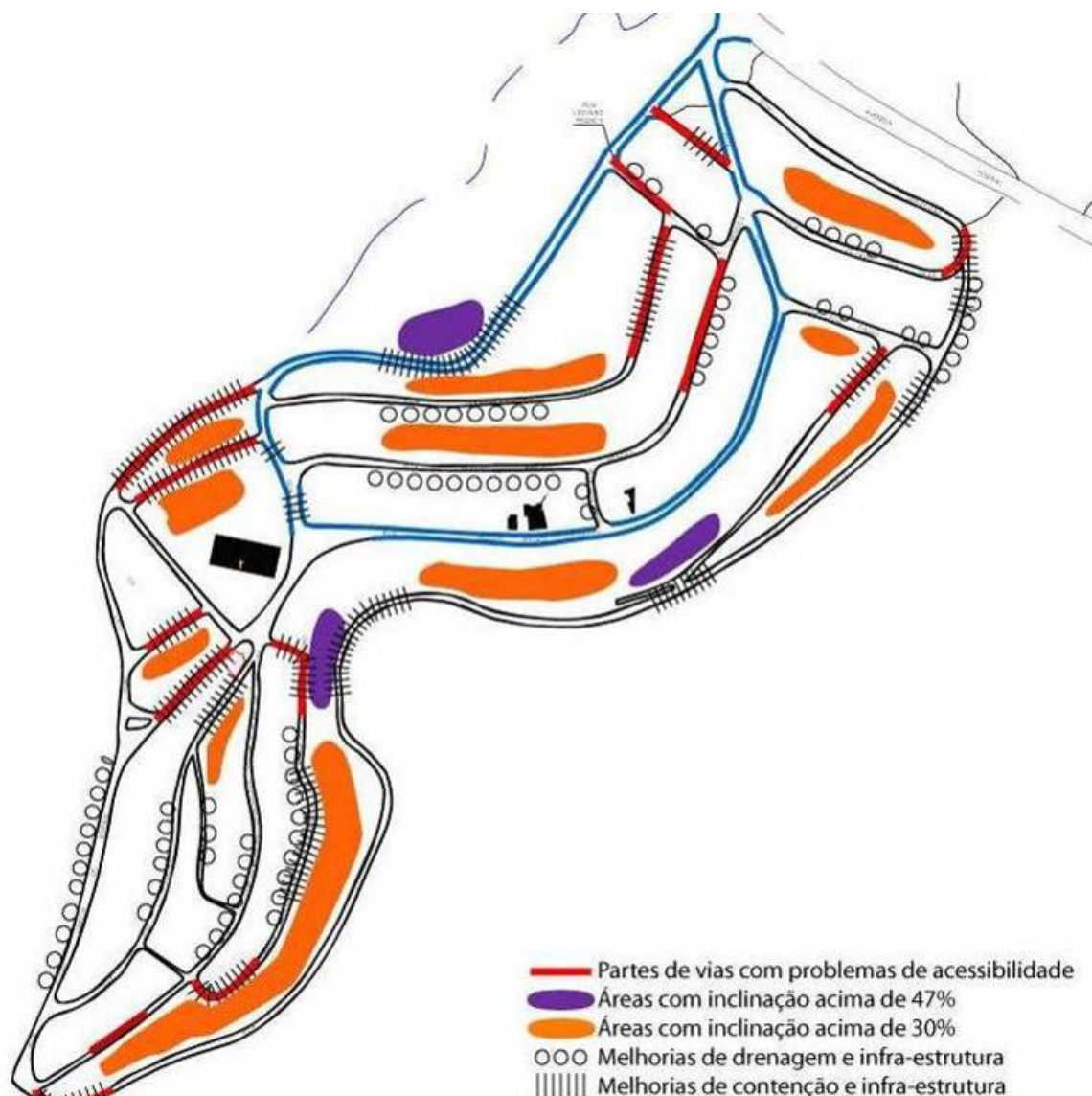


Figura 65 - Identificação dos problemas de infra-estrutura.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.6.3 Vias com problemas de acessibilidade

Algumas vias identificadas no mapa como rua de acesso, em levantamentos de campo se constatou que não havia nenhuma condição de passagem, nem de veículos, nem de pedestres. Em depoimentos os moradores desses trechos queixam das dificuldades em se praticar o direito simples de ir e vir, previsto na Constituição Federal.

Análises técnicas constataram que tais “ruas” foram traçadas desconsiderando as cotas de nível e a declividade do terreno, ou seja, foram abertas

perpendicularmente às curvas de nível em locais com inclinações acima de 30%. O efeito é acessos muito íngremes e desconfortáveis para passagem tanto de pedestres quanto de veículos.

Outro agravante é o fato dessas ruas não serem calçadas, isso contribui com que a ação das águas por enxurradas desgastem o solo destruindo o acesso por completo.



Figura 66 - Rua traçada de forma irregular, desgastadas pela ação das águas

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.6.4 Coleta de lixo

No que se refere à destinação dos sedimentos produzidos na área, há um caminhão responsável pela coleta que circula apenas nos trechos asfaltados das vias, que abrangem a região inicial e central do bairro, excluindo a parte final. Com

isso, os moradores que não usufruem deste serviço acumulam lixo em casa ou em pontos pré-determinados, ou se deslocam grandes distâncias para deixar os detritos em lugares apropriados.

Sobre os equipamentos urbanos, existe no bairro uma escola, igrejas evangélicas e a Pastoral. Contudo, a população apresenta algumas demandas, como, por exemplo, posto de saúde, igreja católica e creches.

4.7 A leitura comunitária

O envolvimento da comunidade, o agente orientador, apresenta à equipe as reais demandas do bairro. Inúmeros encontros foram realizados, alguns oficiais, contando com lideranças, outras espontâneas, ocorrendo na calçada, todas porem, de muito proveito para a metodologia adotada uma vez que as pessoas se mostravam conhecedoras da rotina e das dificuldades do lugar.

Através dos contatos com a comunidade a equipe técnica conseguiu identificar a divisão social dos grupos distintos. Podemos citar aqueles ligados à Igreja Católica, outros ligado à Igreja Evangélica, a turma da pastoral, as bordadeiras, os ciganos, os da ONG “Nós do Nove”, e aqueles remanescentes da antiga associação comunitária. Todos de certa forma defenderam suas idéias e seu espaço dentro do bairro. O desejo de se organizarem de forma efetiva para lutarem pelas melhorias da comunidade, em prol do bem comum e da coletividade é uma expectativa real. Porem faltavam-lhes rumo e orientação para que a associação comunitária de fato pudesse existir assim um líder para representar os moradores.

Outro dado importante é a carência de projetos sociais e coletivos, tais como feiras e oficinas. Existiu em 2002 um projeto em parceria com o CEFEC – Centro Ferroviário de Cultura de Barbacena, no qual várias oficinas tais como dança capoeira, música, artesanato, foram ofertadas. Todos os anos aconteciam um sarau no mês de dezembro que reunia toda a comunidade nas apresentações dos alunos, o que deixou de existir em 2006 (Vide entrevistas com moradores em anexo),

4.8 Propostas/ Estratégias de intervenção

As propostas desse projeto foram elencadas em três diretrizes de intervenção: a primeira refere-se à reforçar as potencialidades do bairro, a segunda é qualificar as áreas deficientes e a terceira é gerar novos usos para os espaços públicos ociosos. Outra estratégia importante foi o envolvimento da comunidade nas diferentes etapas do projeto, iniciado nas discussões de demandas e no envolvimento da população na implantação dos projetos.

Um dos requisitos em que a equipe técnica se baseou foi procurar encontrar soluções eficientes tecnicamente, baratas a nível de custo, fácil de serem implantadas, e que impactasse menos o ambiente do Bairro.

A estratégia de abordagem foi buscar soluções que pudessem ser implantadas a curto, médio e longo prazo. Para isso a equipe optou na divisão do bairro em três seções baseadas nas características físicas do sítio e associadas às demandas. Isso só foi possível depois que os estudos revelaram que os fatores responsáveis pelos problemas físicos estavam relacionados com a característica de relevo do Bairro, o tipo de ocupação e o traçado das vias, assim foi possível a criação de uma primeira proposta para a entrada do bairro.

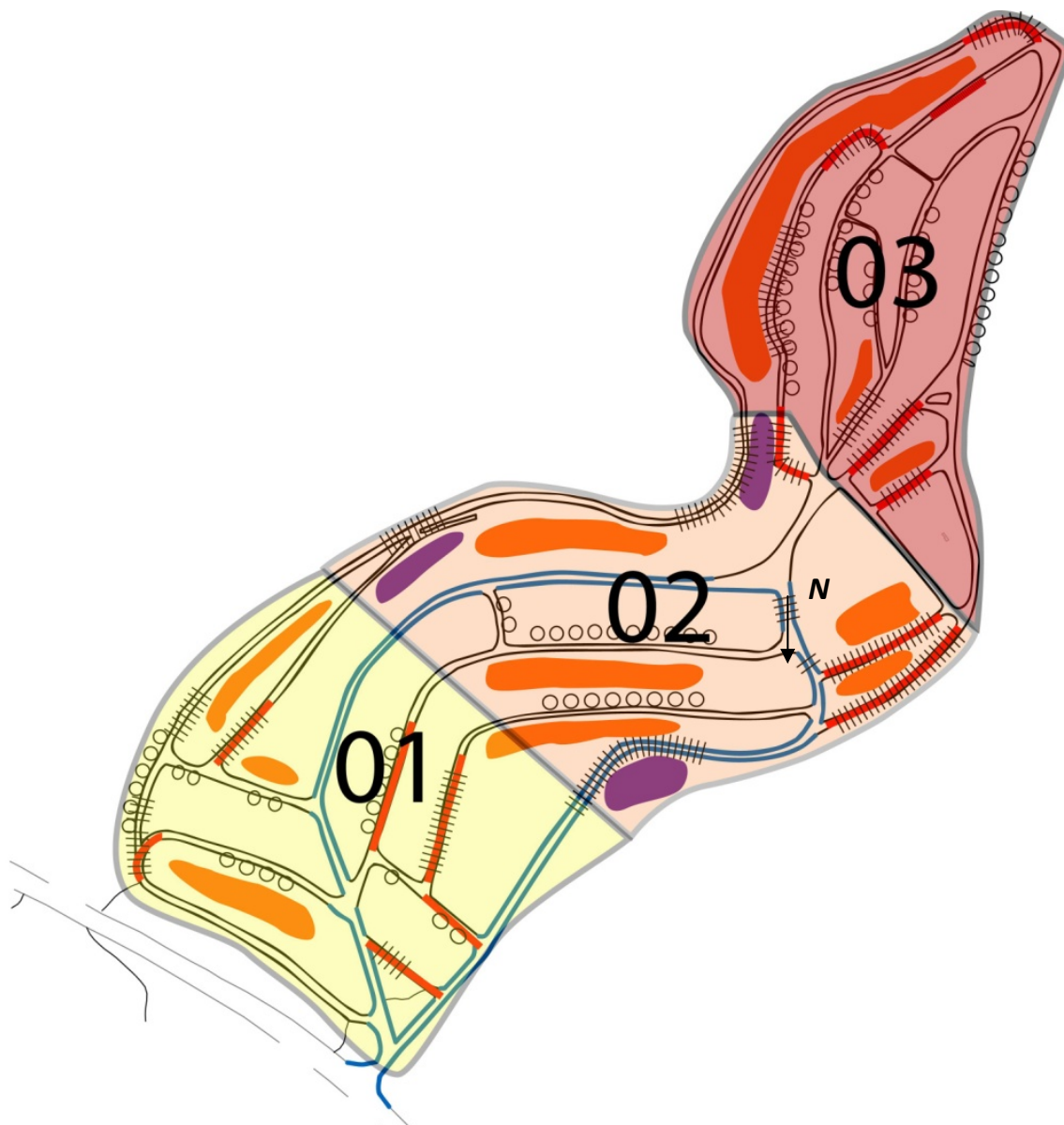


Figura 67 - As estratégias e o zoneamento de intervenção.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.9 As referências de soluções para os problemas no Bairro

Na busca por soluções baratas e eficientes para sanar os problemas do Bairro Nove de Março, foi solicitado a consultoria do Prof. Eng.º Geólogo Edézio Teixeira de Carvalho, onde orientou a equipe técnica nas possíveis causas dos principais problemas do bairro.

De acordo com o parecer técnico do Prof Edézio, os problemas do bairro se relacionam com o escoamento das águas pluviais, nos trechos com irregularidade

de terreno acentuada, nas áreas mais planas, a falta de escoamento, porém ambas as situações apresentam ocupação humana em área de risco e as vias sofrem com o efeito da erosão e o surgimento de buracos e valas profundas, colocando em risco quem passa por ali.

A falta de canais para a passagem da água e o trecho asfaltado (impermeabilizado), faz com que a água corra do nível mais alto para as porções mais baixas do terreno, a velocidade da enxurrada é aumentada ao longo do trecho, e quando desemboca em áreas não pavimentadas provoca um efeito acelerado de desgaste das "ruas".

Já os buracos e valas existentes nas vias não pavimentadas, estas poderiam ser tratadas com entulhos de caçamba, com restos de construção civil. Fazendo a compactação do material e cobrindo com areia e terra e depois usando um tipo de calçamento industrializado poroso, tipo intertravado, de baixo custo.

Os chamados aterros diques, poderiam controlar a ação das águas, impedindo que elas chegassem com força em áreas baixas e desgastassem o solo e arrebatassem as manilhas. Já as edificações em áreas de risco, caso estivessem localizadas em terrenos com declividade acima de 47%, essas famílias deveriam ser realocadas para outros lotes mais adequados sob o ponto de vista de declividade, porém aqueles que ocupassem declividades mais brandas, mesmo assim com certo risco de escorregamento do solo entre 30% e 47%, estes poderiam adotar a solução de contenção tipo "*pé de enconsta*". Consiste na construção de uma mureta de 50 cm de altura com tijolos maciços e um talude forrado de mata ciliar para conter naturalmente a terra, evitando instabilidade do solo por enxarcamento, e seu possível risco de escorregamento.



Figura 68 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Situação anterior a intervenção

Fonte: CARVALHO, 2006.



Figura 69 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Recuperação da área usando "entulho de caçamba"

Fonte: CARVALHO, 2006.



Figura 70 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Aterro dique para controle da vazão das águas pluviais em bairros de baixa renda – Processo de construção.

Fonte: CARVALHO, 2006.



Figura 71 - Exemplo em Contagem: Prof. Edézio. Aterro dique para controle da vazão das águas pluviais em bairros de baixa renda – Já finalizado, resultado.

Fonte: CARVALHO, 2006.

4.9.1 Solução para recomposição das vias públicas

A técnica consiste em recompor a superfície das vias públicas por meio de preenchimento de valas e buracos no solo, utilizando RCC – Resquício de Construção Civil (entulho de caçamba), compactado por poro pressão em camadas de terra compacta e revestimento em blocos de concreto intertravados (permeáveis).

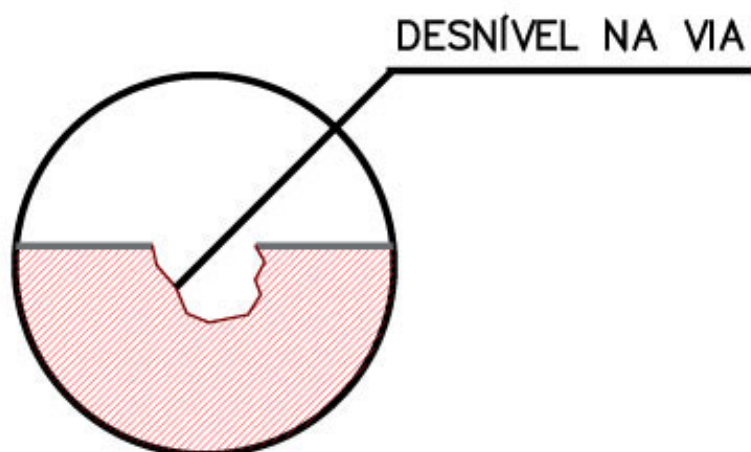


Figura 72 - Desenho esquemático da solução de “tapa buraco” proposta pelo Prof. Edézio
Fonte: CARVALHO, 2006.

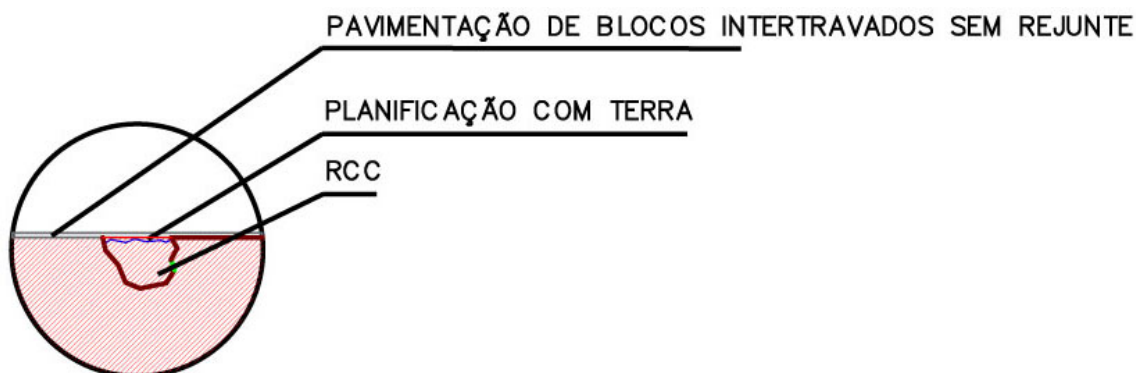


Figura 73 - Desenho esquemático da solução de “tapa buraco” proposta pelo Prof. Edézio
Fonte: CARVALHO, 2006.

4.9.2 Solução para controle da vazão das águas pluviais

A técnica se baseia na construção de recipientes subterrâneos com opção de armazenamento em módulos de cisternas prevendo a reutilização da mesma em condições domésticas. A vazão da água é controlada por meio de dutos de PVC furados que permite o fluxo lendo da água no solo.

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E CONTROLE DA VAZÃO DE ÁGUA

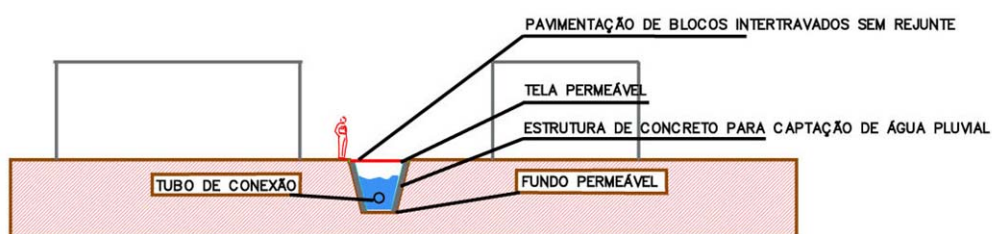


Figura 74 - Desenho esquemático da solução de “aterros diques” proposta pelo Prof. Edézio

Fonte: CARVALHO, 2006.

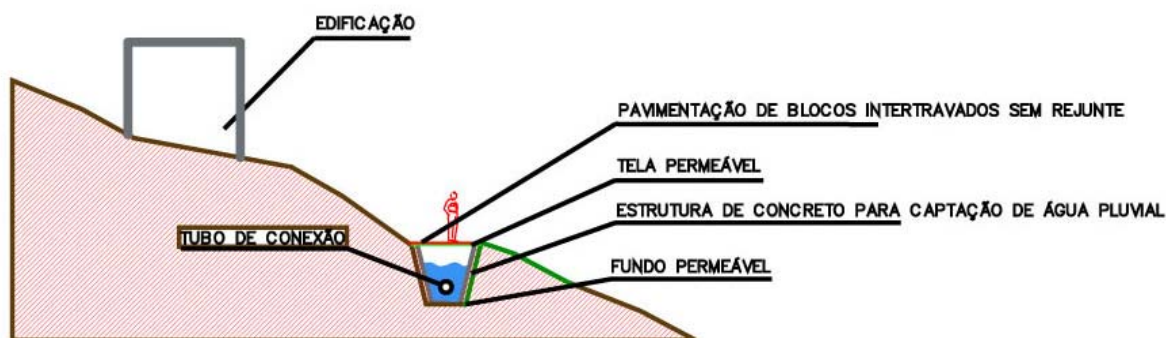


Figura 75 - Desenho esquemático da solução de “aterros diques” proposta pelo Prof. Edézio

Fonte: CARVALHO, 2006.

4.9.3 Solução de contenções de áreas com declividades entre 30% e 47%

A técnica se aplica a regiões onde seja permitido a ocupação humana desde que haja sistema de contenção de encosta, evitando o escorregamento do solo e consequentemente a situação de risco.

O trabalho se dá por meio da construção em blocos de concreto ou tijolos maciços de uma parede de contenção, a capa de terra é removida em corte de até 45° depois recomposto com vegetação ciliar para conter naturalmente o solo.

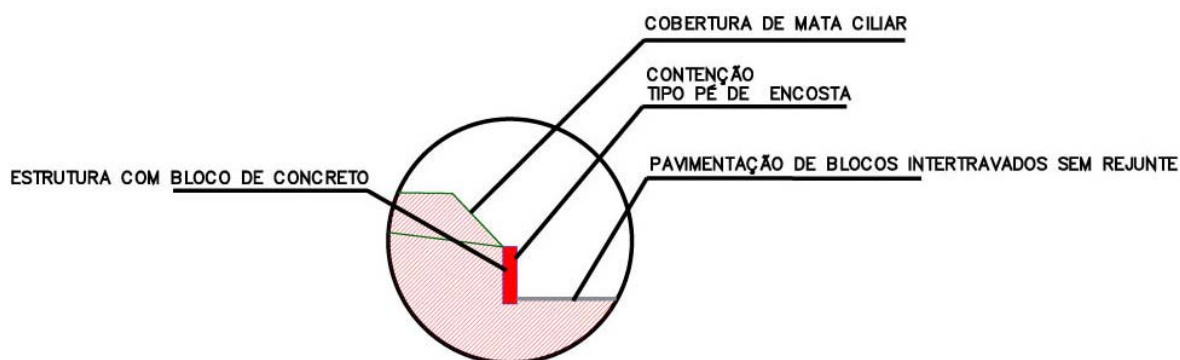


Figura 76 - Desenho esquemático da solução de contenção tipo "pé de encosta"

Fonte: CARVALHO, 2006.

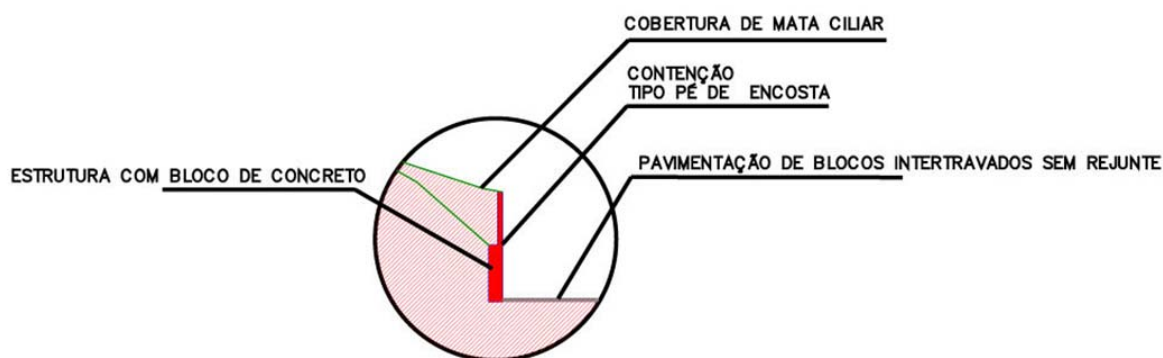


Figura 77 - Desenho esquemático da solução de contenção tipo "pé de encosta"

Fonte: CARVALHO, 2006.

4.10 As propostas

Para se reforçar as potencialidades do bairro e incrementar o envolvimento da comunidade com a área entorno foram propostas intervenções no acesso principal do bairro, pela construção de uma praça, pela paisagem das encostas e criação de um via de acumulação ao longo da rodovia.

4.10.1 A praça

A praça que se encontra próxima ao acesso principal do bairro 9 de Março deve ser característica de marco dessa entrada, além de transformar o ambiente existente em um ponto de convivência para os moradores. O que se propõe para a praça é um projeto baseado numa modulação que conte com um traçado geométrico proveniente da própria configuração do terreno no contexto urbano. O espaço destinado a esse fim faz limite com uma casa construída irregularmente no local destinado ao uso público, fator também definidor nas diretrizes para o desenho do local, como a necessidade da construção de um limite físico entre as duas áreas.

A praça conta com uma vegetação mais alta e densa nas proximidades do limite com a edificação particular, junto à separação física, marcando o espaço de transição entre esta e o meio público, seguido por um gramado com um banco que ocupa quase toda extensão transversal do terreno e possui forma arredondada. Juntamente a esse banco encontra-se um pergolado que compõe a ambiência da praça. Logo a frente do gramado está o piso em placas de cimento e tijolo queimado intercalados nos módulos, contando com um banco e uma árvore também circundada por um banco e ainda, uma área de forração baixa.

A FIG. 84 ilustra a proposta paisagística para a praça.



Figura 78 - Vista geral da entrada projetada do bairro 9 de março

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

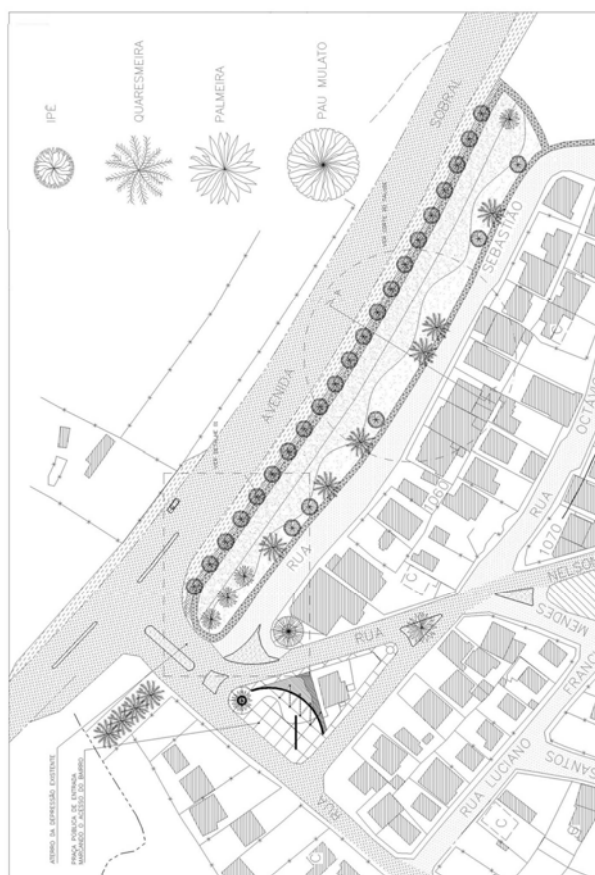


Figura 79 – Planta geral da entrada

Autoria: Programa de Arquitetura Pública, 2006



Figura 80 - Planta da praça, com detalhes do paisagismo e indicação dos cortes.

Autoria: Programa de Arquitetura Publica 2006

O projeto do acesso ao bairro 9 de março, pode ser observado na FIG. 81.:



Figura 81 - Praça da entrada do bairro, vista da rodovia MG-265

Fonte: Programa de Arquitetura Publica 2006

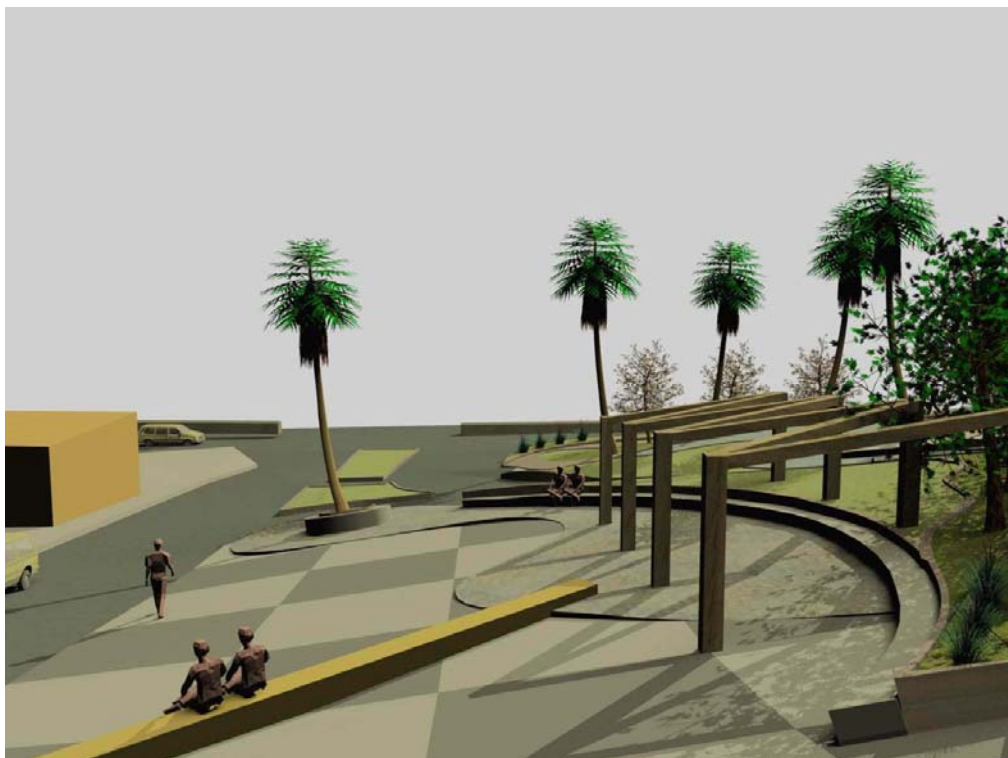


Figura 82 - Detalhes da praça: Pergolado

Fonte: Programa de Arquitetura Publica, 2006



Figura 83 - Vista de topo da praça

Fonte: Programa de Arquitetura Publica, 2006.

4.10.2 Projetos para a encosta

O que se propôs para a encosta foi um desenho orgânico, com curvas marcadas pela diferenciação da cor da forração e o plantio de espécies como o Ipê (*Tabebuia avellanedae*), Quaresmeira (*Tibouchina granulosa rosea*), Palmeira (*Syagrus romanzoffiana*) e Pau Mulato (*Calycophyllum spruceanum*) em lugares já definidos no projeto executivo.

Foi também elaborado um novo esquema viário que conta com uma pista de desaceleração, canteiros no centro da rodovia e no centro da rua que dá acesso ao bairro, facilitando a entrada de veículos com mais segurança para o motorista e o pedestre⁵⁵.

É importante destacar o envolvimento da comunidade no momento do projeto e na sua implantação, através de oficinas que serão feitas e pretendem ensinar a população técnicas de plantio e poda das espécies.

As figuras 84 e 85 ilustram a proposta

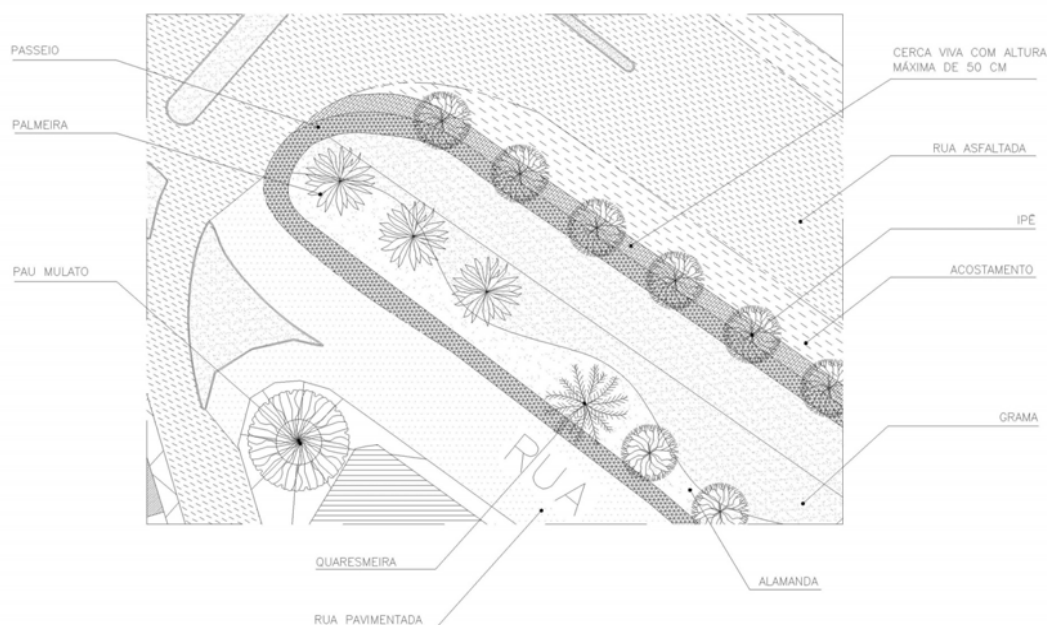
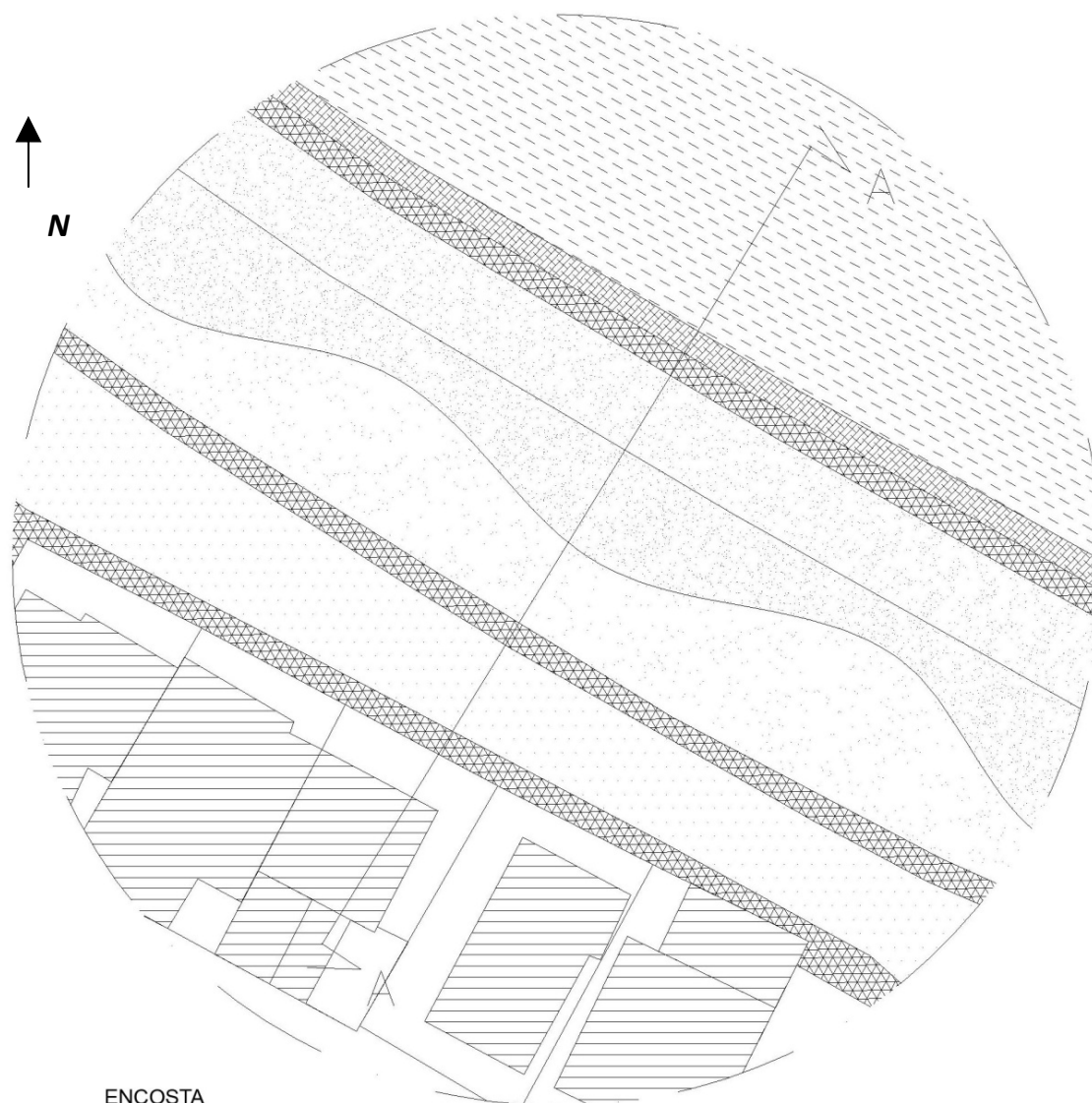


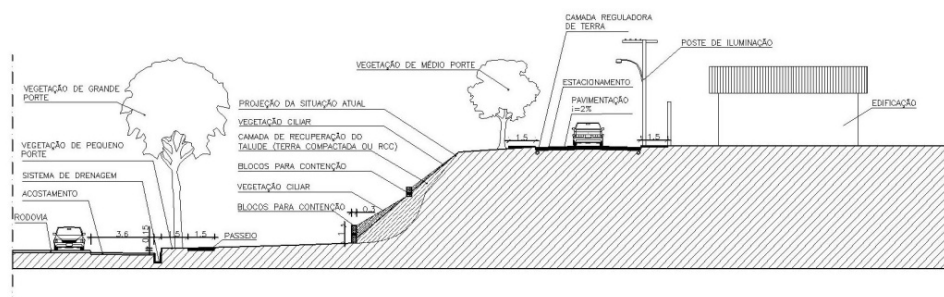
Figura 84 - Detalhes do acesso ao bairro

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006

⁵⁵ Estas intervenções contaram com a assessoria prévia do DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura Terrestre.



ENCOSTA



CORTE

Figura 85 - Detalhes do acesso ao bairro Corte Respectivo AA.

Fonte: Programa de Arquitetura Publica, 2006.



Figura 86 - Perspectiva da entrada na MG-265.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

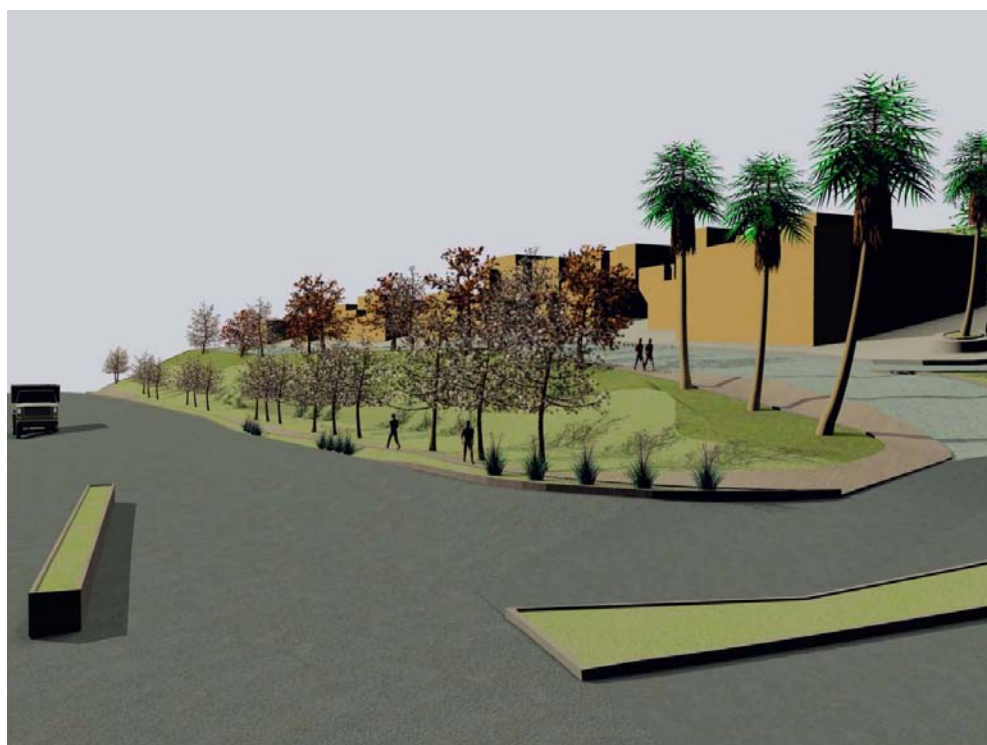
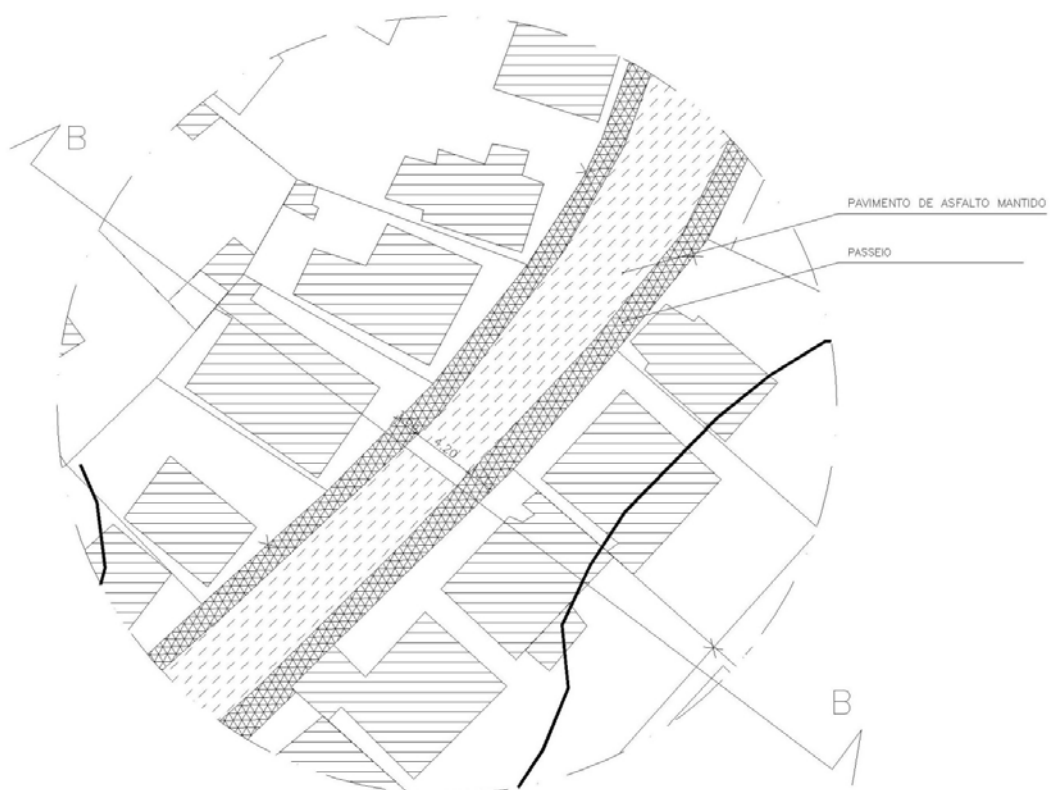


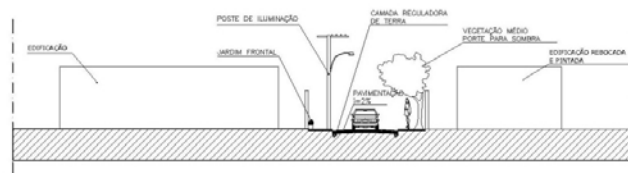
Figura 87 - Vista da entrada do bairro, pela MG-265, sentido Barroso-Barbacena.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

4.10.3 Circuito Asfaltado



TRECHO DA RUA NELSON
MAURO CANDIDO



CORTE

Figura 88 - Detalhes do circuito asfaltado ao bairro/ respectivo Corte BB

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006

Orçamento - Obras 9 de Março (Entrada)								
				Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	
Praça - Entrada								
	Piso	Pedra Portuguesa		m²	140	R\$ 9,78	R\$ 1.369,20	
		Tijolo Requeimado		m²	200	R\$ 12,50	R\$ 2.500,00	
		Placa de cimento		m²	190	R\$ 14,14	R\$ 2.686,60	
	Pergola	madeira tratada facetada (15x15cm)		pc̃a	14	R\$ 25,00	R\$ 350,00	
	Banco	madeira tratada facetada (15x4,5cm)		m	45	R\$ 10,00	R\$ 450,00	
	Iluminação	Lampada Fluorescente 110W		unid	3	R\$ 4,05	R\$ 12,15	
		Projeto Fechado Liga de Alumínio		unid	3	R\$ 188,00	R\$ 564,00	
	Limpeza de áreas			m²	500	R\$ 0,28	R\$ 140,00	
					Total		R\$ 8.071,95	
Canteiros								
	Meio-Fio	Concreto pré-moldado (300X120X143X1000MM)		m	215,8	R\$ 9,11	R\$ 1.965,94	
	Sarjeta	Concreto pré-moldado trapezoidal		m	215,8	R\$ 16,00	R\$ 3.452,80	
	Limpeza de áreas			m²	251,45	R\$ 0,28	R\$ 70,41	
					Total		R\$ 5.489,14	
Encosta								
	Encostas - Contenção	Sacos de Areia Compactada		m²	480	R\$ 22,40	R\$ 10.752,00	
		Bloco de Concreto		m²	408	R\$ 23,12	R\$ 9.432,96	
	Limpeza de áreas			m²	2745	R\$ 0,28	R\$ 768,60	
					Total		R\$ 20.953,56	
Rua Sebastião Martins								
	Pavimentação	Pedra Irregulares		m²	1370	R\$ 1,50	R\$ 2.055,00	
	Calçada	Placa de Concreto		m²	329	R\$ 14,14	4652,06	
		Ladrilho Hidraulico		m²	329	R\$ 17,00	5593	
	Meio-Fio	Concreto pré-moldado (300X120X143X1000MM)		m	329	R\$ 9,11	2997,19	
	Sarjeta	Concreto pré-moldado trapezoidal		m	329	R\$ 15,00	4935	
					Total		R\$ 20.232,25	
					Total	R\$ 54.746,90		
				Quantidade	Unidade	Tempo	Valor Unitário	Preço Total
Maquinário								
	Carinhão		1	diária	15	R\$ 90,00	R\$ 1.350,00	
	Retro escavadeira		1	diária	10	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00	
	Rolo Compressor		1	diária	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00	
	Patrol		1	diária	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00	
Mão de Obra								
	Calceteiros		4	diária	15	R\$ 13,08	R\$ 784,80	
	Trabalhadores Braçais		10	diária	15	R\$ 13,08	R\$ 1.962,00	
	Motorista		2	diária	15	R\$ 13,08	R\$ 392,40	
	Equipe Desobstrução de Bu		2	diária	15	R\$ 13,08	R\$ 392,40	
	Equipe de Variação, foco de lixo, limpeza de córrego		4	diária	15	R\$ 13,08	R\$ 784,80	
Equipamentos								
	Carinho de mão		3	unid	16	R\$ 78,64	R\$ 235,92	
	Martelos para calçamento		10	unid	16	R\$ 5,00	R\$ 50,00	
	Enxadas		25	unid	16	R\$ 12,76	R\$ 319,00	
	Pás		10	unid	16	R\$ 10,00	R\$ 100,00	
	Brochas		25	unid	16	R\$ 10,00	R\$ 250,00	
	Cal		700	kg	16	R\$ 0,32	R\$ 224,00	
Equipes								
				12	meses			
					Total	R\$ 44.665,32	R\$ 29.420,00	
Vegetação								
	Plantas	(Ver tabela de Paisagismo)					R\$ 14.371,60	
					Total	R\$ 14.371,60		
					Total	R\$ 113.783,82		

Figura 90 - Planilha de orçamento executivo de obra – Específica: Entrada do bairro.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.

Um orçamento detalhado foi apresentado às autoridades municipais prevendo a execução das obras, de acordo com a estratégia estabelecida, como se observa nas planilhas acima.

No entanto, nada foi construído pelo poder público. O projeto foi concluído em meados de janeiro de 2008, na duração de dois anos. Coincidindo com ano político de eleições, as atenções acabaram se voltando para a campanha de reeleição do

Prefeito e as intervenções acabaram por se resumir em ações paliativas de melhoria momentânea da condição das vias públicas. As casas nenhuma foram agraciadas com nenhum projeto real de reforma, nenhuma família foi realocada das áreas de risco conforme previsto em levantamento de dados.

Isso reflete ainda certo descaso do poder público para com as questões sociais e habitacionais dos municípios. No caso de Barbacena acabou ocorrendo o que de comum acontece na maioria das cidades que decidem intervir de maneira “impactante” no cenário urbano, sob o discurso vazio de melhoria das condições da população, onde na verdade o que se busca é um número expressivo de votos nas urnas: O foco se voltou apenas para a área central de Barbacena. O projeto de “embelezamento” da área central foi parcialmente concluído no final do mandato em dezembro de 2008, sofrendo serias críticas dos moradores e usuários das áreas intervindas: Pontilhão e Rua XV de Novembro, ou seja, as duas principais áreas em nível de concentração de comércio e serviços da cidade.

Por outro lado, os bairros de periferia, incluindo o já diagnosticado Nove de Março passam até os dias atuais (2010) por um processo de degradação crescente. Cujos problemas detectados só vêm se reforçando e piorando a condição de vida da população.

As estatísticas sociais apontam ainda sério problema relacionado ao desemprego, violência e drogas, a capacidade de organização da comunidade volta a estaca zero, sem o apoio técnico de equipes que visam a orientação correta desses grupos.

A condição habitacional apresenta os mesmos índices de sub-condição de moradia, por parte da maioria das famílias ali residentes. Sendo que com atenção e a organização necessária por parte do poder público local, conforme mostrou os estudos de caso seria capaz de gerar um grande avanço na melhoria do Bairro Nove de Março beneficiando cerca de 2.500 (duas mil) pessoas diretamente. Porém vale ressaltar que esse projeto serviu para captação de vários recursos para Barbacena, o qual será apresentado no capítulo a seguir, dentro das conclusões e resultado deste trabalho.

4.11 Conjunto de intervenções “paliativas” do Bairro Nove de Março



Figura 91 - Rua antes da intervenção.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.



Figura 92 - Rua antes da intervenção.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.



Figura 93 - Rua durante a intervenção.

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006.



Figura 94 - Rua depois a intervenção

Fonte: Programa de Arquitetura Pública, 2006

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da política habitacional no país tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda.

A primeira política nacional de habitação, criada em 1946, conhecida por Fundação da Casa Popular, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas. Comprometendo seu desempenho no atendimento da demanda ficou restrito a alguns estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades.

A política implantada pelo BNH a partir de 1964 baseava-se em um conjunto de características que deixaram marcas importantes na estrutura institucional e na concepção dominante de política habitacional nos anos que se seguiram.

Dentre as críticas feitas ao modelo do BNH, a primeira refere-se à sua atuação pela incapacidade em atender à população de baixa renda, tendo sido este o principal objetivo que justificou sua criação. Outro ponto importante destacava o modelo institucional adotado, com forte grau de centralização e uniformização das soluções no território nacional. A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos foi apontada como ponto crítico, bem como a construção de grandes conjuntos como forma de baratear o custo das moradias, geralmente construídos em locais distantes e sem infra-estrutura. Por fim, destaca-se o modelo de financiamento que se revelou inadequado em uma economia com processos inflacionários.

Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as políticas habitacionais, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa vinculava-se ao Ministério da Fazenda.

Em março de 1987, o MDU é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), que acumula, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da Caixa Econômica

Federal. Em setembro de 1988, ocorreram novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), no qual permanece a gestão política habitacional.

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização ganha base para se efetivar atribuindo aos Estados e municípios a gestão dos programas sociais e, dentre eles, o de habitação, seja por iniciativa própria, por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo ou por imposição constitucional.

Em março de 1989 é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob competência do Ministério do Interior. As atividades do SFH e a Caixa Econômica Federal (CEF) passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda.

O modelo institucional adotado pela SEAC privilegiava a iniciativa de Estados e municípios, garantindo maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. Assim estes governos tomaram iniciativas no desenvolvimento de ações locais, com elevado grau de autofinanciamento, e baseadas em modelos alternativos, destacando-se entre eles os programas de urbanização e regularização de favelas e de loteamentos periféricos.

Em 1994, o governo federal colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior e lançou os programas *“Habitar Brasil”* e *“Morar Municípios”*, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). No entanto, o montante de investimentos realizados ficou aquém das expectativas, como consequência do contingenciamento de recursos imposto pelo Plano Real.

Em 1995 é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação. Embora tenha mostrado intenções reformadoras, a ação da SEPURB caracterizou-se por uma retratação do setor institucional.

Ocorre uma contínua redução dos quadros técnicos e a perda de capacidade de formulação, que se vai aprofundando, ao longo do tempo. A transformação da SEPURB em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) não trouxe mudanças significativas para o processo, persistindo a desarticulação institucional e a perda progressiva da capacidade de intervenções. As áreas da habitação e do desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e reduzida capacidade institucional de gestão, no plano federal.

Neste período foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, seja pela restrição dos aportes de recursos do OGU, seja pelo impedimento da utilização dos recursos do FGTS para esse fim. Isso restringiu principalmente as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de financiamento do setor privado, como ocorre no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou por meio de empréstimos individuais, como Programa Carta de Crédito.

Em 2003 houve a implementação de mudanças nesse quadro com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação.

Conforme descrito neste trabalho, a trajetória histórica das assistências técnicas no Brasil a bairros e assentamentos precários de baixa renda, apesar de terem ocorrido iniciativas importantes ao longo do tempo, percebe-se que a questão ainda está longe de um patamar considerado ideal. Infelizmente o cenário mais comum das nossas cidades é de favorecimento de um crescimento urbano ainda precário e irregular.

Se por um lado, as grandes cidades sofrem com o crescimento acelerado, tendo a extensão territorial como fator limitador das políticas de fiscalização e com o aumento da marginalidade através da constituição de poderes paralelos ao do Estado. Por outro lado, as cidades de pequeno e médio porte também passam a enfrentar dificuldades no campo urbanístico, com o aumento do contingente populacional acelerado e com a ausência de profissionais qualificados nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia que possibilite do suporte seja de elaboração

de projetos, execução de obras ou fiscalização do cumprimento correto da legislação e posturas locais. Associado a isto, as cidades menores ainda tem um agravante ligada à política do lugar. O que se pode constatar é que, no geral, uma política populista e ao mesmo, tempo omissa às questões habitacionais e fundiárias, permite que casos como o relatado no bairro Nove de Março em Barbacena-MG, aconteça de forma descontrolada a todo instante.

As conseqüências dessas posturas municipais ao longo de aproximadamente cinqüenta anos, estão sendo refletidas por meio dos problemas surgidos nas cidades e na falta de preparo da maioria das prefeituras em administrar o fenômeno de uma crise social intensa. A situação tende a se agravar se as medidas corretas não forem todas tomadas em duas instancias: na primeira as cidades devem sanar ou minimizar os problemas já existentes em sua estrutura urbana, habitacional e fundiária por meio de adoção de consultorias e assistências técnicas para gerar planos e projetos que apontem as soluções técnicas e os caminhos para captação de recursos que viabilizem as intervenções. A segunda é na manutenção desses programas através do reconhecimento da importância do serviço técnico incorporado no cotidiano destas cidades.

Como defende MARICATO (em seu discurso sobre o assunto, “alguma solução deve ser dada para a parcela da população urbana que vive na ilegalidade e que, como vimos, pode chegar a 50% em nossas cidades. Não é possível protelar a busca de soluções, qualquer que seja a argumentação utilizada.”

A regularização de assentamentos ilegais da forma como descritos nesse trabalho exige um entendimento entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e também um acordo sobre o *modus operandi*, o que, em outras palavras pode significar lei complementar (um plano de intervenção progressivo de urbanização e regularização das ocupações ilegais) aliada a uma estratégia de gestão. (MARICATO, 2003)

Assim, o Programa de Arquitetura Pública desenvolvido pela Escola de Arquitetura da UFMG (EAU-UFMG) desde 2004 atende a estes requisitos tendo sido reconhecido pelo governo federal, através do Ministério das Cidades, que o selecionou como uma das 12 experiências nacionais bem sucedidas na área de

assistência técnica à moradia de interesse social, convidando-o para ser discutido em seminário acontecido em Campo Grande em outubro de 2005⁵⁶.

Este Programa de Arquitetura Pública apesar de ter o caráter de pesquisa científica, assumiu a possibilidade de transformar-se em um trabalho de extensão. Essa possibilidade torna-se real à medida que, em parceria com a Prefeitura Municipal de Barbacena, o projeto traça diretrizes de reabilitação que possam ser incorporadas ao plano de governo, já que as proposições levam em consideração a adequabilidade e a sustentabilidade de suas ações.

Por último, observamos que a sistematização de avaliações de outros programas e obras, e a disponibilização dos resultados por meio da formação de redes de profissionais e pesquisadores da área tornam-se ações fundamentais, considerando principalmente a questão da sustentabilidade de um plano. Essas redes devem ser abrangentes, e não setoriais, isto é, especializadas, para que haja um avanço na adoção de procedimentos de projeto, operação e manutenção integrados. Essas redes devem procurar associar os parâmetros para habitação e urbanismo à discussão das opções tecnológicas. Neste sentido, voltamos a destacar a potencialidade de desenvolver essas redes nos projetos de extensão desenvolvidos nas universidades.

O que não podemos desconsiderar visto todos os problemas urbanos enfrentados pelas nossas cidades, é o fato de poder público, iniciativa privada e corpo técnico de profissionais, todos devem estar preparados para lidar com esse crescimento acelerado das áreas urbanas no país.

O Programa de Arquitetura Pública se mostra um eficaz instrumento de requalificação urbana, apresentando um método participativo, envolvendo vários atores responsáveis por moldar o ambiente urbano, sendo, a comunidade, a iniciativa pública e a privada. Com isso legitimar os projetos por meio de um intercâmbio cultural entre o universo acadêmico e a realidade empírica da sociedade. Assim como saber conjugar pesquisa e extensão universitário em um formato de assistência técnica aos municípios de Minas Gerais.

⁵⁶(Registrado em “Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil” – 2006.
(<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=2259&Itemid=0>)

Apesar do projeto elaborado para o Bairro Nove de Março não ter sido colocado em prática em 2008, de acordo com as diretrizes do relatório técnico, o estudo serviu de forma plena para ser protocolado no preenchimento de Editais de Programas ligado ao Governo Federal por meio do Ministério das Cidades, onde Barbacena em 2008 fora contemplada com Ações do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

O Projeto piloto do Bairro Nove de Março foi então replicado e estendido para mais três bairros, em situação similar de precariedade em Barbacena, cito; Santa Maria, Guarani e Nova Cidade, além do Bairro Nove de Março, totalizando a melhoria em quatro bairros da cidade, em um montante de verbas que chegam à ordem de R\$ 6 milhões de reais. Destes R\$ 5 milhões recursos federais e R\$ 1 milhão de contrapartida do município.

Das ações previstas pelo PAC estão à adequação e melhoria da infra-estrutura urbana, desta incluindo pavimentação de vias, sistema de drenagem e captação pluvial, regularização fundiária, assistência técnica habitacional a famílias em condições precárias e mais a construção de uma creche e uma escola.

Com os projetos do PAC Barbacena já prontos e orçados, numa ação conjunta entre a Prefeitura local e a assessoria técnica da Escola de Arquitetura da UFMG, as ações foram listadas, devidamente orçadas e licitadas pelo município. As obras já foram iniciadas no mês de junho de 2010, tendo previsão de conclusão em 12 meses a partir da data de início.

Paralelo ao PAC, o Projeto do Bairro Nove de Março e a equipe técnica do Programa de Arquitetura Pública foram responsáveis pela captação de mais três Planos ligados também ao Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que foram o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), a Assistência técnica habitacional, previsto a atender 100 famílias no primeiro módulo de atuação e por fim a Mobilização comunitária com viés associativo das comunidades locais.

Sendo o Plano Habitacional Local responsável por diagnosticar o cenário habitacional no município, apontando as áreas mais precárias e assim direcionando a atuação do poder público de acordo com as diretrizes também estabelecidas

dentro do Plano Diretor Participativo do Município. As assistências técnicas entrariam no segundo momento para gerar condição de projeto às famílias e aos Bairros eleitos pelo Plano, e por fim a Mobilização comunitária finalizaria o processo por meio de contribuir com a comunidade na facilitação do acesso aos recursos para a construção das casas e nas despesas em regularização fundiária. Lembrando que está previsto o sistema de autoconstrução por meio de mutirões com a supervisão de técnicos da Prefeitura e da Consultora parceira, neste caso a Escola de Arquitetura.

Atualmente, em reconhecimento da importância de se ter uma equipe técnica capacitada nas questões urbanas e arquitetônicas, não somente de engenharia no município, Barbacena contratou dois arquitetos para comporem o quadro de funcionários do setor de Ação Estratégica, cuja meta é a elaboração de projetos para captação de recursos estaduais e federais, uma vez uma cidade como Barbacena carece de recursos próprios para gerar tais melhorias para a sua população. A Escola de Arquitetura foi contratada como Consultora Técnica para elaboração dos três Planos ligados ao FNHIS desde junho de 2009, com previsão de entrega dos trabalhos para 12 meses, a partir do seu início.

Além dos trabalhos já mencionados, Barbacena consegue em 2010 aderir ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida também do Governo Federal com a previsão de construção de 200 casas populares na cidade. Este programa esta sendo executado desde Maio de 2010. E para 2011 Barbacena já preencheu os editais do PAC 2, prevendo a captação de R\$ 25 milhões para atender mais seis bairros precários da cidade, aos moldes do que foi previsto no “*Projeto de Requalificação Urbana do Bairro Nove de Março*”, em 2006. Sendo assim conclui-se a importância e eficiência de um Programa de Assistência técnica como o Programa de Arquitetura Pública, quando feito de maneira coerente as realidades locais. E se torna fundamental o intercambio cultural entre universo acadêmico e realidade empiria, no formato dos projetos de extensão universitária. Uma vez que estes contribuem substancialmente no crescimento e desenvolvimento das nossas cidades, atuando em formato de parceria com profissionais locais. O resultado é a geração de renda e oportunidades profissionais para diversos setores.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. F. de. **Guia básico dos programas habitacionais**. Brasília: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, 2008.

ANDRADA, A. C. D. de. **Um século de história: a migração italiana em Barbacena (1888 - 1988)**. Barbacena: Editora Cidade de Barbacena, 2006.

BERNHARDT, E. M. B. Gentrificação e revitalização: perspectivas teóricas e seus papéis na construção de espaços urbanos contemporâneos. São Paulo: Urbanidades, 2010. Disponível em: <http://www.urbanidades.unb.br/05/artigo_5_erica_bernhardt.pdf>. Acesso em: 2 ago, 2010.

BONELLI, R. BACHA, E. L. Uma interpretação das causas de desaceleração econômica do Brasil. **Revista Econômica Política**, São Paulo, v. 25, n. 3, 2005.

CASTRIOTA, L. B. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/ Artes, 2003.

CASTRIOTA, L. B., ALONSO, P. H. Extensão Universitária e Assistência Técnica: A experiência da Arquitetura Pública em Cataguases - MG. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/39>>, 2009. Acesso em: 2 ago, 2010.

CUNHA, E. M. P. ARRUDA, A. M. V. de, MEDEIROS, Y. **Experiência em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DA MATA, D.; LALL, S. V.; WANG., H. G.(2008) Favelas e Dinâmica das Cidades Brasileiras. In: Ensaio de Economia Regional e Urbana. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/dirur/ensaios_de_economia_regional_e_urbana/Cap_2.pdf>. Acesso em: 2 ago, 2010.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DENALDI, R. **Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários**. Brasília/ São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança de Cidades, 2009.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. Brasil, Conhecer para resolver a cidade ilegal. Disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidad_eilegal.pdf>. Acesso em 2 ago, 2010.

MARICATO, E. Favelas - Um universo gigantesco e desconhecido. Disponível em <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_favelas.pdf>, Acesso em: 2 ago, 2010.

MARICATO, E. Metr pole, legisla o desigualdade. Estud. av. vol.17 n  48 São Paulo. May/Aug. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000200013&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 ago, 2010.

MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985.

MÜLLER, G. R. R. **A influência do urbanismo sanitarista na transforma o do espaço urbano em Florianópolis**. Florianópolis, 2002.

PEREIRA COSTA, S. A., MACIEL, M. C., VIEIRA, L. O. C. F. The Public Architecture Programme and the Nove de Março squatter settlement in Barbacena, Brazil. England: **Urban Design International**. Vol. 15, 2, 105-118.

RODRIGUES, N. **Programas de investimento do Governo Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

SAVASSI, A. J. **Barbacena 200 anos**. Belo Horizonte: Editora Lemi S/A, 1991.

VIEIRA, L. O. C. F. **Projeto de Arquitetura Pública**: realibita o de bairros populares degradados. Belo Horizonte: EAUFMG/ FAPEMIG, 2009.

VILLALTA, L.C. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ocenariourbanoeminasgeraissetecentista.pdf>>. Acesso em: 2 ago, 2010.

VILLEFORT, M. C. **Plano Local de Habita o de Interesse Social do Município de Barbacena-MG**. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2010.

7 ANEXOS

7.1 Assistência técnica habitacional no Brasil

Este bairro refere-se ao estudo de caso deste trabalho de dissertação “*Requalificação Urbana do Bairro Nove de Março*”. Antes de apresentação considera-se importante a abordagem do tema assistência técnica, em seu contexto de atuação no campo habitacional no país, para gerar maior entendimento das ações realizadas desde 2006, em Barbacena-MG.

Nesta etapa do trabalho será apresentado o processo de desenvolvimento nos últimos anos, da assistência técnica de profissionais de arquitetura e engenharia aos serviços de habitação de interesse social descrevendo o seu papel na melhoria das condições da população em geral. Pretende-se mostrar a função social dos serviços de assistência técnica, cuja atuação permite a melhoria dos padrões de construção e a conseqüente evolução do nível de conforto das famílias de baixa renda envolvidas em projetos de habitação de interesse social.

7.2 Os programas de assistência técnica à habitação nas prefeituras municipais

A assistência técnica à habitação vem sendo debatida há décadas no país, desde as primeiras experiências de mutirão para habitações populares, mas ganhou visibilidade com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Pesquisas, ações governamentais, projetos de extensão universitária, discussões em sindicatos, conselhos profissionais, associações civis e estudantis ocorreram no decorrer dessas décadas. Recentemente, seminários regionais e nacionais realizados deram maior ênfase à discussão do tema.

Esse trabalho parte do princípio que o direito à moradia carece de maior assistência do Estado para se impor como um direito social. Assim como temos redes de saúde, justiça e educação públicas para a população de baixa renda, quando se trata de habitação, o direito parece ainda não ter a mesma lógica. As argumentações acerca do tema para a não existência de uma rede de engenheiros, arquitetos e urbanistas no sistema público para dar assistência técnica para a regularização fundiária ou a construção de uma moradia salvo as experiências isoladas que buscam mudar esse panorama.

7.3 A gestão dos recursos

A Caixa Econômica Federal, (CEF) como agente operador das políticas públicas do Governo Federal, implementa e acompanha programas de diversos ministérios do governo federal pela com transferência de benefícios às comunidades, bem como repasse de recursos para todo o conjunto dos entes da Federação.

A CEF vem apoiando, junto às prefeituras, entidades profissionais e de classe para que essas auxiliem os gestores públicos, ou movimentos sociais no planejamento, desenvolvimento de projetos, execução de obras e serviços. Os movimentos sociais e o Ministério das Cidades empreendem discussões sobre as questões em envolvem a assistência técnica nas suas diferentes formas para que as comunidades, além do acesso aos recursos, possam exercer, com eficiência, o controle social que traz, por conseqüência, a melhoria da gestão pública. Entretanto, é imprescindível avanços na discussão sobre as diversas formas de assistência técnica aos municípios, aos movimentos sociais e ao cidadão. O processo de desestruturação verificado no estado brasileiro na última década trouxe seqüelas graves, na medida em que esvaziou seus quadros e terceirizou grande parte da sua inteligência. Este fato aliado à carência dos municípios para manter quadros qualificados, faz com que apresentem, hoje, grandes dificuldades para o acesso aos recursos disponíveis, muitos deles não reembolsáveis.

Os movimentos sociais, por sua vez, não dispõem dos meios financeiros necessários para a contratação de consultores para o desenvolvimento de seus projetos e muitos dos programas vigentes não prevêem recursos para esse tipo de investimento. Assim torna-se importante a existência de Programas ligados às Universidades e Instituições de ensino que possam por meio de Convênios com prefeituras e financiamentos de projetos de pesquisa, podem suprir essa carência social, atendendo de forma ampla a sociedade para a captação desses recursos, essenciais para geração de desenvolvimento, melhoria urbana e na condição de vida das nossas cidades.

7.4 Habitação de Interesse Social no Brasil

Morar de forma digna é um sonho de milhões de pessoas em todo mundo e um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a Constituição da República reconhece esse direito como um direito social.

O direito à moradia é essencial para a vida tanto quanto a como a saúde, a educação e a justiça até porque a concretização de cada um desses direitos, sem uma habitação confortável e salubre.

No Brasil, estima-se que o déficit habitacional é de 7.223 milhões, de acordo com o Ministério das Cidades.

Percebe-se também que o direito à moradia carece de maior assistência do Estado para se impor como um direito social. E como há redes de saúde, justiça e educação públicas para a população baixa renda, mas quando o assunto é habitação o direito parece não ter, ainda, a mesma lógica. Há carência de estabelecimento de profissionais atuando no sistema público para dar assistência técnica para a regularização fundiária ou a construção de uma moradia.

Porém o que se observa na prática é o fenômeno da autoconstrução na prática de expansão das cidades, pois, no momento em que o morador adquire ou ocupa o terreno chamam-se os familiares, os amigos, o pedreiro conhecido, os vizinhos, reúnem-se os materiais disponíveis e, o alicerce e as paredes estão construídos para abrigar o sonho do morador. No Brasil mais de 80% das moradias foram feitas nestas condições, o que pode ser constatado na paisagem de qualquer cidade no Brasil.

As habitações são resultantes do imprevisto, ausentes do planejamento urbano e constituem a realidade de cada localidade. Por outro lado, contribuem para o agravamento dos problemas para o indivíduo e para o coletivo na medida em que seus produtores desconhecem os parâmetros principais de conforto, segurança e até mesmo de custos para se concluir uma obra arquitetônica.

Para fazer frente a esse contexto surge o ideal da Arquitetura Pública sob o a forma de um Projeto de Lei nº 6.981 de 2006, do deputado federal, arquiteto e urbanista, Zezéu Ribeiro (PT-BA), que visa regulamentar a obrigação do Estado de oferecer

assistência técnica à moradia. Esse projeto foi aprovado pela Câmara Federal em Dezembro de 2008. Segundo o próprio autor do projeto, Zezéu Ribeiro (2007)

O conceito de arquitetura e engenharia públicas surgiu no âmbito das entidades profissionais dos arquitetos – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas e Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - e do Sistema da Confederação Nacional dos Conselheiros regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/ CREAs), por força da demanda social e da intenção dos profissionais do setor de atuar de forma mais efetiva em Assistência técnica voltada para a moradia de interesse popular. A importância da criação e manutenção de sistemas de arquitetura e engenharia públicas parece evidente, diante de um país em que não só as capitais dos estados, mas praticamente todas as áreas urbanas convivem com números inaceitáveis em termos de déficit habitacional e coma urbanização desordenada realizada sem orientação técnica adequada. (RIBEIRO, 2007, p. 23)

Assim podemos afirmar que com a abertura política na década de 1980, a promulgação da Constituição de 1988, a organização do terceiro setor e, mais recentemente, a aprovação do Estatuto da Cidade (2001), foi possível abrir caminhos para uma longa jornada que é a Assistência Técnica para o brasileiro construir sua casa e tornar a moradia um direito reconhecido.

Estima-se que existam mais de 5,5 milhões de habitações irregulares apenas na cidade de São Paulo, e não somente nos grandes centros, mas estendendo o problema a cidades de médio porte, a situação há muito tempo vem se agravando, e há pouco tempo vem se discutido as políticas públicas voltadas à moradia de interesse social. Mas sem dúvida, para a população de baixa renda, ter um teto no Brasil pode até não ser tão complicado, imbuídos pelo famoso “jeitinho brasileiro”, fenômeno da autoconstrução que acaba gerando o descontrole da ocupação do espaço urbano, e a formação da cidade ilegal.

7.5 A questão fundiária no Brasil e as políticas para atendimento habitacional

O problema habitacional no Brasil remonta do período da colonização e não pode ser isolado da questão do acesso à propriedade da terra. Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa – as sesmarias -, ou simplesmente ocupada, enquanto que nas cidades, o Rocio era a terra municipal onde estavam as casas e pequenas produções agrícolas para o subsídio local. A terra até então não

possua valor comercial. A promulgação da Lei de terras, em setembro de 1850, mudou esse cenário, ao instituir a propriedade fundiária no país, tanto rural quanto urbana: foi legitimada a propriedade de quem já detinha “*carta de sesmarias*” ou provas de ocupação “*pacífica e sem contestação*”. O resto, de propriedade da Coroa, passou a ser leilado. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela.

Para Martins (1978). *In* Ações integradas de urbanização de assentamentos precários (2010 p. 18):

A lei teve como claro objetivo bloquear o acesso à propriedade por parte dos trabalhadores livres, ex-escravos e agora também imigrantes, de modo que eles compulsoriamente se tornassem força de trabalho das grandes fazendas. Na prática, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado deu-se no Brasil ao mesmo tempo em que a terra livre se tornou privada.

Diante deste quadro contínuo e crescente surgem as áreas periféricas e as dificuldades de sua gestão, principalmente após a promulgação da constituição de 1988 que transfere aos municípios a administração e controle da expansão dos mesmos. O exemplo apresentado a seguir ilustra as dificuldades encontradas pelos órgãos municipais e exemplifica como Programas de Arquitetura Pública poderiam ser utilizados como um valioso instrumento no auxílio desta gestão.

7.6 Entrevistas com moradores do Bairro Nove de Março

Noas oficinas, observa-se que as demandas gerais repetem-se em todos os bairros da periferia. Assim, a fim de detalhar as questões levantadas nas oficinas, mais especificamente as questões do Bairro Nove de Março, realizamos entrevistas com alguns dos moradores. As pessoas entrevistadas foram selecionadas por serem moradores que se destacam como pessoas atuantes nas reivindicações coletivas. Entre eles: Dona Dione, representante da comissão do Dízimo; Dona Eliane, representante da Pastoral da Criança; Liliane, representante da ONG “Força e Vida”; Angélica e Dorinha, representantes da UCB – União Comunitária de Barbacena comunitária; Dona Cida, 1ª moradora do bairro; Leninha, 2ª moradora do bairro; André, técnico do time de futebol do bairro.

Muitos dos problemas levantados na realização das oficinas existem em decorrência da dificuldade de mobilização social, e também pelo despreparo daqueles que lideram as organizações de moradores, apesar da presença formal de associações de bairro. Nas entrevistas constatamos que o Bairro Nove de Março, até o fim de 2008, tinha, instituído pelo poder executivo, uma associação, mas que na verdade, não exercia seu papel de representatividade da comunidade. Segundo relatos dos próprios moradores, a então denominada UCB – União Comunitária de Barbacena foi um projeto de lei aprovado pela câmara que elegia e empossava os líderes comunitários dos seus respectivos bairros, mas sem que a comunidade reconhecesse essa prática.

O depoimento a seguir ilustra o comentado acima:

“A UCB é uma coisa que no tempo do Toninho Vereador, eles criaram essa UCB em Barbacena. Isso é uma associação, mas quem movimenta nela mesmo são mesmo duas pessoas, ninguém mais sabe o que acontece dentro dessa UCB. O Bairro é filiado à UCB, só que ela nunca movimentou, nunca passou para as pessoas o que é a UCB, o porquê que a UCB trabalha e como ela trabalha. As

peças nem sabem que existe”. (Angélica de Lourdes, líder comunitária, 49 anos).⁵⁷

Frente a esta situação, alguns movimentos espontâneos surgiam paralelamente na comunidade, a fim de suprir essa lacuna. Surgem a ONG “Ação e Vida” e algumas organizações não governamentais, que apesar de não congregarem os mesmos interesses, iniciam o processo de mobilização, como relatado numa das entrevistas:

“Hoje, existe a ONG Ação Vida, que por irresponsabilidades nossa, do grupo, não foi registrada ainda. Mas, tem reuniões. A gente criou a ONG Ação e Vida justamente porque tivemos contra as ações partidárias, ela não é partidária. Muito pelo contrario, ela não é vinculada a nenhum partido, ela partiu da iniciativa da comunidade. A ONG Ação e Vida surgiu porque o povo ficou cansado da UCB vim e fazer o que queria, e não ter nenhum projeto. Há anos a UCB fazia essas associações que eram apossadas, não tinham uma eleição, eles colocavam quem eles queriam. E aí, surgiu uma revolta, no comecinho do ano passado nós fizemos uma manifestação. Fechamos o início do Bairro porque as ruas estavam uma desordem, tinham muitos buracos estava arriscando a vida das pessoas que passavam por ela. Aí fizeram... A presidente dessa associação ligada ao UCB deu idéia de fazer isso na pastoral juntou às crianças, às famílias que ela atende. A comunidade toda se juntou, e fizemos essa manifestação. Ameaçamos inclusive ir pra BR, o que ia prejudicar muito mais a cidade se não fossem tomadas as providencias. Porem, por rixas políticas, tiraram essa tal presidente que era a Angélica. Eles diziam: “Como assim? Ela não pode bater de frente com a gente e com o atual prefeito.” Foi então que começou a se pensar: “Nossa!!! E agora que a gente está sem a Angélica que nos representa??? E como isso era totalmente ilegal mesmo, ninguém concordava, resolvemos criar uma ONG não vinculada a partido nenhum. Não vinculada, apartidária não, porque a gente quer estar envolvida com os partidos, entrosada pra saber sobre o funcionamento da cidade, inclusive na câmara. E aí, a ONG criou o estatuto, nos criamos o regimento interno, inclusive tivemos a posse da associação, eleição e tudo direitinho. Só que, nós não tivemos mais tempo de registrar, e de correr atrás da parte da associação. Mas, tem as

⁵⁷ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Angélica de Lourdes, moradora do bairro Nove de Março, representante da UCB, 49 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

linhas ordinárias, inclusive extraordinárias”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁵⁸

Foi por meio da pastoral que criaram a ONG Ação e Vida. Observamos nas entrevistas que pastoral da criança é uma das instituições que desenvolve na comunidade o papel de formador de opiniões através da divulgação sobre os direitos dos cidadãos e assume a responsabilidade de desenvolver também a auto-estima da população. A representante da pastoral, relata o fato durante a sua entrevista:

“Participo da Pastoral, mas dentro da pastoral tem outros ganchos que o educador tem que estar ajudando dentro da comunidade, por exemplo, na igreja a gente tem que estar dando um auxílio. E a gente tem que estar ligada nas associações, que eu estou ligada nas associações, principalmente na ONG Ação e Vida e tem outros movimentos que a gente tem que estar que é o movimento de fé e política e uma série de outras coisas, como o conselho de direitos humanos”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁵⁹

Como relatado, apesar de se uma iniciativa importante, a ONG Ação e Vida deve ser registrada formalmente para que possa atuar de maneira mais objetiva e planejada, até mesmo na questão da captação de recursos financeiros, o que é relatado pela própria participante:

“Vamos dizer que a ONG está ativa, ela faz alguns auxílios à comunidade. Mas, ela ainda não começou a trabalhar em cima do estatuto, dos objetivos gerais e dos objetivos específicos da ONG”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁶⁰

No bairro, identificamos além das ONGS e da Pastoral da Criança, outras importantes instituições no processo de fortalecimento social, como é o caso da escola do bairro, no papel da sua diretora, da igreja católica, através do Padre e das

⁵⁸ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Liliane Aparecida de Souza, moradora do bairro Nove de Março, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

igrejas evangélicas por intermédio de seus Pastores, que formam grupos distintos com interesses, muitas vezes divergentes, como se observa;

“Nós temos a pastoral da criança e do menor, a ONG Ação e Vida, a associação comunitária que agora que vai votada mesmo, mas, de todo jeito ela sempre esteve aí. As igrejas evangélicas que tem algumas e a igreja católica que falta a construção, mas também, é atuante. A escola que também tem influência na comunidade, principalmente pela interação. Eu acho que é importante a escola ter interação com a comunidade, porque se não fosse a quadra da escola eles não teriam nem onde jogar uma bola no final de semana, só que precisa de mais, não é o suficiente”. (Eliana Trindade Jesus, Catequista, da pastoral do batismo, comerciante, 34 anos).⁶¹

Nos projetos de assistência social, destaca-se a atuação da Pastoral da Criança, que desenvolve um trabalho amplo, com ações não só de assistencialismo, quando questionamos sobre a assistência a comunidade, ao que a voluntária Liliane responde:

“Só tem a Pastoral da Criança e do Menor que tem anos aqui acho que uns quinze anos. Os vicentinos eles vão ter uma conferencia própria, mas eles fazem atendimentos aqui esporádicos. É só, que eu me lembre . (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁶²

Em algumas comunidades de áreas carentes do Brasil, esse tipo de problema vem sendo enfrentado através dos projetos que desenvolvem a arte e cultura. Observando esses exemplos constatamos que arte consegue despertar a atenção da comunidade. No Bairro Nove de Março, existe um projeto, também restrito, denominado projeto Telecom Itália Mobile (TIM) de cultura e dança nos bairros.

O projeto arte e cultura é pelo Estado que estabelece parceria com as prefeituras, em Barbacena fez parceria com a FUNDAC. A FUNDAC contrata os funcionários e

⁶¹ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Eliana Trindade Jesus, moradora do bairro Nove de Março, catequista da Pastoral do Batismo, comerciante, 34 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

⁶² Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Liliane Aparecida de Souza, moradora do bairro Nove de Março, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

o recurso para compra de todo o material, sapatilha, camisa, todo o material que o bailarino precisa, doado pela TIM, como se percebe no depoimento:

“O projeto desenvolve não só a dança. Dentro da dança os professores tem que inserir vários assuntos transversais. E funcionou bem porque a gente deu a sorte de pegar o professor João Carvalho, o professor graduado em Portugal e uma série de coisas. Ele que coordenou o projeto aqui, e pegou um apego tão grande com a comunidade, com os meninos daqui, que ele formou dentro do projeto, porque o projeto dá essa liberdade, grupos de mães que trabalhavam com costura, cozinha, várias pessoas foram formadas tem o certificado da TIM. Essa questão de cozinha, bordado, e várias outras oficinas, surgiram junto. Hoje só funciona oficina literalmente de dança, porque o professor teve que abandonar, eu sabia que ele não ia ficar aqui muito tempo, teve que ir pra Portugal. Quando ele teve que partir, uma série de coisas foi acabando. Hoje, só tem a de dança. Mas, o projeto pode ser muito bem aproveitado, podem existir parcerias muito grandes pra aproveitar esse projeto”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁶³

Outra questão do Projeto TIM colocada nas entrevistas é que ele não consegue assistir todas as crianças que se interessam por ele. Além disso, para a maioria das pessoas do bairro ele é entendido como um projeto de dança apenas:

Tem o projeto TIM. É sábado as meninas tem aula, todo sábado, então tem um cadastramento e não tem condição de ser todas as crianças que querem, muitas querem e não tem vaga, tem um numero limitado de vagas que eu não sei te falar quantas. Então todo sábado elas vem na aula de balé e no final do ano elas têm uma apresentação. (Eliana Trindade Jesus, Catequista, da pastoral do batismo, comerciante, 34 anos).⁶⁴

A perspectiva de desenvolver-se um projeto cultural juntamente com a educação das crianças é também uma alternativa para a solução de uns dos problemas citados nas oficinas e reforçados na entrevistas, o problema da evasão escolar, a saber:

⁶³ Idem.

⁶⁴ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Eliana Trindade Jesus, moradora do bairro Nove de Março, catequista da Pastoral do Batismo, comerciante, 34 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

“Aqui no Nove de Março foi feito pelo Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, devido a um recurso que veio do fundo da infância e da criança o FIA, um levantamento de quantas crianças estavam na rua, de quantas crianças eram desnutridas, quantos jovens sem emprego e hoje nós estamos tentando fazer quantos jovens que saíram da escola, porque teve evasão escolar imensa. A raiz do problema eu não sei. Os jovens daqui, os adolescentes principalmente da terceira e quarta série, pararam de estudar. Eu vejo que eles se perderam muito naquela fase: “quem eu sou? Pra onde eu vou?”. E como não tem um suporte além da escola, não tem suporte para a família desse adolescente, ele vai falar: “não, não quero estudar mesmo”. E como a família já é fragilizada: “então beleza. Vai buscar pedra de manganês mesmo, vai tentar arrumar um trabalho” (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁶⁵



Figura 95 - Nove de Março: as crianças e os jovens passam suas tardes brincando na rua.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Liliane Aparecida de Souza, moradora do bairro Nove de Março, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

E, além desse alto índice de evasão escolar relatado acima, outro problema é o número reduzido de vagas para atender todas as crianças e adolescentes do bairro aliado aos problemas de infra-estrutura. Apesar do nível da educação ser considerado muito bom, como relata uma ex-aluna:

“É um problema. Eu estudei aqui, estudei no Arnaldo Fortine quarta e quinta, na sexta série o colégio foi criado e a gente trouxe ele pra cá. Colégio com o nível de professores excelente, não estou falando isso porque eu estudei, os professores que dão aula lá são educados, graduados, excelente os professores. Professores até que depois eu fiz pré-vestibular e dão aula nos pré-vestibulares nos mais conceituados, nisso a escola não pode reclamar. Diretores também super capacitados que mandaram pra cá. Nisso pelo menos a prefeitura acertou, eu falo direto que foi a única coisa que eles acertaram, são graduadíssimos. Só que a escola é muito pequena inclusive foi feita eu acho em questão de campanha política, foi feito sem estrutura, hoje se você for lá você pode nadar no colégio, os professores quando chove tem vez que não tem jeito de dar aula porque os meninos não podem ficar na chuva, merendar na chuva, o refeitório ta todo alagado, é caso do corpo de bombeiro interditar o colégio inclusive”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos).⁶⁶



Figura 96 - Imagens do bairro Nove de Março: concentração de jovens do lado de fora da escola.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009.

⁶⁶ Idem.

A escola do bairro atende à educação infantil e o colégio até a oitava série, porém quando as crianças formam-se na oitava série, tem que sair do bairro para estudar. A secretaria de educação as encaminha para os colégios mais próximos, cerca de sete quilômetros de distância, problema identificado pela moradora:

“A distância da escola é uma causa da evasão escolar, e outra causa também são as famílias fragilizadas que não dão suporte. Porque tem uma hora que ser firme com a criança e você tem que falar: “não você tem que fazer, você não tem escolha”. Porém, as famílias não estão preparadas para isso, não tem o suporte”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁶⁷

O acesso restrito a educação leva a incapacidade técnica, em consequência o desemprego ou o sub-emprego e na escala mais grave a marginalização do indivíduo. No caso do Bairro Nove Março, alguns dos depoimentos denunciaram como se desenvolve os principais processos de sub-empregos.

“É o seguinte, existe a Vale do Rio Doce que é a RDM, Rio Doce Manganês, que funciona pertinho aqui da comunidade, a quinze minutos por esse trilho que dá acesso, só que do lado contrário. E aí, essa empresa, que trabalha com minério joga fora um pó. O que sobra desse minério é totalmente tóxico, prejudica inclusive os próprios funcionários. Lá eles são totalmente equipados por causa dessa questão, mas mesmo assim ainda sofrem com isso. A RDM tem um terreno onde eles jogam isso, contaminando a natureza muito. Então, eles jogam esse manganês e a outra pedra que eu não lembro o nome. E esse manganês pode ser reaproveitado por retificas ou outras empresas que querem fazer asfalto. E qual que é a função dos meninos? Eles vão clandestinos dentro da RDM, invadem esse muro onde fica vigia que dá tiro, uma série de coisas... chama a polícia... Esses meninos ficam principalmente à noite, para não serem vistos escolhendo essas pedras. Eles já sabem o peso, qual que é manganês qual não é, porque tem outros materiais que não são. Existem crianças, inclusive de doze anos, vão com os pais. Tem famílias aqui, que infelizmente vivem do manganês, sustentam casa... Eles vão lá e separam isso no quente. Tem meninos já perderam um pedaço do dedo. Uma vez um guarda foi correr atrás de um menino, e os meninos conhecem a

⁶⁷ Idem.

manha do lugar, sabiam que lá era uma poça quente de minério, o guarda entrou e saiu sem as pernas. A história saiu até na rádio tem alguns anos, agora acho que o sargento nem está mais em Barbacena, foi há uns oito anos atrás. Um menino daqui faz tratamento na perna até hoje. Lá eles têm que escavar, eles vão escavando e é perigoso o barranco cair, como caiu na perna do menino. Caiu e queimou a perna do menino, aquilo lá é corrosivo demais. E aí o que eles fazem? Eles pegam as pedras super pesadas, eles não conseguem trazer dependendo da idade, mais de dez quilos, eles vendem isso pras retíficas. Inclusive tem pessoas no bairro que compram para revender. Porque é mais fácil para eles. Eles não conseguem ir direto à retífica. E o que a RDM faz? Ela não tem nenhuma responsabilidade social, nenhuma! Tem o selo de responsabilidade social e ambiental, não sei como que a Vale consegue essas coisas inéditas, pois, têm responsabilidade social nenhuma. Não sei por que esse material não é reutilizado pela indústria. Podiam estar montando uma cooperativa com esses meninos, mas ela não faz. Muito pelo contrario, ela só vem na casa dos meninos, onde sabem que busca manganês, com a polícia, todos encapuzados para colher o material que os meninos buscaram debaixo de chuva. Debaixo de chuva com esse peso nas costas. Eles buscam e de novo, jogam lá, no mesmo lugar. A gente vê isso direto. E eu acho que esse descuido que as autoridades têm e essa falta de responsabilidade que as empresas privadas têm com a comunidade é que gera esse falatório todo de que aqui só tem menino marginal, violento, e não é não é isso. Hoje em dia esse manganês é a maior forma de geração renda da comunidade, é a única de crianças, adolescentes e famílias". (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁶⁸

O resíduo do manganês utilizado pela comunidade como uma fonte de renda expõe uma série de problemas em cadeia e vão até a violação dos direitos humanos. A Vale descarrega o resíduo de maneira irregular, gerando riscos ao meio ambiente natural e a comunidade próxima. E a comunidade sofre a fiscalização direta das autoridades e ainda é punida pelo risco e pela ausência de alternativas de renda. Caso semelhante à questão do lixão.

⁶⁸ Idem.

“Tem também a questão do lixão, que é outro problema terrível. Barbacena tinha que ter um aterro sanitário onde o lixo fosse todo enterrado. Tem esse aterro controlado, só que eles não podem estar enterrando todo dia, vai chegando as remessas e eles vão colocando lá pra depois enterrar. E quando dá pra enterrar... Porque tem lixo lá que tem anos que não foi enterrado. E aí, o que acontece é que como é perto daqui também, é meia hora, os meninos passam pelo mesmo caminho do manganês e lá tem um vigia também que não deixa pegar esses alimentos e uma série de coisas. Aí os moradores vão lá pegam esses mantimentos que ajudam a manter as suas casas. Tem uma família que foi criada assim, os meninos, os quatro, só com coisas do lixão. E eles falam nitidamente, a avó das crianças, a Taninha, que até hoje o senhor Caetano, avô deles, matem a casa com o lixão. Os meninos, um só teve intoxicação uma vez, mesmo assim eles acham que é de arueiro, não sabem se é de alimento, as coisas de lá que eles alimentam. A ocupação é o seguinte: algumas pessoas vão lá, pegam e revendem, mesmo vencido, para outros moradores que não vão, entendeu? É como se fosse um garimpo lá. Nós já tentamos varias vezes negociar com a prefeitura, fomos atrás da RDM para patrocinar. Queríamos uma cooperativa para os catadores de lixo, porque eles pegam vários lixo lá, juntam na casa do Quiquinha e revendem. Já funciona como uma cooperativa, mas cada um faz o seu não fazem juntos, não são cooperados. E a ocupação deles é essa, é recolher o lixo e vender”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁶⁹

Com tantos problemas de renda, o bairro Nove de Março vive à margem dos serviços cidade. Além disso, os moradores enfrentam o preconceito por parte do resto da cidade, que o vê como reduto de marginalidade. Assim fica mais difícil para as pessoas conseguirem emprego, crédito de comprar, vagas em escolas, etc. A consequência é a comunidade com baixa auto-estima, envergonhada do próprio local onde vive.

⁶⁹ Idem.



Figura 97 - Nove de Março: Grupo de artesanato Nove de Março.

Fonte: Programa Arquitetura Pública– EAU-UFMG, 2006

Considerando os problemas sociais, cita-se dois exemplos importantes, construídos com a iniciativa de pequenos grupos de moradores. O primeiro é o caso de um grupo de mulheres que reuniram para desenvolver trabalhos artesanais, com objetivo de aumentar a renda familiar com a venda desses produtos. Elas reúnem-se em um cômodo onde elas denominaram sendo o lugar do grupo de artesanato nove de março. Assim, em torno de uma mesa, elas trabalham, trocam experiências de serviço e de vida. Depois elas vendem esses produtos no centro da cidade, em feiras e festas populares.

O segundo exemplo importante é a iniciativa da criação do time de Futebol nove de Março. Entrevistamos o técnico que relatou o seguinte:

“Esse time tem mais de sete anos, tem mais de sete anos que o time foi fundado e começou assim a gente começou batendo uma pelada, depois foi surgindo, foi montando e tal, fizemos uma organização que o time não tinha, há um ano ou dois

anos, hoje o time tem cinco pessoas na organização . (Joaquim Pedro Pinto, técnico e presidente do time de futebol, 31 anos)⁷⁰

Ele conta da importância do esporte para a comunidade:

“Pra nós aqui o que esta servindo mais esporte é o futebol, mas a gente também esta querendo correr atrás agora pra fazer torneio de futsal, eles estão procurando a gente pra incentivar a gente a fazer isso, de vez em quando a gente faz isso, mas não é certo não é direto, a gente tava querendo manter ate um time de esportes de futsal, um de vôlei porque as meninas também procuram muito “porque que você não monta isso”. Mas há falta também de recursos a gente não tem recurso também pra fazer isso tudo, o time tem hoje, a parte do material que o time tem é porque o time faz bingo, a gente realiza bingo além de eventos para arrecadar dinheiro pro time”. (Joaquim Pedro Pinto, técnico e presidente do time de futebol, 31 anos)⁷¹

“As dificuldades são muitas: A gente não tem campo, o único campo que a gente treina aqui é lá no Minas. Fica perto do Osvaldo Fortino. E a gente ta ate correndo atrás disso ai pra adquirir campo pra nós aqui porque a gente não só tem o time nove de março, nove de março clube que é o de domingo que a gente joga, a gente também tem o de criança que joga no sábado, pode ser time, time de jogar bola que vai passando e vê o primeiro quadro livre no domingo”. (Joaquim Pedro Pinto, técnico e presidente do time de futebol, 31 anos)⁷²

A quadra é o único espaço disponível para a prática de esportes, sem contar na ausência dos espaços de lazer.

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistado: Joaquim Pedro Pinto, morador do bairro Nove de Março, técnico e presidente do time de futebol, 31 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.



Figura 98 - Imagens do bairro Nove de Março: Ausência de infra-estrutura e áreas de lazer e esporte.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009.



Figura 99 - Imagens do bairro Nove de Março: Ausência de infra-estrutura e áreas de lazer e esporte.

Fonte: Laboratório de Paisagem – EAU-UFMG, 2009.

Dentre os problemas citados nas entrevistas, a ausência de serviço de infraestrutura destaca-se, além da falta de espaço de lazer, posto policial e creche, centro comunitário, igreja católica, capela mortuária, pois a comunidade reclama que o acesso serviços públicos torna-se ainda mais complicado pela distância a ser percorrida entre o bairro e o centro. Os moradores ficam dependentes dos transportes públicos. Que segundo relatos, melhorou muito com vinda dos transportes alternativos:

“O ônibus aqui era o único transporte, por isso que eu falei da van que foi muito boa, aqui nós só temos um horário de ônibus, e é de hora em hora. Agora, até que eles não atrasam não. Mas, antigamente era terrível. Se estivesse lá no centro e perdia e ainda tinha que ficar mais uma hora esperando, isso quando eles não matavam o horário. Por isso que a van foi bom, porque ela leva rapidinho, e se a gente perder o ônibus tem a van. Ela sai daqui hora e dez”. (Maria Dyone dos Santos, da Igreja 9 de março, moradora, 35 anos)⁷³

Como, muitas vezes os moradores não têm como pagar as passagens dos transportes coletivos, eles utilizam uma trilha para reduzir a distancia do que a do acesso através da BR.

“O caminho alternativo é um trilho que passa no terreno da CEMIG e o pessoal vai a pé, é bem mais rápido. O pessoal usa trilho para chegar lá, mas teve já projetos da prefeitura inclusive para abrir e criar uma estrada, mas nada foi feito”. (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁷⁴

A comunidade apóia a idéia de transformar essa trilha em uma estrada, melhorando a acessibilidade do bairro ao centro. E ainda, aponta possibilidades de intervenções que tenham como objetivo realçar as potencialidades do bairro:

“O principal ponto positivo do Nove de Março, acho que é o povo. Dizem que não, mas, não sei se é porque eu trabalho com o social e lido muito diretamente com eles eu vejo que tem crianças e jovens muitos inteligentes muitos até já ganharam

⁷³ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Maria Dyone dos Santos, moradora do bairro Nove de Março, da Igreja Nove de Março, 35 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 17/01/2009. Entrevistada: Liliane Aparecida de Souza, moradora do bairro Nove de Março, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos. Entrevistador: Luis Otávio Campos Faustino Vieira.

concursos municipais. E não só por isso são meninos que se forem investidos têm um futuro brilhante pela frente e os jovens também, estão aí perdidos, estão tendo que fazer trabalhos quase escravos na questão do manganês da RDM. Mas têm o potencial elevado, mas eu vejo que é pequeno, mas também são famílias acolhedoras podem às vezes falar que não, pessoas que dizem que é violenta mas não é a verdade a realidade. E outra vantagem eu vejo que é a natureza aqui a gente é cercado por minas que infelizmente essas empresas privadas estão destruindo, mas tem uma natureza linda as matas, por aqui tem cachoeiras, eu vejo que a natureza também... E também o bairro em si ele, falam que é mal localizado, mas eu vejo que não, num é muito mal localizado não ele tem dois acessos ao centro da cidade um que é perto é mais ou menos perto e um que pode ser usado e não é usado". (Liliane Aparecida de Souza, voluntária da Pastoral da Criança, 20 anos.)⁷⁵



Figura 100 - Imagem do bairro Nove de Março: crianças nadando na nascente do terreno vizinho, a qual corre risco de contaminação pelo despejo de esgoto clandestino.

Fonte: Produzida pelo autor, 2006.

⁷⁵ Idem.